

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

FONTOURA, Carlos Alberto da. *Carlos Alberto da Fontoura  
(depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 128 p. dat.

**CARLOS ALBERTO DA FONTOURA  
(depoimento, 1993)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo

levantamento de dados: Equipe

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Priscila Riscado

conferência da transcrição: Leda Maria Marques Soares

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 11/01/1993 a 15/02/1993

duração: 7h 50min

fitas cassete: 08

páginas: 132

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Ato Institucional, 5 (1968), Carlos Alberto da Fontoura, Costa e Silva, Ditadura, Exército, Fernando Collor de Mello, Fernando Gabeira, Forças Armadas, Guerrilha Rural, Guerrilha Urbana, Leitão de Abreu, Movimento Democrático Brasileiro, Pedro Aleixo, Regime Militar, Serviço Nacional de Informações, Sistema Nacional de Informações (Sisni), Tortura

## *Sumário*

### *1ª Entrevista: 11.01.1993*

Fita 1-A: Relato sobre a família, as origens, a história de vida do entrevistado; a influência da Segunda Guerra Mundial sobre as Forças Armadas brasileiras e sobre o Exército, em particular; relato sobre seus colegas de turma no Exército e sobre alguns militares com quem serviu; transferência de Santo Angelo.

Fita 1-B: Comentários sobre o contato com Castelo Branco.

Fita 2-A: Relato sobre a atuação do entrevistado no período em que servia no Rio Grande do Sul durante os governos Jânio Quadros e João Goulart e sua participação na derrubada de João Goulart.

Fita 2-B: Relato sobre os motivos que levaram os militares a realizarem o golpe militar em 1964; contato entre militares e civis durante o período de conspiração do golpe; relato sobre a preparação dos grupos militares para o golpe de 1964.

### *2ª Entrevista: 19.01.1993*

Fita 3-A: Atuação no SNI durante o governo Médici; razões que levaram Pedro Aleixo a não tomar posse.

Fita 3-B: Junta militar que articulou a indicação de Médici para presidente; medidas relativas à centralização da ação do Exército no combate à repressão tomadas pelo governo Médici; relato sobre a censura durante o período da transição para o governo Médici e a posição dos movimentos "de esquerda" neste período.

Fita 4-A: A instauração do AI-5 e o período de aumento da censura; ida para a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI); relação do Serviço Nacional de Informações (SNI) com outros órgãos, como o Centro de Informações do Exército (CIE) e relato da situação do SNI quando o entrevistado assume a chefia do órgão.

Fita 4-B: Atuação dos militares na área de espionagem e de censura durante a ditadura; imagem negativa, ligada à violência, vinculada ao presidente Médici criada durante a ditadura militar.

### *3ª Entrevista: 26.01.1993*

Fita 5-A: Relato sobre a construção de residências para os militares que ocupavam cargos importantes no governo; informações sobre o dia-a-dia do governo Médici, destacando alguns de seus participantes; o episódio da guerrilha do Araguaia e a atuação do governo Médici.

Fita 5-B: A censura durante o governo Médici e o relato de alguns casos de corrupção durante os governos militares; relato sobre a imagem histórica criada sobre o presidente Médici, ligada a seus "excessos no poder"; chefias do Centro de Informações do Exército e do Serviço Nacional de Informações (SNI) e como estes procediam na ocorrência de uma "ação" dos movimentos de esquerda (como assaltos a banco ou seqüestros); comentários sobre os desaparecimentos durante o governo Médici; relato do entrevistado sobre a possibilidade do fim da ditadura militar após os governos Médici ou Castelo.

Fita 6-A: Visão do então presidente Médici com relação à democracia, o MDB e as cassações a políticos neste período; relação entre os órgãos de informação existentes e o dia-a-dia das negociações destes órgãos diante de alguma ação da esquerda como, por exemplo, do seqüestro do embaixador americano; ameaça de morte sofrida pelo entrevistado em Lisboa e relato sobre o período em que permaneceu em Portugal como adido militar.

Fita 6-B: Relato sobre o período em que permaneceu em Portugal como adido militar; postura do governo Médici contrária a prisões violentas e à tortura durante seu governo.

*4ª Entrevista: 15.02.1994*

Fita 7-A: Período em que trabalhou no governo Costa e Silva como subchefe do gabinete do Ministério do Exército; difícil aceitação de Médici à sua indicação para sucessão presidencial durante a ditadura militar; a crise política brasileira e o Ato Institucional nº 5 (AI-5); projeto por parte dos integrantes do governo Médici de transferência do governo para um civil ao fim deste; a existência da tortura durante o governo Médici sem que houvesse conhecimento dos membros do governo e a relação entre tortura e censura.

Fita 7-B: Relação entre tortura e censura; relato sobre o cabo Anselmo; problemas na localização de presos políticos durante o período em que o entrevistado esteve à frente do Serviço Nacional de Informações; participação do SNI nas negociações dos seqüestros ocorridos durante a ditadura militar, em especial no governo Médici; inexistência de hostilidade durante o governo Médici, do ponto de vista da política econômica e da segurança do país, ao capital internacional; combate à esquerda brasileira e aos partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Fita 8-A: Comentários sobre o surgimento e desenvolvimento da idéia de se declarar as grandes cidades área de segurança nacional e, com isso, impedir a eleição de prefeitos durante a ditadura militar; a escolha do sucessor de Médici; conclusões acerca da impossibilidade das Forças Armadas (sejam elas de qualquer lugar do mundo) poderem dirigir um país, política e administrativamente, por mais de cinco anos e a imagem dos militares no Brasil; reflexões sobre a imagem negativa deixada pelo governo Médici na história do país e sobre a censura.

Fita 8-B: Relato sobre alguns personagens pertencentes à "linha dura" durante o período militar e participação de alguns destes no governo Médici; os alunos da Escola Nacional de Informações; o debate em torno da criação do AI-5; comentários sobre as mudanças ocorridas na Forças Armadas, como a da propaganda das Forças Armadas na televisão, e as que deveriam ocorrer; conclusão do entrevistado.

*1ª Entrevista: 11.01.1993*

M.A. - General, o senhor é um gaúcho de Cachoeira do Sul, sobrinho do João Neves da Fontoura. Teve muita influência na sua vida ser sobrinho de uma pessoa tão polêmica, tão vital?

C.F. - Do ponto de vista político, sim. Porque eu fui um borgista. Sabem o que é isso, não é? O Rio Grande se dividia em borgistas e assisistas; ou gremistas e internacionalistas. Isso é até hoje. Essa divisão era fatal, ninguém podia ser neutro. A minha mãe era irmã do João Neves, e o velho Isidoro, o pai do João Neves, meu avô, era o "pajé" da Cachoeira e não se fazia nada lá sem o seu aval. Morreu quando eu saí aspirante, em 1933, com 60 anos. Mas o João Neves sempre foi o grande líder da Cachoeira, foi grande líder da Revolução de 30, foi talvez o orador da revolução, porque a alma militar da Revolução de 30, que poderia ter sido o Góis Monteiro, não foi; foi o Osvaldo Aranha, que também é aparentado meu, é primo da minha mulher. A minha mulher é Freitas Vale, é prima do Ciro, prima do Osvaldo, neta da famosa dona Betinha Freitas Vale.

G.S. - Eu sou muito amigo de infância do filho do Ciro Aranha, o Osvaldo Euclides.

C.F. - Pois é. Eu conheço o Osvaldo, conheço praticamente toda a família. Há pouco tempo nos encontramos na noite de autógrafa do livro do Gibson Barbosa<sup>1</sup>. Já viram o livro? Eu estou gostando muito do livro. A parte que conheço é muito fiel, e conheço boa parte dela. A parte do governo, a parte do terrorismo, do seqüestro dos embaixadores, do seqüestro do cônsul do Japão em São Paulo, e é exatamente como ele conta. A parte da sua vida diplomática, essa eu não conheço; aceito como verdadeira porque admiro o Gibson e acho que é um homem sério. E inteligente. O livro está bem escrito. Não é muito rebuscado, porque o diplomata em geral escreve bem e com simplicidade. Fui diplomata temporário, por isso conheço um pouco.

M.A. - O senhor estava falando da sua família.

C.F. - A influência do João Neves foi política. Na minha vida militar ele não teve influência alguma. Nenhuma. Ele gostava muito de conversar comigo quando vivia aqui, sozinho, no hotel Glória, mas eu passei a maior parte da minha vida no Rio Grande, na fronteira. Tenho 17 anos de fronteira do Brasil com o Uruguai e com a Argentina e esses 17 anos me fizeram conhecer essa

---

<sup>1</sup> BARBOSA, Mário Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

fronteira a cavalo. A cavalo. Não foi de automóvel nem de avião. Então, talvez alguém conheça mais a fronteira Brasil-Argentina e Uruguai do que eu, mas é difícil. Conhecia-a a palmo. Mais de uma vez eu a trilhei. Inclusive quando havia revoluções no Uruguai, revoluções na Argentina, lá ia eu às vezes com o capitão Médici. Na fronteira com o Uruguai, passamos três meses: agosto, setembro e outubro. Um frio tremendo naquela barraquinha de lona, onde a água pingava na cabeça da gente, tinha que dormir com a cabeça tapada.

M.A. - Quando isso?

C.F. - Revolução no Uruguai havia mais do que aqui. Era uma por ano. Agora não me lembro se foi 35 ou 36. Eu andei na fronteira várias vezes, por causa das revoluções uruguaias. Mas foi em 1936. Em 1937, houve o golpe militar do Getúlio. Eu conheci o Médici quando fui para Bagé. Um regimento de cavalaria é constituído de cinco unidades e cada unidade se chama esquadrão. Possui cinco ou seis esquadrões. Eu participava do esquadrão comandado pelo capitão Médici. Era um homem enérgico, muito bom profissional, muito bondoso, um coração muito grande, nos tratava a nós, jovens aspirantes e jovens tenentes, com muito carinho, mas com muita energia também. Exigia muito de nós, como exigia de si próprio, em todos os sentidos, todos os aspectos, de modo que aprendi muito com ele e aprendi a ficar seu amigo, e ele meu. E ficamos amigos o resto da vida embora nunca mais tenhamos servido juntos. Quando ele comandou a AMAN<sup>2</sup>, a Academia Militar, já era general-de-brigada – ele foi promovido por Jânio Quadros. Votei no Lott, depois eu digo por quê. Mas eu tinha informações péssimas sobre o Jânio. Votei no Lott, que não seria o meu candidato, mas entre um e outro, o menos mau, na minha opinião. Está aí no que deu. Agora tivemos um segundo Jânio. Convidou-me para servir com ele, na AMAN. Mas nessa altura eu era coronel-comandante de um regimento de cavalaria em Uruguaiana. É o máximo que um oficial pode desejar na sua vida militar. Não é ser general, é ser coronel-comandante de um regimento, é para isso que ele se forma. Agora, o generalato é um acidente. De uma turma de duzentos e poucos, como era a minha, e de todas as turmas em geral, dez por cento somente chegam ao generalato. É uma peneira, é um funil tremendo, e esse funil não depende da gente. São fatores os mais variados, são circunstâncias, é também a política. O Exército não se mete em política, o general não se mete, mas tudo é política. "O homem é político por excelência". Nasce político e morre político. Então, eu não pude aceitar o convite do Médici. Respondi: "Lamento muito, meu prezado amigo, mas estou no ideal da minha vida". Onde eu mais vivi a vida militar foi no

---

<sup>2</sup> Academia Militar das Agulhas Negras.

comando desse regimento. Um regimento com oitocentos homens, mil cavalos. Era no tempo da cavalaria e eu tinha mil cavalos. Era um regimento muito bom, muito bem aparelhado, completo, oficialidade ótima, sargentada muito boa. O soldado é ótimo. O soldado brasileiro é um dos melhores do mundo, a própria FEB<sup>3</sup> mostrou isso.

G.S. - O senhor esteve na Europa?

C.F. - Não, não estive. Estive na Europa, mas não na FEB. Na FEB, não, porque na FEB só cabia um capitão de cavalaria e foi o Pitaluga como comandante de esquadrão. O Pitaluga é um elemento importante.

G.S. - General, qual foi a influência da Segunda Guerra Mundial sobre as forças armadas brasileiras em geral e sobre o Exército em particular?

C.F. - Foi muito grande. Porque a nossa missão militar anterior, como sabe, era francesa. Então, o Exército vivia sob o signo da Missão Francesa. Castelo Branco, primeiro-tenente, era assessor da Missão Francesa na Escola Militar do Realengo quando eu era cadete.

Depois mudou completamente. Mudou a doutrina inclusive porque nós fomos à guerra com os Estados Unidos. A influência foi muito grande. Eu fiz o curso de estado-maior no Exército americano, já como major. Fui promovido a tenente-coronel lá, onde passei um ano. O curso é de um ano e dois meses. Dois meses são para uma adaptação à língua. Então passamos dois meses com dez horas de aulas de inglês por dia. Sabe lá o que é isso?

M.A. - Banho de imersão.

C.F. - É de matar, não sei como é que a gente agüenta aquilo. Mudavam os professores, cada hora era um professor e os alunos eram os mesmos durante dez horas. [risos] Era uma loucura. Então a guerra mudou completamente a doutrina do Exército. A doutrina mudando, muda tudo. A doutrina é a alma da organização militar. A doutrina e o homem, claro, ou o homem e a doutrina.

G.S. - E a doutrina mudou como? Qual era a essência da doutrina francesa e qual era a essência da doutrina americana?

---

3 Força Expedicionária Brasileira.

C.F. - A doutrina americana, pela sua vitalidade, pela sua fabulosa população, pelos seus fabulosos recursos, é o ataque. É o ataque sempre. Sempre, sempre, a qualquer preço, a qualquer custo, e eles tinham gente para morrer e armas para lutar à vontade. E é a única coisa que conduz à vitória mesmo, todo mundo sabe disso, até na vida privada. Quem não ataca, morre. Agora, a doutrina francesa, não. A doutrina francesa aceitava e admitia muito bem a defensiva, e a maior prova disso é a Linha Maginot que foi contornada. Fizeram uma linha quase completa, olha, quase, quase completa, mas deixaram um flanco aberto e os alemães entraram por esse flanco. Vieram pela retaguarda e tomaram conta da Linha Maginot em 48 horas, 72 horas, dois dias, três dias, sei lá. Li tudo, toda essa literatura, tenho toda ela. O tempo vai passando... Eu estou com 80 anos, li muita coisa. Então, a diferença é essa: uma tinha por excelência o ataque; a outra tinha, eu não digo por excelência, mas aceitava muito bem, contemporizava muito bem com a defensiva. E a Linha Maginot é a prova disso, repito.

M.A. - Mas do ponto de vista das questões internas do Brasil, a Segunda Guerra muda alguma coisa no oficialato em relação, por exemplo, a uma intervenção maior dos militares, doutrina de segurança nacional, ESG<sup>4</sup>...

C.F. – Não, pelo contrário. Seria até o contrário, porque o Exército americano não se mete na política, salvo nas grandes linhas. Pelo menos não ostensivamente. É claro que o Pentágono é uma mão de ferro; em última análise, aqui entre nós, quem governa os Estados Unidos é o poder econômico e o Pentágono, na minha opinião. Não sei a sua, na minha opinião. Eu pressentira isso lá e estamos vendo, hoje, os Estados Unidos intervindo no mundo inteiro. Depois da Segunda Guerra eles se tornaram a primeira potência mundial... Primeira e única, atualmente. O próprio Japão não chegará a isso, a Alemanha unificada poderá vir a chegar. A Alemanha é poderosa, tem 70 milhões de habitantes. De 70 a 80 ou a cem é um pulo, são duas ou três gerações, e o povo alemão é um povo extraordinário. De sorte que não houve, não. Se houvesse, teria sido no sentido contrário. Aqui se dizia muito que o general Walters, Vernon Walters, teve uma influência muito grande. Não. Eu sou amigo do Vernon Walters, ele é mais velho que eu, mas nunca o Vernon Walters interveio. Eu era o chefe do estado-maior do general Adalberto Pereira dos Santos quando rebentou a revolução em Porto Alegre, em 64. O Adalberto comandava a 6ª Divisão de Infantaria. O Vernon Walters foi lá uma ocasião, conversou com o general, conversou comigo, não deu uma

---

<sup>4</sup> Escola Superior de Guerra.



palavra sobre política interna brasileira. É possível que ele tenha comentado com outras pessoas, mas tinha muita intimidade comigo e com o Adalberto, principalmente comigo, e nada comentou. O Adalberto, afinal, era general-de-divisão e o Walters ainda não era general.

G.S. - Era coronel.

C.F. - Era coronel. Então, tinha muita intimidade comigo, almoçávamos juntos, jantávamos juntos, várias vezes aqui no Rio mesmo, na casa dele, ele morava em Ipanema. Se teve qualquer interferência eu não tomei conhecimento. E tomaria, porque afinal eu vivi esse tempo todo, na revolução, com toda essa gente que fez a revolução.

M.A. - General, voltando um pouquinho para trás, quais foram os seus colegas de turma? O senhor lembra de algum, os que mais se destacaram?

C.F. - O primeiro aluno da minha turma de Escola Militar chamava-se Alzir Benjamin Chaloub. General. Eu não tenho certeza, mas parece que morreu há pouco tempo. Era de origem árabe, muito inteligente, inteligentíssimo. Pequeninho, mas uma cabeça brilhante. O Valter dos Santos Meier também era muito inteligente. Esse é carioca. Morreu. O Celso dos Santos Meier, irmão do Valter, muito inteligente. Foi jogador de basquete da seleção brasileira quando era cadete da Escola Militar, nos anos 36, 37, por aí. Era o primeiro a levantar da sala nas provas escritas, nas sabatinas, como nós chamávamos. O apelido dele era "Cestinha", porque ele era um grande "encestador". A prova que levava duas horas, ele fazia em 30 minutos. Lá fora, no cafezinho perguntávamos: "Cestinha, você errou tudo ou acertou tudo?" Dizia ele: "Não sei". Ele era muito modesto. Dava risada e dizia: "Não sei". Acertava tudo. Era um grande aluno. Grande. Não saiu general não sei por quê. Não fiquei sabendo se foi antes da revolução que ele foi embora... Mas não foi por causa da revolução. Não teve problema com a revolução. O que é lamentável, porque era inteligente, capaz, e um homem sério, íntegro, modesto. Bom, eu citei o Valter, o Celso, irmão do Valter, citei o Chaloub... Tem também o Viana Moog<sup>5</sup>, general também, morreu há pouco tempo. Meu amigo desde o Colégio Militar de Porto Alegre, desde 1925, irmão do escritor Viana Moog, que também era meu amigo e morreu há pouco tempo. O escritor morreu há uns dois anos mais ou menos e o Olavo, general, morreu há um ano e pouco. Éramos amigos da mesma idade, fizemos os cursos do Colégio Militar, da Escola Militar e de estado-maior juntos. Fiz com o Moog

---

<sup>5</sup> General Olavo Viana Moog, irmão do jornalista e escritor Clodomir Viana Moog.

e o Andreazza. Quem mais? Pitaluga também foi colega de turma de estado-maior. A turma era grande, eram uns 60 ou 70. Eu acho que os nomes principais eu citei aí.

M.A. - Agora, em termos de serviço dentro do Exército, o senhor serviu com o capitão Médici, nos anos 30, depois o senhor disse que não serviu mais com ele...

C.F. – Não, depois não servi mais com ele. O general Dutra era ministro da Guerra naquele tempo, e foi visitar Bagé. O regimento tinha 12 tenentes. Completíssimo. Seis capitães, dois majores, um tenente-coronel subcomandante e um coronel. Bagé era considerada a capital da cavalaria. Das cidades de fronteira no Rio Grande, era a melhor, e ainda continua sendo a melhor. Hoje, Uruguaiana rivaliza. A classificação na unidade era segundo a classificação intelectual da turma. Fui para Bagé – eu queria mesmo ir para lá – e o Dutra chegou, viu os oficiais todos em forma para cumprimentá-lo e ia perguntando a um por um: "Há quantos anos está aqui?" Na minha vez, eu disse: "Há quatro anos e meio." Nesta mesma situação estava o Obino Lacerda Álvares. Sugiro que o convidem, é muito inteligente. Havia também o Fonsequinho, irmão do general Artur Candal Fonseca e Odilon Lehmann de Figueiredo. Desses quatro citados, dois saíram general: Obino e eu. Odilon morreu antes, teve um enfarto em Petrópolis, morreu lá. O Fonsequinho não saiu general. Foi para o IME, era um grande técnico, professor universitário de duas ou três universidades aqui do Rio de Janeiro, inclusive do IME. Morreu também há pouco tempo. Então, estávamos todos lá há quatro anos e meio. Éramos da mesma turma, e servimos lá na mesma época. Transferiram-nos todos. Um para Mato Grosso, outro para São Borja e eu fui para Santo Ângelo. Eu fui triste porque tinha acabado de ficar noivo, a noiva não era de lá, é Freitas Vale, família de Alegrete, Uruguaiana, e lá nos conhecemos. Não no mesmo ano, mas uns dois anos depois nós nos conhecemos, acabamos noivos e casados até hoje, há 53 anos. Fiquei aborrecido com a história. Fui para Santo Ângelo, mas cheguei lá, gostei. Quer dizer, é preciso mudar, é preciso variar, é preciso ver que esse regimento, o seu regimento não é o melhor do mundo, há outros melhores. Iguais ou melhores, como haverá piores também. Então, gostei muito do outro, fui muito feliz também no outro. Bons capitães, eu era tenente ainda. Bons capitães: Domingos Fernandes, depois foi professor da Escola Militar, da AMAM; o Abílio dos Reis, que também foi professor da AMAM. Quer dizer, gente muito capacitada intelectualmente. Mas em Bagé, voltando a Bagé, há um detalhe que eu queria citar. Lá eu convivi com o capitão Antônio Ribeiro Weimann, sobrenome alemão. Ele era o tipo de alemão mesmo. Grande. E o Weimann fez parte da Coluna Prestes, e eu era muito curioso em história, eu conversava muito com o Weimann sobre a Coluna Prestes. É um alemão inteligente. Ele me dizia: "Olha, Fontoura, eu

vou me abrir contigo. Eu já vi que você é um rapaz sério, é curioso e precisa saber das coisas. O Prestes não é nada disso, o Prestes só deu nome à Coluna. Os homens da Coluna eram o João Alberto, o Cordeiro, o Siqueira Campos – que é parente afim da minha mulher –, e Juarez Távara.” Esses eram os homens da Coluna. Agora, a Coluna, na verdade, nunca brigou. Ou por isso ou por aquilo, eu acredito até que ela não tivesse recursos suficientes. Tinha gente, quatro ou cinco mil homens, mas não devia ter munição, não devia ter armamentos suficientes. Devia ser muito pobre, talvez não tivesse mesmo condições. E querem fazer homenagem ao Prestes, fazer um monumento ao Prestes aqui e outro em Porto Alegre. Então façam ao Pelé, que mesmo em vida tem muito mais valor. Não sei se estou ofendendo os senhores aí. O Prestes nunca fez nada. Eu conheci o lugar de onde ele saiu, lá em Santo Ângelo, era comandante de uma companhia de transmissão. O quartel já estava em ruína quando o conheci, 1938. Ele saiu de lá em 1924, por aí. Então: “Aqueles eram os homens da Coluna, eram os que mandavam, os que conciliavam, os que comandavam realmente, que aglutinavam aquela massa toda e que fizeram todo o trabalho da Coluna. O Prestes dava o nome e a barba”. E eu também sempre achei que o Prestes foi o maior blefe nacional, veja 1935. Então ele achava que ia tomar conta do Brasil com meia dúzia de gatos pingados? É um erro que não tem nome, não é? Depois foi senador, disse aquela barbaridade em resposta a Juraci Magalhães. Respondendo ao Juraci, ele disse que estaria ao lado da Rússia numa guerra com o Brasil. Não precisa mais nada, não é, para um cidadão senador e ex-militar. Depois, o que é que ele fez? Acabou expulso do próprio partido que fundou. Então, qual é o valor deste homem? Foi para os comícios com Getúlio Vargas, que mandou matar a sua mulher. Onde é que está a moral deste homem? A meu ver, não tinha valor nenhum. Diziam que na Escola Militar foi o primeiro aluno. Era brilhante. Tinha graus elevados...

M.A. - Nós voltamos a falar de sua transferência de Santo Ângelo...

C.F. - É. Eu pedi transferência, foi a primeira vez na vida que eu pedi transferência. Fui para Alegrete, que era a terra da minha mulher, de onde também gostei muito. Uma cidadezinha muito boa, um povo muito acolhedor. Ela tinha família lá, irmã casada, tias, enfim, foi uma vida agradabilíssima. O regimento também era muito bom. Fui comandado lá pelo então coronel Âncora, que depois foi general e ficou do lado do Jango. Ficou e ficou convicto, ficou até morrer. Não mudou de lado, de idéia, de bandeira. Ele foi um bom comandante. Hoje está com um filho também general de Exército. Era um menino naquele tempo. Bom. De Alegrete, nós fomos para Porto Alegre. Aí, eu fui convidado para servir no Regimento Osório, o famoso Regimento Osório, que tem o nome do próprio Osório por motivos históricos. O comandante era o coronel Ari

Salgado Freire, que fez parte da Coluna Prestes. Ari Salgado Freire. Vejam que eu servi com gente que teve influência nessa história, que viveu a história do Brasil desde 1920. Então, conversava muito com o coronel Ari. Passei dois anos e tanto no Regimento Osório. Excelente comandante. De Porto Alegre, fui convidado para diretor da Coudelaria Nacional de Saican, onde se criavam cavalos de corrida. Não para o Exército, mas para os fazendeiros. Os cavalos eram distribuídos aos fazendeiros, por épocas. Eram cento e tantos, duzentos cavalos. Foi quem fez a criação de cavalos puro sangue no Brasil praticamente. Agora acabou.

G.S. - Agora não precisa mais.

[FINAL DA FITA 1-A]

C.F. – Não, não precisa mais. O Exército não tem mais cavalos, tem um ou dois regimentos, por tradição. Tem o Osório, ainda, em Porto Alegre; tem um aqui também, Andrade Neves. Também era um grande cavalariano da Guerra do Paraguai. A Escola de Estado-Maior – esse foi o primeiro contato que eu tive com o então coronel Castelo Branco. Ele era diretor de ensino e subcomandante da Escola. O comandante da Escola era o general Tristão de Alencar Araripe – e o curso foi normal. Vivíamos muito mal, salário sempre pequeno, como hoje. Mas eu ainda vivia melhor naquela época do que hoje. Eu era capitão, ganhava cinco contos de réis ou cinco mil cruzeiros.

G.S. - Ainda era conto.

C.F. - Ainda conto de réis. Eu ganhava cinco contos e duzentos réis como capitão. Morava num apartamento em Copacabana, pagava um conto de réis. Tinha dois filhos. Agora tenho uma menina que veio depois, bem mais tarde. Tinha dois filhos, os dois estavam no melhor colégio da zona sul, o Melo e Sousa, em Copacabana, e não era barato.

M.A. - Agora, esse seu contato com o general Castelo Branco...

C.F. - Com o então coronel Castelo Branco. Foi muito eventual, porque ele estava lá em cima e eu era um aluno, capitão. Ele não dava aula, mas participava muito das discussões, com uma eficiência extraordinária. Era realmente um gênio tático. E foi o gênio tático da FEB, a meu ver. Se ninguém disse isso ainda aqui, podem escrever. O Pitaluga ocupava todos os lugares, era uma

tropa rápida, aparecia em toda parte. Praticamente se entregaram ao Pitaluga. Ele não deve ter dito isso aí, mas é verdade. Os tenentes dele eram todos de cavalaria, mas como capitão, foi o único. E é general, saiu general aqui, da ativa. Então, esse foi o primeiro contato. O segundo contato veio depois de minha viagem aos Estados Unidos. Da Escola de Estado-Maior eu fui para Uruguaiana. Então, fomos viver em Uruguaiana, passamos três anos lá. De lá, eu recebi convite da Escola do Estado-Maior do Exército, várias vezes, para servir como instrutor da Escola do Estado-Maior ou como oficial do estado-maior do Exército. Não pude aceitar, a minha resposta era sempre a mesma: se houver residência disponível, eu irei. Do contrário, muito obrigado, fico muito honrado, etc, etc. E não fui. Nem para a escola nem para o estado-maior do Exército, que eram dois lugares de destaque para um capitão, como ainda é. Lá eu saí major. Saí major em Uruguaiana, e recebi um dia um telegrama do chefe do estado-maior do Exército, que era o general Fiúza (de Castro), a quem eu não conhecia pessoalmente, me convidando para fazer o curso de estado-maior nos Estados Unidos. E fomos. Passamos lá um ano e tanto, fizemos o curso, e lá saí tenente-coronel.

G.S. - Isso foi em que ano?

C.F. - Isso foi em 1953/1954, porque o ano letivo lá é de setembro a agosto. Não chega a um ano, são 11 meses. Mas nós fomos em junho, porque precisávamos de dois meses, julho e agosto, de aulas de inglês. Dez horas por dia. A vida lá era muito boa, muito fácil. Cidade pequena, a grande escola onde havia mil e tantos alunos, duzentos e tantos estrangeiros...

G.S. - Mas isso foi feito em que cidade dos Estados Unidos?

C.F. - Na cidade de Leavenworth. É uma pequena cidade próxima a Kansas City, que era o grande centro, e ainda o é, aonde nós íamos no fim-de-semana passear, fazer compras, etc. Era pertinho. Eram 50, 60 quilômetros. Uma hora de automóvel. Tivemos uma vida muito boa lá. A escola funcionava muito bem. A nossa escola é assim, não é pior que a deles, não deve nada à americana. Então, foi tudo muito bem. Quando eu voltei, à revelia, sem convite, fui classificado como instrutor na Escola de Estado-Maior. Professor. Instrutor, como se chama. Éramos três brasileiros: eu, o Ferdinando de Carvalho e o Areias, que já faleceu. O comandante era o Castelo Branco, já general-de-brigada. Não nos recebeu com cara boa porque não nos convidou, o normal é o comandante convidar, sobretudo para uma escola como essa. Eu gostava muito de tática e achava que ia ser instrutor de tática e sempre pensei na tática. O Castelo Branco disse: "O senhor vai ser

instrutor de logística.” Aquilo já me deixou desagradado. Profundamente desagradado. Mas fui. Não tinha outro remédio, fui ser professor de logística, que era o forte da Escola de Estado-Maior nos Estados Unidos. Havia um general americano que dizia: “Durante a guerra...” Falava-se muito da guerra, porque a guerra tinha acabado há poucos anos, quatro, cinco anos, então, eles falavam muito da guerra. Todos aqueles oficiais americanos tinham participado da guerra, tinham uma experiência de guerra, eram majores, tenentes-coronéis, coronéis, e os estrangeiros quase todos também. Os brasileiros, não. Nenhum de nós três tinha estado na guerra. Fui ser instrutor de logística. O Castelo não gostava de logística, só gostava de tática, estratégia. Eu me lembro que as portas eram fechadas por causa do barulho, a sala era bem arejada. A escola é muito boa, bem instalada, não sei se conhecem... Vale a pena fazer uma visita. Eu consegui, quando era chefe do estado-maior do III Exército, em Porto Alegre, que 12 reitores de universidade, naquela época de crise estudantil tremenda, 1968, 1969, viessem passar três dias na Escola de Estado-Maior, acompanhando o trabalho da Escola durante três dias. Para ver o exemplo de uma coisa quase perfeita.

M.A. - Bom, o senhor na Escola não teve nenhuma aproximação maior com o general Castelo?

C.F. - Tive.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - O Costa e Silva era o primeiro da turma ?

C.F. - O primeiro da turma do Castelo. O Castelo não queria o Costa e Silva para presidente. Costa e Silva era muito inteligente, eu pude apreciar bem porque passei três anos com o Costa e Silva: dois no gabinete e quase um ano na chefia do SNI<sup>6</sup>, quando o Médici saiu para o III Exército. O Daniel Krieger, com quem eu não tinha relações – ele era gaúcho também mas eu não o conhecia, conhecia de vista, de nome, de jornais – um dia me telefonou. Ainda em novembro. A promoção era dia 25 de novembro. O Daniel Krieger me telefonou num sábado de novembro: “Coronel Fontoura, o senhor aceita tomar um drinque comigo?” “Com muito prazer.” “Olha, eu queria primeiro conhecer pessoalmente o senhor. Segundo, eu quero lhe dar uma boa notícia: o senhor vai ser promovido a general no dia 25.” Eu perguntei: “Como é que o senhor sabe?” “Pelo

---

<sup>6</sup> Serviço Nacional de Informações.

seguinte: ...” Ele era muito amigo do Castelo, era líder do Castelo e era... Não sei se o conheceram pessoalmente. Era um homem muito simpático. Até meio o tipão do Osvaldo Aranha. Osvaldo Aranha era extraordinário, tive ocasião de conversar horas com o Osvaldo Aranha... É como esse Brizola. Conversou com Brizola, vota nele. Ah, vota.

[FINAL DA FITA 1-B]

C.F. - (...) Ele me disse isso, eu perguntei: “Mas por que é que você sabe?” Disse ele: “Olha, o Castelo nomeou para comandante do III Exército (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) um general, o Braguinha<sup>7</sup>, que como capitão, esteve uma só vez no Rio Grande do Sul e não ficou bem, porque foi como ajudante-de-ordens do Daltro Filho. E o povo do Rio Grande não esquece essas coisas. O senhor sabe como é.” Disse o Castelo para ele: “Mas não tem importância porque eu vou promover a general agora um coronel que é gaúcho, que é benquisto lá, que gosta muito do Rio Grande e que vai equilibrar.” Ele perguntou: “Qual é o coronel?” “Coronel Fontoura.” Eu não tive sensação nenhuma quando fui promovido embora eu não esperasse. Mas promoveu. Lá fui eu.

M.A. - Geisel telefonou e o Castelo já o chamou de general.

C.F. - Castelo já me chamou: “General Fontoura, acabei de assinar a sua promoção e também a sua classificação. O senhor vai ser chefe do estado-maior do III Exército com o general Braga.” E diz ele assim: “Quando embarca?” Abruptamente: “Quando embarca?” Ele era assim.

G.S. - Mas não era rancoroso. General, se ele quisesse lhe breçar, ele podia, sem problema?

C.F. – Podia, era só não assinar. Mas ia uma lista de três nomes para cada vaga. Se vão três nomes para cada vaga, você pode escolher qualquer um dos três. É o presidente que escolhe. Primeiro é a comissão de promoções que seleciona, depois vai para o Alto Comando. É uma triagem tremenda. O Alto Comando seleciona mais ainda. Depois vai para o presidente uma lista de três nomes para cada vaga.

M.A. - General, já que a gente adiantou um pouco, eu queria falar do senhor no Rio Grande do Sul durante os governos Jânio Quadros e João Goulart. Porque o senhor já conspirava, não é? O

---

<sup>7</sup>General Álvaro Alves da Silva Braga.

senhor estava no III Exército. Qual era exatamente a sua posição?

C.F. - Com Jânio Quadros, não, porque não houve nem tempo para conspirar. Eu comandava um regimento na cidade de Uruguaiana – Rio Grande do Sul.

M.A. - O senhor está falando em qual regimento?

C.F. - O 8º Regimento de Cavalaria.

M.A. - Que foram exatamente os anos do governo João Goulart.

C.F. - Foi 1959 a 1960, 1961, 1962. Eu assumi em maio de 1959 e deixei em maio de 1962. Passei três anos no comando. Topei o Machado Lopes, topei a assunção do João Goulart.

M.A. - Mas o senhor foi a favor da posse do João Goulart?

C.F. - Fui a favor da posse. Não do João Goulart, fui a favor da posse do vice-presidente da República que era ele. Podia ser outro, podia ser a senhora, podia ser qualquer um. Reuni os oficiais, disse: “A minha decisão é essa. Alguém está contra?” Havia vários udenistas. Vários. Mas ninguém disse nada. Ninguém disse não. Eu disse: “Vou agora ao quartel-general dizer ao general que o regimento está reunido e unido a favor da decisão do III Exército de dar posse ao presidente João Goulart.” Mas eu era contra ele, contra João Goulart.

M.A. - Por quê?

C.F. - Porque eu achava que ele não tinha condições de ser presidente da República. Não tinha condições. Era um populista, era um demagogo. Tinha um coração enorme, era capaz de tirar o casaco para dar ao senhor. Agora, para presidente da República não dava. Sem dúvida era bondoso.

M.A. - Mas além do senhor achar que o Jango era bondoso, o senhor achava que era incompetente e que mais?

C.F. - Era incompetente. Era inteligente.



G.S. - Inteligente, de bom coração, incompetente.

C.F. - É. Isso ele era. A meu ver.

G.S. - General, o Jango assume e o senhor ainda está no Rio Grande do Sul. Aí começa a conspiração para tirar o Jango. Como é que foi isso?

C.F. - É. Mas a conspiração para tirar o Jango começou depois que ele voltou ao presidencialismo e assumiu poderes absolutos. Até então, não. Vamos ver. Talvez, vindo um ministro governar, talvez a coisa melhorasse, não é. Não havia necessidade ainda de uma conspiração. Agora, depois que ele assumiu poderes absolutos... Imperador, como era o nosso “querido” Collor, em quem eu votei também...

M.A. - Quem conspirava com o senhor contra o João Goulart?

C.F. - Eu não devo dizer que o general Adalberto<sup>8</sup> conspirava, porque general não deve conspirar. Eu levava tudo a ele e ele concordava com tudo. Sei lá como é que eu vou me classificar. Mas tudo vinha para mim. Convergia em mim.

M.A. - Era um contato...

C.F. - É. Tudo, os civis, os militares, enfim, tudo convergia em mim. Os irmãos do Aranha, aquela gente toda, militares, civis, tudo convergia em mim. Então, fazia uma seleção daquelas conversas todas e levava ao general. E ativava.

M.A. - Mas quem era? O general Adalberto...

C.F. - O general Adalberto era o comandante. Eu tirava o Adalberto desse bolo, o bolo parava em mim. Vinha a mim. Eu era mais conhecido. Depois, era mais fácil o acesso a um coronel do que a um general.

---

<sup>8</sup> General Adalberto Pereira dos Santos, então no comando militar em Cruz Alta (RS).

G.S. - Muita gente descreve o movimento de 1964 como uma conspiração centralizada, etc, enquanto que outros dizem que não, que era um grupo aqui, um grupo lá.

C.F. - Ilhas. Ilhas. Pode escrever isso. Nós nunca centralizamos. Só houve um início de centralização na véspera da revolução. Houve uma circular do general Castelo Branco, chefe do estado-maior do Exército. Quando veio a circular, nós mandamos um coronel ao Rio, ele mandou pedir que mandasse um oficial buscar a circular, tal a importância da circular. Então, nós mandamos um coronel, muito meu amigo – faleceu como general, num desastre de aviação em Campo Grande. Ângelo Irulegui Cunha.

G.S. - É basco.

C.F. - É basco. É. O Médici também era basco. Eu trouxe lá da zona dos bascos, lá da fronteira com a Espanha, uma boina basca para o Médici.

G.S. - Por causa do Garrastazu.

C.F. - Garrastazu. Estavam uns bascos jogando carta. Perguntei: “O que é que vocês estão jogando aqui”? Eles entendiam o português, mas eu falei em espanhol. Aí explicaram. Quatro velhos, aqueles de boina. Perguntei: “E onde é que eu compro uma boina dessas?” “Ali tem a boina”. Comprei a boina, trouxe-a para o Médici. Bom. Ângelo Irulegui Cunha, Washington Bermudes, Rondon Guimarães, Nilton Martins. Esses são os conspiradores lá de Porto Alegre. Todos conspiravam. O próprio Meneghetti, Ildo Meneghetti, o governador; Poti Medeiros, (sugiro que convidem o filho dele, o Cláudio Medeiros, que foi diretor da Caixa Econômica, é um homem inteligente, conhece muita gente, conhece muita coisa, viveu muito conosco. Mora aqui).

G.S. - Quer dizer que eram ilhas. Depois, com o correr do tempo, talvez tenha se transformado em uma revolução.

C.F. - Ilhas, pelo Brasil afora. Então, essa circular do Castelo, de certa forma, nos deu unidade, uma relativa unidade, resquícios de unidade. Mas não houve tempo. O Costa e Silva mandou dizer para o Adalberto que ia mandar o general Malan a Porto Alegre no dia 31 de março, porque a revolução estava marcada para 6 ou 7 de abril. Nunca para 31. E o general Malan foi a Porto Alegre no dia 31. “Malan vai aí com uma missão importante para você.” Porque aquela guarnição

era talvez a mais importante do Brasil. Pegava três estados e tinha muita tropa, os efetivos eram grandes.

Fui ao aeroporto receber o Malan, já sabia que o Mourão havia saído. Antes disso, um parêntese rápido, voltando ao Mourão. Quando eu era chefe do estado-maior da 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, com o general José Horácio da Cunha Garcia, o Mourão se dava muito com ele e mandou um oficial dizer: “Garcia, eu vou sair com a minha divisão daqui a três dias.” Isso em 1963<sup>9</sup>. O Garcia me chamou e disse: “O general vai morrer na primeira esquina, não tem nada preparado. Como é que ele vai sair sozinho daqui para o Rio de Janeiro? Para Brasília? Ele não chega lá. É louco esse camarada.” Aí, diz ele assim: “Vê um bom oficial, manda de trem a Santa Maria dizer para o Mourão que ele não saia agora. Não estamos em condição de acompanhá-lo agora.” Ele queria companhia mas não havia preparação para isso. A coisa mais difícil que há, os senhores vão achar estranho, é um coronel, um comandante, mesmo bom comandante, quebrar a legalidade mesmo que tenha apoio de toda a sua gente, de sua tropa. É difícil. A gente passa a vida inteira pregando a legalidade. Passa a vida inteira dizendo para o soldado da disciplina, da legalidade, do apoio à lealdade etc, etc. Como é que de repente vai-se voltar contra o governo? É difícil. Eu pensava muito nisso. Olha, modéstia à parte, eu tinha o regimento na mão. Até achava que revoltava o regimento, mas achava difícil.

G.S. - General, o que é que estava passando pela sua cabeça e na dos demais conspiradores de lá, naquela ilha, nesse momento? Tirava o Jango. E o quê?

C.F. - Tirava o Jango e tinha que pôr um general. O que é que a gente podia fazer? Fazer uma eleição? Não se faz de um dia para outro, a nação não estava preparada para isso.

G.S. - A pergunta: tira o João Goulart. E depois?

C.F. - Ah! Aí não tinha outra solução, tinha que pôr um general. E o nosso candidato era mesmo o Castelo Branco, que considerávamos, na época, o melhor general. O mais culto, o mais conceituado, um homem muito honesto, um homem que toda a vida se dedicou ao Exército. E

---

<sup>9</sup> O entrevistado deve ter-se enganado. Tal fato deve ter ocorrido em 1961 ou 1962, já que, de acordo com o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, “em fins de 1961, Mourão Filho foi nomeado comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria (RS), em substituição ao general Peri Constant Bevilacqua. Ali entrou em contato com elementos civis e militares que articulavam no estado um movimento para afastar do poder o presidente da República João Goulart, que assumira o cargo sob regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros (25/8/1961)”.

acho que ele fez um bom governo. Dos governos de militares, ou dos governos brasileiros, eu cito três governos militares como bons: o Dutra, o Castelo e o outro, modéstia à parte, foi o do Médici. Dizem: a conjuntura internacional. Muito bem. Mas nós temos tido várias vezes a conjuntura internacional favorável e estamos lá no fundo do poço. Quantas vezes isso já aconteceu? Eu tenho 80 anos. Os senhores são muito jovens, não sabem disso, mas eu sei. Quantas vezes a conjuntura foi favorável e nós sempre devendo, sempre ganhando mal, sempre não tendo educação, não tendo colégio, nunca tendo hospital. Por quê? Incompetência e corrupção. Foi o que reinou nesse país durante... Está reinando ainda. E até nos governos militares também houve, porque a periferia ninguém controla. No Japão, de vez em quando, cai o primeiro ministro porque aceitou quatro milhões de dólares de gorjeta. Bom. Na França, na Inglaterra, em toda parte. Mas aqui é demais. O exemplo no governo de certos presidentes é de todo dia.

G.S. - Mas general, então a idéia era: tira o João Goulart, põe um general, o Castelo. Tinha uma idéia de que ia demorar muito tempo?

C.F. - É isso que eu queria dizer. A idéia era a seguinte: não se pensava muito nisso, na questão do tempo, porque era o dia-a-dia. Não houve um planejamento. Nós não fizemos uma revolução, nós demos um contragolpe, porque o golpe estava sendo dado por “eles”. “Eles” estavam dando o golpe, o senhor Goulart, o senhor Brizola, o senhor Arrais, o senhor Darci Ribeiro, etc, etc. Esses estavam tomando conta do país e do governo. No governo já estavam, estavam tomando conta do país e levando o populismo, sindicalismo. Ia se transformar, sem dúvida, este país numa república “comuno-sindicalista-populista”, sei lá. Nós íamos por um mau caminho. Sentíamos isso. Porque nos ameaçaram de toda a parte. Lá mesmo, no Rio Grande do Sul, o povo, o pessoal do sindicato nos ameaçava.

[FINAL DA FITA 2-A]

M.A. - 1964 foi um contragolpe, no seu modo de ver.

C.F. - Foi um contragolpe. Porque “eles” estavam dando o golpe: nós fizemos o contragolpe, sem preparação. Não houve preparação. Quer que eu lhe diga uma coisa? A nossa Divisão de Infantaria, comandada pelo general Adalberto, tinha 11 unidades.

G.S. - General, por essa linha de pensamento, se o senhor tivesse que dizer qual foi a causa mais

importante que fez com que as forças armadas decidissem a dar o golpe, qual foi a principal?

C.F. - Foi a virada que o país estava dando para a esquerda.

G.S. - Ameaça comunista.

C.F. - Ameaça comunista. Comunista, populista, sindicalista. Mista, esquerdista. E a prova está aí, que nós estávamos com a razão, que o comunismo acabou, implodiu. Nem foi derrubado, nem foi derrotado, não foi nada. Implodiu. Caiu como castelo de areia. Na minha opinião... Se eu pensasse antes como eu penso hoje, se eu tivesse tido influência – a minha influência foi muito pouca – o governo militar acabava mais cedo. Nenhum Exército do mundo, em nenhum país do mundo, pode dirigir a nação, política e administrativamente, por 20 anos. De jeito nenhum! Nós não fomos feitos para isso. Agora eu tenho tempo para pensar, então eu cheguei a duas conclusões muito tristes: uma é essa.

G.S. - Que não teriam ficado tanto tempo, é isso?

C.F. - Eu acho que terminava no Castelo ou no Médici. Acabava num dos dois, que na minha opinião foram os dois melhores governos da revolução. Não sei a sua, não sei a sua. O senhor é historiador. Na minha opinião, foram os dois melhores. Então, acabava aí, não podia ficar esse tempo todo. Foi um erro que nós cometemos. Não me omito no cometimento desse erro. Também participei do erro. Outra conclusão a que eu cheguei é uma conclusão triste: que nesse país tudo presta. É triste, mas é o povo que ainda não está à altura do país que Deus lhe deu. Muitas e muitas décadas ainda passarão.

M.A. - Por que é que o povo não está à altura do país?

C.F. - Por que é que nós somos o que somos?

M.A. - Mas as elites também têm culpa nisso.

C.F. - Têm, e muita. As elites econômicas, sociais e políticas, sobretudo estas últimas, são as maiores culpadas da insensatez em que temos vivido. São egoístas, ambiciosos e incompetentes. Nunca levaram o país a sério. No governo, pouco ou nada fizeram de útil ao país. Um desastre de

décadas e décadas... E hoje, 1993/1994, veja em que situação está o país. É claro, há as honrosas exceções de sempre.

Nós sempre ou quase sempre temos votado mal. Ou então o que é? É a democracia que não presta? Ou é esse tipo de democracia que está aí, e com essa televisão que está aí. Essa é que é a liberdade? Nós não sabemos ainda, o povo brasileiro não sabe o que é liberdade. Confunde liberdade com licenciosidade. E é o que nós estamos vivendo, é a licenciosidade. Por que uma televisão como a Globo do senhor Roberto Marinho, como a Manchete do senhor Bloch? É possível?! Ontem mesmo estava um filho dizendo: “Papai, eu liguei a televisão ontem à uma hora, a Manchete, era só cena de sexo. Explícito. Uma atrás da outra.” Mas meu Deus do céu, mas é isso?! O mundo tem cinco bilhões de habitantes ou seis, nunca houve aula de educação sexual. Houve? Alguém precisa aprender isso? A natureza se encarrega disso. Eu nunca tive aula de coisa nenhuma. Os animais não têm aula de coisa alguma. A natureza faz isso sozinha. Algum esclarecimento a uma certa altura da vida, da mãe para a filha, enfim, até mesmo do pai para um filho, mas educação sexual nas escolas, do jeito que é dada, por professoras ignorantes, quase analfabetas! Meu Deus do céu! Educação sexual... A educação da violência que a televisão prega. É sexo e violência. Não prega outra coisa, até nos anúncios. Principalmente nos anúncios. Para anunciar esse cinzeiro, põem uma mulher nua.

M.A. - Mas é no mundo inteiro. Não é só aqui.

C.F. - Eu não sei. Eu estive em alguns países, não vi isso. Mas enquanto eu andei na Europa, vi muita televisão, na França, em Portugal – em Portugal era seríssima – vi na Inglaterra, que foi a que eu mais gostei, a BBC, de mais alto nível, de maior tom cultural a qualquer hora do dia ou da noite.

G.S. - Agora, general, voltando às razões do movimento militar. A principal então foi essa guinada para a esquerda. Que outras poderiam ter influenciado a seu ver?

C.F. - Havia muita corrupção. Assisti coisas com um ministro, assisti por força de circunstância: me mandaram ao aeroporto receber o ministro da Educação. Não lembro quem era o ministro. Era um ministro do Jango. Chegou lá, eu fui recebê-lo. Ele me convidou: “Coronel, o senhor me acompanha até a prefeitura, vamos tomar um cafezinho.” Ele tirou o talão de cheque do bolso e dava dinheiro para todo mundo.

M.A. - Ministro da Educação?

C.F. - Ministro da Educação. Eu não me lembro o nome dele.

G.S. - General, fora essas, que outras condições o senhor acha que contribuíram? O senhor mencionou a questão dos marinheiros.

C.F. - A questão dos marinheiros, a questão daquele marinheiro deitado sobre a bandeira nacional, o comício do dia 13... Aquele discurso do Jango no Automóvel Clube. Não foi Automóvel Clube? Com os sargentos lá, não é?

E houve umas correrias lá por Porto Alegre e o Jair passou um telegrama para o primeiro ministro, não me lembro quem era, não sei se era o Tancredo, ou era aquele menino do Rio Grande, que foi colega...

M.A. - O Brochado.

C.F. - Brochado da Rocha, foi meu colega de colégio. Não, contemporâneo, ele era mais velho que eu. Muito inteligente, Brochado da Rocha. Francisco Brochado da Rocha. Chico, como nós o chamávamos. Era bom orador. E o Jair passou um telegrama assim: “Comunico a Vossa Excelência que o III Exército não tem condições de manter a ordem em seu território.” O senhor já viu a gravidade. Os uruguaios da fronteira brincavam com o nosso pessoal: “Vamos atacar vocês. Vocês não têm mais Exército para se defender”. Brincavam. Agora, e o povo?! Porque ali o pessoal é amigo. Vocês conhecem? Conhece Santana? Vale a pena fazer uma viagem.

M.A. - Conheço Porto Alegre mas a fronteira eu não conheço.

C.F. - Vale a pena conhecer. Aquelas duas cidades são uma coisa só. É muito interessante. Então, eles brincavam: “Vamos atacar vocês a qualquer hora dessas. Se cuidem.”

Depois que eu deixei o comando do regimento em Uruguaiana, foi um outro general comandar a divisão, era o meu amigo José Horácio da Cunha Garcia. Está vivo. Ele comandou o I Exército interinamente muito tempo, teve uma influência muito grande, era comandante da 1ª Região Militar. Ele foi comandante do I Exército, teve atuação muito boa na revolução. Era comandante da Divisão Blindada, como general-de-brigada. Convidou-me para chefe do estado-maior. O Jair anunciou uma inspeção a Uruguaiana, havia um regimento de cavalaria, um grupo

de artilharia ao lado, separados por uma cerca de arame, o hospital militar... Foi primeiro ao regimento, reuniu os oficiais, falou muito aos oficiais reunidos: “A situação é essa, crise, é preciso defender a nação, a soberania nacional.” A soberania nacional não estava em jogo. Quando terminou a reunião com os oficiais, ele virou-se para o comandante, que já não era mais eu e disse: “Reúna os sargentos que eu quero falar com eles.” Reuniu os sargentos e aí começou: “Vocês são os maiores responsáveis pela segurança nacional. Os maiores. Vocês são responsáveis pela soberania nacional, vocês são nacionalistas, vocês são responsáveis pela permanência da Petrobras, do *status quo*...”

Passamos para o grupo de artilharia. Ele, o general comandante da divisão, eu, que era coronel e chefe do estado-maior, um secretário dele, que era um tenente-coronel de cavalaria e mais um outro oficial, não me lembro. Reuniu lá os sargentos, e foi a mesma coisa. Ainda foi pior. Não agüentei. Nós ficamos no pátio, debaixo de uma árvore, um calor muito forte – era janeiro ou fevereiro –, esperando o automóvel. Nós íamos jantar com ele num hotel, porque o general não quis fazer o jantar na sua casa. O Garcia era contra, era revolucionário, como diz ele, golpista, ou contragolpista. Então, íamos jantar: o general, eu, um outro coronel... E ficamos lá na sombra. Um silêncio de cemitério, porque nós estávamos todos ali contra o general Jair, contra o que ele tinha dito. Não me contive, disse: “General, o senhor falou agora para os sargentos em classe de sargento. Existe a classe de sargento? Os nossos regulamentos prevêem a existência de classes dentro do Exército? O senhor já imaginou se existisse a classe dos generais, a classe dos cabos, a classe dos capitães, dos soldados? O senhor já imaginou isso?” O Jair Dantas Ribeiro não me disse uma palavra, não me prendeu. Bom, à noite tivemos que jantar com ele. Foi um velório, mas jantamos, não tinha outro remédio. Ele ia continuar visitando a divisão. E o general comandante da divisão, que era o José Horácio Garcia, teria de acompanhá-lo às outras unidades que ficavam em Santana, em Alegrete e Guaraí. Garcia foi com ele. Fiquei eu lá em Uruguaiana tomando conta da guarnição. O Garcia era de Santana, a família é de lá. Ele é parente do Flores da Cunha, era primo do Flores da Cunha. O Flores era bravo. O Garcia era bravo, era firme. Então, na despedida dele, a última unidade que visitava era o 7º Regimento de Cavalaria, em Santana do Livramento, terra do Garcia e que o Garcia havia comandado. Aí, ofereceram ao Jair um almoço. O general Jair fez também um discurso desse tipo, nacionalista: “Porque a Petrobras...” O que é que tem a Petrobras com a história? O José Horácio respondeu, fez um discurso mais violento, em resposta. Muito mais violento do que a minha meia dúzia de palavras lá debaixo da árvore. Quando ele voltou, me disse isso. Disse-lhe: “Bom, o senhor vai ser diretor de Remonta e eu vou para uma C.R.” C.R. é a circunscrição de recrutamento, era lugar de punição. Quando queriam punir um coronel, mandavam-no para uma C.R. Disse para os oficiais de estado-maior, havia uma porção deles,



cinco ou seis: “Vocês que ouvem a Hora do Brasil, quando der a minha C.R., me digam, porque eu já sei que o general vai para a Diretoria de Remonta e Veterinária”. Que também era punição para general. Daí a uns três dias deu a dele, pelo rádio. “Vossa Excelência acaba de ser transferido para a diretoria de Remonta e Veterinária.” Era aqui no Rio mas não tinha influência nenhuma. É um escritório desses que não tem nada, tropa, nada. Não tem nada. Um automóvel e um ajudante de ordem. Daí a uns 15 dias, veio o Apolônio: “Coronel, o senhor foi brindado aí com uma C.R.” Perguntei: “Qual é?” Respondeu: “15ª. Não sei onde é.” Chamei o sargento, pedi o arquivo. Ele olhou e perguntou: “Por quê?” Respondi: “Fui transferido para lá”. E ele: “Pôxa, o senhor teve sorte. Curitiba. Mas que beleza! Curitiba é uma cidade muito boa, é aqui perto.” Meu filho estava no colégio ainda, eu podia deixar o filho terminando o ano: “Eu vou sozinho, minha mulher fica aqui, depois, no fim do ano, ela vai.” E vim ao Rio de Janeiro, nesse intervalo, alugar meu apartamento que estava desalugado e o dinheiro estava curto, porque a inflação também era alta. Estava muito alta. Não tanto quanto agora, mas estava muito alta. E fui me apresentar no Ministério do Exército, que era aqui ainda, e encontrei no pátio o coronel que estava saindo da 15ª C.R. de Curitiba para me dar o lugar. E ele era “deles”. Meu colega de turma. Ele disse: “Pôxa, Fontoura, você me tirou de lá!” Respondi: “Eu não tirei coisa alguma. Estou indo para lá à força, por punição. Estou sendo punido”. Disse ele: “Mas eu também estou sendo punido, estou há três meses lá. Por que vão me tirar de lá? Vamos falar com o Jair?” Respondi: “Eu não. De jeito nenhum. Eu não falo com esse sujeito de jeito nenhum. Vai tu.” Mas nesse meio tempo, antes de eu ser classificado nessa tal C.R., o Adalberto, que estava comandando a 6ª Divisão em Porto Alegre, mandou um rádio me convidando para chefe do estado-maior dele. Eu mandei dizer que sim. Adalberto mandou a indicação para o ministro. O ministro mandou dizer que lamentava muito não satisfazê-lo, mas o coronel Fontoura já estava nomeado para chefe da 15ª C.R., que era uma função de coronel de estado-maior. Ele não podia reclamar. E era mesmo. Então, eu mandei dizer para o Adalberto deixar morrer aí: “Não vá brigar, se comprometer por minha causa, de jeito nenhum. Eu vou para Curitiba.” Mas encontro esse camarada no pátio, ele foi falar com o Jair e o Jair anulou. Ele era “deles”. “O senhor também está me deixando mal. Eu estou há três meses lá, por que é que eu vou sair agora? O que é que vão dizer de mim?” Ele: “Não, então eu anulo. Anulo a tua e vou mandar o coronel para o Adalberto.” Aí, passou um rádio: “Resolvi considerar, prezado amigo. Coronel Fontoura será classificado...”

G.S. - General, durante esse tempo da conspiração, havia muito contato com civis?

C.F. – Havia, porque os civis nos chamavam de covardes. Eu fui chamado de covarde várias vezes

– fardado – , por gente desconhecida na rua da Praia, que é a rua do Ouvidor de Porto Alegre. Diziam: “Vocês são uns covardes. O que é que estão esperando?” Eu cansei de ouvir da família. Não a mulher e os filhos, mas outras pessoas da família: “Estão esperando o quê? Que o Stalin venha sentar aqui em Brasília?” Era nesse tom. Quer dizer, nós fomos atrás do povo. Na verdade, o Exército não saiu na frente, as forças armadas não saíram na frente do povo. Eu lhe digo isso com toda a sinceridade. Se o povo não quisesse... Sem o apoio do povo, não se faz nada. Eu conversava com os meus oficiais mais chegados, quando estava o Brizola pregando aquela reforma agrária: “Tomem a terra, tirem a terra. Entrem nas fazendas e matem o gado”. Isso ele dizia todas as semanas pelo rádio. Todo gaúcho daqueles ranchinhos tinha um rádio de pilha ouvindo o Brizola das sete às oito horas da noite, todas as sextas-feiras. Um dia, mandei meus filhos lá. Os dois. “Vão lá ver.” E tinha uma multidão batendo palma para ele. E eles foram. Eram estudantes, novinhos, de 18, 19 anos, voltaram dizendo: “Papai, tu sabes o que são aqueles aplausos? Há um disco. Não tem ninguém lá, é só o Brizola. É um disco. Cada vez que ele diz uma frase, eles botam o disco dos aplausos”. Parecia uma multidão aplaudindo o Brizola. Meus filhos viram isso.

G.S. - É o que fazem com alguns programas cômicos, que a gente ouve as gargalhadas e pensa: “Mas como é que alguém pode rir disso?”

C.F. - É. Era isso. Igual. Voltando, o contato com os civis era muito grande. Eles nos procuravam, queriam nos dar dinheiro para despesas, para isso, para aquilo, para as necessidades, para viagens... Dizíamos: “Não aceitamos, nós não aceitamos um tostão de vocês. Não há hipótese. Agora, se vocês quiserem pagar passagens aéreas, comprando a passagem em nome do oficial fulano de tal, para nós mandarmos ao Rio, a São Paulo, a Curitiba, nós aceitamos. Mas vocês comprem a passagem e entreguem ao portador para viajar. É a única coisa que nós aceitamos. Não há hipótese de aceitar dinheiro.” Era conspiração, não é? [risos] Era a serviço da conspiração. E para isso nós não tínhamos dinheiro nenhum.

G.S. - Agora, general, como o senhor disse, eram ilhas que o Castelo unificou...

C.F. - De certa forma, a circular do Castelo já foi quase...

G.S. - No dia anterior, não é?

C.F. - Não, não foi no dia anterior, foram poucos dias antes. Eu tenho essa circular. Eu vivia de rádio ligado, trabalhando de rádio ligado.

M.A. - Mas o senhor falou também que todos os comandos no Rio Grande do Sul eram legalistas. Não conspiraram.

C.F. - Os comandos do Rio Grande do Sul, não. Todos os comandos da nossa divisão.

G.S. - 11 dos 12.

C.F. - Dez dos 11 eram legalistas. E continuaram legalistas.

M.A. - E foi muito difícil então esse 31 de março lá.

C.F. - Foi muito difícil. Nós perdemos.

[FINAL DA FITA 2-B]

M.A. - O senhor estava falando que os senhores perderam no Rio Grande do Sul.

C.F. - Perdemos em Porto Alegre. Eu não sei se foi no dia 31 de março ou 1º de abril, não tenho certeza, que o ministro, que era o Jair, demitiu o comandante do III Exército, general Galhardo, e demitiu o general Adalberto do comando da 6ª Divisão. Um quartel-general era na frente do outro, na rua da Praia, a rua principal. E disse que estariam chegando a Porto Alegre, à meia-noite, o general Ladário Pereira Teles e outros quatro ou cinco generais. Nós chegamos na janela do quartel-general, Adalberto e eu; numa tristeza profunda atravessa a rua o general Galhardo, comandante do Exército, entra no nosso quartel-general. Eu estava com o Adalberto quando ele entrou, me retirei, ele disse: “Não, coronel, fique aqui para o senhor me ouvir. Eu vim te dizer, Adalberto, que não vou entregar o comando. Estou rebelado. Não entrego o comando.” Porque o pretexto dos outros coronéis, dos outros comandantes, era o comandante do Exército, que estava a favor mas não tinha se manifestado. Disse que nós é que estávamos querendo fazer a revolução. Quando ele disse isso, eu disse: “General, então, vamos fazer uma coisa. Esse avião, daqui a uma hora, hora e meia está chegando aí, com Silvino Castor da Nóbrega, muito bom general, Napoleão Nobre, bom. O senhor só tem uma companhia a seu favor, a Companhia de Polícia. O senhor me

dá um pelotão dessa companhia, eu vou ao aeroporto, esse avião aterra e levanta vôo. Não desce nenhum general. Não deixo descer. Deixo reabastecer e levantar vôo. Não tenha dúvida que não desce nenhum. O senhor não vai passar o comando! O general Adalberto também não passa”. Ele: “Não, general, eu vou prendê-los no meu gabinete”. Aí, chegou o Ladário, abaixou a cabeça e entregou o comando.

M.A. - Entregou o comando?

C.F. - O Adalberto foi destituído. Nós fomos para casa, eu, o Irulegui e o Adalberto – isso eram três ou quatro horas da madrugada – cansados, nós vivíamos exaustos. Eu disse: “Temos que tirar o general daqui porque ele vai... A nós, vão prender, mas não tem importância. Mas o general vai ser preso aqui, em breve. Dentro de poucas horas, ele estará preso”. Diz ele: “É mesmo. Vamos tirá-lo”. Havia uma kombi que nos emprestaram, porque nós não tínhamos automóvel, não tínhamos nada, e um camarada nos emprestou uma kombi. “Pega essa kombi com dois ou três homens e vai até São Leopoldo”. (Porque a guarnição de São Leopoldo também era da divisão). “Vê como é que está a situação lá. Nós levamos o general para lá e depois vamos reagir. De lá nós vamos para Porto Alegre porque lá tinha um regimento de infantaria, um grupo de artilharia”. Ele não chegou na metade do caminho. Já estava tudo tomado por eles e não passava ninguém. Já estavam do lado “deles”.

M.A. - Mas essas tropas que estavam no Rio Grande do Sul a favor do João Goulart eram tropas...

C.F. - Do Exército. Tudo isso é III Exército.

M.A. - Não teve ajuda de fora, não precisou.

C.F. – Não, não precisou. Aí telefonei para um amigo, que estava na reserva há muito tempo, amigo velho: “Fulano, prepara um jantar para nós. Nós vamos levar o general Adalberto. Eu, o Irulegui, o general Adalberto vamos jantar na tua casa e nós já conseguimos um delegado de polícia que vai nos levar no carro dele para Cruz Alta”, que era outra cidade onde havia tropa nossa, da divisão do Adalberto. “Ah, pois não, com o máximo prazer. Vocês venham jantar aqui”. Tiramos o Adalberto da casa dele. Cada um com uma maletinha, à paisana, fardamento dentro da mala, fomos para a casa do coronel Dário Azambuja, jantamos lá e saímos, às dez horas da noite. Então, o primeiro obstáculo era a estrada que passava por São Leopoldo. Cruz Alta era longe, foi a

noite inteira viajando. Saímos às dez horas, fomos chegar lá às sete horas da manhã do outro dia, praticamente sem parar. Mas conseguimos passar em São Leopoldo, eles não estavam lá. Naturalmente, à hora, não havia nada, se recolheram. Mas quando passamos perto de Santa Cruz, havia uma ponte – eu ia na frente, ao lado do motorista, o general com o delegado e mais o Irulegui e o ajudante de ordem do general, um capitão e, de longe, o motorista viu na boca da ponte, dos dois lados, dois canhões apontados para a estrada, para quem viesse. Disse: “Agora, coronel, o que é que eu faço?” Eu disse: “Levanta o farol e põe o pé no fundo”. Não tinha outra coisa a fazer. “Dá um salto em cima dessa ponte”. Era uma ponte pequena, foi o que ele fez. Não aconteceu nada. Passamos a ponte, fomos para Cruz Alta. Nós íamos ser mortos em Cruz Alta.

*2ª Entrevista: 19.01.1993*

M.A. - General, a gente estava conversando, antes de ligar o gravador, sobre a sua atuação no SNI, durante o governo Médici. O senhor estava dizendo que aconteciam algumas coisas que o senhor não podia controlar e que nem tudo era possível de ser acompanhado. Há imponderáveis.

C.F. - E que nem tinha conhecimento, e que nunca tive. Talvez até hoje não tenha conhecimento, apesar de eu ter comigo um grupo de pessoas, de oficiais e de civis, que considero de primeira qualidade. Os melhores que eu consegui, tinha ao meu redor. E nesses eu confiava quase que absolutamente, quase totalmente eu confiava neles. Mas não eram esses os autores dessas coisas. É como eu digo: dificilmente, numa grande organização, se controla a periferia. Ou certa periferia ou um tipo de periferia. Então, acontecem coisas que não devem acontecer, à revelia dos chefes e com total desconhecimento. O Médici assumiu o governo... Em primeiro lugar, vamos falar sobre o Médici. Como é que ele aceitou o governo? Ele não queria o governo, de jeito nenhum. Então, muita gente acha que quem teve influência na aceitação ou na colocação do Médici na presidência da República fui eu, que era amigo dele há 40 anos e estava na junta. Estava com a junta. Porque eu fui chefe do SNI, inicialmente, do general Costa e Silva. Substituí o Médici, quando foi promovido a general de quatro estrelas e foi comandar o III Exército, que era o sonho dele e que era o meu sonho também, que eu não consegui realizar. Então, eu assumi o SNI em maio de 1969, em agosto o Costa e Silva adoece. Logo depois, três ou quatro meses depois, 27 de agosto, lembro-me até da data. Ele ia ser recepcionado, como realmente foi, pela Aeronáutica, pela FAB, no Galeão, onde descemos. Ia assinar um decreto criando a Embraer, que foi também uma das grandes obras da revolução. O nosso Glicon de Paiva não cita aí, mas uma das grandes obras da revolução foi a Embraer. Eu tive o prazer de, em Paris... Por acaso passei dez dias em Paris, foi o máximo que eu consegui passar em Paris durante cinco anos que estive em Lisboa... Não conseguia sair de Lisboa porque era um acontecimento atrás do outro, e eu achava que o meu lugar era estar lá para informar o governo. Consegui, em cinco anos, passar dez dias em Paris, dez em Roma, dez em Londres e dez em Madri, quando tinha direito a um mês por ano. Mas eu dizia ao Silveira: “Não posso tirar férias, eu não devo sair. Meu dever é estar aqui onde estão acontecendo as coisas todos os dias, inclusive contra o Brasil, contra mim, contra o governo brasileiro, e eu quero estar aqui para responder tudo.” Como realmente respondi, não deixei nada sem resposta. O Costa e Silva adoeceu no dia 26, mas no dia 27 ele veio para o Rio. A viagem estava marcada, ele veio, enrolado num cachecol. Mas já não estava bem, tinha tido qualquer coisa na véspera. Chegou no Galeão, assinou o decreto. Depois piorou, foi para a cama e não levantou

Carlos Alberto da Fontoura

mais. Tinha que haver uma sucessão. Foi criada aquela junta com os três ministros militares, assessorada pelo general Jaime Portela, que era o chefe da Casa Militar do Costa e Silva, e por mim, que era o chefe do SNI. Eu pedi demissão, a junta não me deu. Disseram: “Você conhece o problema, está aqui há três ou quatro meses, sabe mais do que nós certas coisas. Nos ajude aqui.”

G.S. - General, por que o Pedro Aleixo não tomou posse?

C.F. - O Pedro Aleixo não tomou posse porque ele não assinou o AI-5. Negou-se a assinar o AI-5. Como é que ele ia governar o país em pleno AI-5? O ato máximo revolucionário era o AI-5, era o fim, praticamente, da Constituição. Só não se rasgou a Constituição em praça pública, mas praticamente a Constituição desapareceu quando o AI-5 foi elaborado. Aí é outra história, é a história do menino que fez aquele discurso, e outras coisas, não é? O Moreira Alves. Hoje ele faz uns artigos muito bons.

Tive uma troca de correspondência com o Carlos Chagas – ele me conheceu, era secretário de Imprensa do Costa e Silva – porque ele escreveu um artigo inventando uma porção de coisas a meu respeito, dizendo que eu fui contra a candidatura do Geisel. Não é verdade, eu não fui contra, e achei que, naquela época, era o melhor general que havia. Já que tinha que ser um general... Porque foi muito discutido isso. Foi muito discutido se o Médici passaria para um civil, que seria o Leitão de Abreu. A meu ver, um ótimo presidente. Ele era bem aceito nas forças armadas e no mundo civil. Um grande jurista – morreu agora – um grande talento, um homem sério, honesto, honrado. Tinha todas as qualidades para ser um presidente da República. Inteligente. Mas então começou a discussão. Havia uma tal guerrilha do Araguaia, uma miserável guerrilha do Araguaia, foi isso que evitou que o candidato fosse o Leitão de Abreu. Porque eu dizia ao Médici: “Olha, com o prestígio que o senhor tem hoje, o senhor faz qualquer um presidente da República. Qualquer um. O senhor tem apoio pleno das forças armadas e o senhor vai ao Maracanã e é aplaudido de pé por 150 mil pessoas.” E qual foi o presidente da República que foi ao Maracanã, desde o Getúlio – que só ia no Dia do Trabalho? Podem dizer: “Ele gosta de futebol”. Mas ele sempre gostou de futebol. “Ele usava rádio de pilha.” Mas ele sempre usou rádio de pilha. Agora, ele ia lá para fazer demagogia? Ele não quer ser eleito. Ele nem queria ser presidente da República. Não é candidato a mais nada. Fazer demagogia para quê? Fui várias vezes com ele, porque também gosto de futebol, e era gremista, como ele. Nós tivemos o mesmo colégio, o Colégio Militar era gremista. E tinha alunos do Colégio Militar que jogavam no Grêmio. Eram as duas grandes equipes de Porto Alegre: o Grêmio e o Internacional. Rivais. Assim como havia os dois partidos, havia também os dois times de futebol rivais.

G.S. - Quer dizer, general, que o que impediu a candidatura do Leitão de Abreu foi a guerrilha do Araguaia.

C.F. - Foi praticamente a guerrilha do Araguaia, porque o Médici dizia assim: “Nós temos que deixar o país completamente pacificado.” Porque ele derrotou a guerrilha urbana, derrotou em parte a guerrilha rural: a do Registro, a do Caparaó. Faltava essa. Acabou com o seqüestro de aviões. E aí há uma coisa interessante no seqüestro de avião, e nas mortes, porque chegavam lá todas as semanas os ministros militares que tinham audiência e, às vezes, ele me chamava para assistir. Não sei por que, eu até nem gostava de ir. Ficar lá uma hora, duas horas ouvindo coisa que não estava me interessando muito, que eu já sabia. Mas chegava lá o Geisel, dizia assim: “Essa semana perdemos um capitão, um sargento e dois soldados no aparelho tal”. Chegava o Márcio, dizia a mesma coisa. Chegava o ministro da Marinha, que era o Adalberto Nunes, dizia a mesma coisa. Toda semana a mesma história. E o Médici: “Mas vem cá. Só morre gente nossa? Então vocês entram nesses aparelhos de peito aberto?” Respondiam: “Ah, mas temos que fazer assim”. “Não. Tem que entrar no aparelho dando tiro.” Isso foi o que o Médici disse. “Esse é o torturador, é o matador. Mas você sabe que é um aparelho, está identificado, lá dentro tem subversivo, então tem que entrar na porta dando tiro, para o ar ou para onde for. Agora, não pode é entrar na porta de peito aberto. Para morrer, como estão morrendo.” A outra coisa foi o seguinte: seqüestro de avião e seqüestro de embaixadores. Vários embaixadores foram seqüestrados. Três embaixadores e um cônsul geral em São Paulo, que depois foi meu colega lá em Lisboa. E outro que foi embaixador em Lisboa foi o da Suíça. Mais ou menos houve uma certa identificação entre eles. Surgiu o problema do jatinho, que foi muito criticado. Um dia cheguei para o Médici e disse: “Presidente, estão seqüestrando aviões. Quatro ou cinco aviões. Eles querem pegar um avião com um ministro, com um Delfim Neto, com um Marcos Vinícius, com um Leitão de Abreu. Eles dirão que só trocam os ministros pela sua renúncia. E qual vai ser a decisão? O senhor já viu o problema que vai se criar se os ministros continuarem viajando nesses aviões de carreira como estão?” “Mas qual é a tua sugestão?” “A sugestão é de comprar uns três ou quatro jatinhos e de só andar nesses aviões da Força Aérea.” Agora, é muito difícil contar para toda a nação isso. Não acreditam. Dizem: “Não, isso é jornal da ditadura, estão mentindo. Os jornais só dizem o que a ditadura quer. Estão mentindo”. Não sei se isso foi contado por alguém, mas foi exatamente isso. Consultou depois os ministros militares, consultou o ministro da Aeronáutica, sobretudo conversou muito com o Leitão, porque ele não tomava uma decisão só ouvindo a palavra de um. Por melhor que fosse a sugestão tinha que ouvir outros, porque às vezes há os prós e os contras.



G.S. - General, quando o senhor fala “nós”....?

C.F. - É a junta, Portela e eu. Éramos cinco: três da junta e nós dois, que éramos assessores. Começou a surgir o nome do Médici. O nome do Médici já estava em ebulição. Uma sexta-feira, o Lira Tavares virou-se para mim e disse: “Fontoura, vai agora a Porto Alegre, pega um jatinho, e diz ao Médici que não dê entrevista nenhuma, que não diga nada à imprensa, porque depois de ele dizer à imprensa que não vai assumir a presidência da República, ele não voltará atrás. E o nome dele é hoje o mais cotado.” Mas eu achei que não era o mais cotado, achei que ainda estava muito obscura a situação, e não cumpri a ordem. Não fui. Simplesmente, não fui, mas a coisa evoluiu. De sexta para domingo o nome do Médici apareceu com ares de sucesso.

M.A. - Desculpe. Quem tinha dado a ordem para o senhor?

C.F. - O Lira Tavares. Mas a coisa evoluiu, o nome do Médici cresceu, então estava na hora de eu ir. Não disse nada a ninguém; era domingo, fui ao oficial da Aeronáutica e disse: “Preciso ir a Porto Alegre agora. Arranja um jatinho. Eu vou agora”. Só consegui sair do aeroporto às duas horas da tarde. Quando cheguei perto de Porto Alegre, mandei avisar pelo rádio do avião ao general Médici que estava viajando para lá para falar com ele. Ia direto do aeroporto para a sua casa e depois voltava no mesmo avião. A resposta foi a seguinte: “O general Médici está assistindo ao jogo de futebol entre o Grêmio e o Internacional. Espera o senhor no estádio”.

G.S. - Para torcer pelo Grêmio. [risos]

C.F. - Torcer pelo Grêmio. [risos] Para ver como ele gostava de futebol. Mas quando nós chegamos em cima de Porto Alegre, veio um temporal. Não se enxergava nada. Era chuva com vento, e aquele aviãozinho muito pequeno. Diz o piloto: “Olha, general, não dá para descer aqui. Vamos para Florianópolis”. Descemos em Florianópolis e nem chegamos a sair do avião. Eles já comunicaram que Porto Alegre estava aberto, era temporal de verão, já estava fazendo calor. Chegamos lá às seis horas da tarde, fui direto para a casa dele. Cheguei lá, encontrei a dona Scila sozinha em casa e disse: “Ele está no futebol, não deve demorar”. Daí a uns dez minutos chegou. Falei: “General, estou aqui cumprindo uma missão da junta, que manda pedir ao senhor para não dizer nada, porque se o senhor disser que não, depois não vai mais voltar atrás. Eles conhecem o senhor, sabem disso. Então...” Ele me disse: “Eu não tenho que dar satisfação a nenhuma junta. A

junta, nesse particular, não tem nada que estar me dando ordem. Nem pedindo. Eu faço o que eu quero.” Desarmou-me, não é? Foi a primeira vez, que eu me recorde, que recebi uma missão importante e não pude cumpri-la. E o ambiente ficou carregado entre nós dois apesar da amizade velha. Amizade mesmo. Chegou o Roberto, o filho: “General, vamos tomar um uísque”. Começamos a conversar e eu disse: “Está bem, general, eu vou embora. Lamentavelmente, fracassei”. Diz ele: “Não, eu vou contigo ao aeroporto”. Foi até o aeroporto. “Pode dizer lá que eu não falo”. “Está bem. Muito obrigado”. Peguei o avião. Quando eu cheguei aqui, eram dez horas da noite, eles estavam me esperando. Eu disse: “Está cumprida a missão. O Médici não fala.” Mandaram chamar o Médici para conversar. Os mesmos cinco e o Médici. Há aí um episódio muito interessante, muito pouca gente sabe. Cada um de nós tinha um bloquinho de papel com uma caneta, a junta apertando o Médici para aceitar, e ele não querendo. “Não, eu não tenho jeito para isso, e tem política no meio...” Ele reagindo de todas as maneiras. E rabiscando. Rabiscou a primeira, rabiscou a segunda... Foi embora para Porto Alegre. Quando levantamos, eu passei a mão no bloco, tirei as duas folhas de papel, pus no bolso, e o acompanhei até o aeroporto e disse: “Mas o senhor tem que aceitar. Vai cair em que mãos?” Porque entre as qualidades que o Médici possuía, que eram várias, a principal, a meu ver, era o equilíbrio. Era equilibradíssimo. Muito, muito equilibrado. “Tem que cair na sua mão. O senhor não pode...” “Não. Mas eu não vou aceitar.” Passaram mais uns três dias e...

[FINAL DA FITA 3-A]

M.A. - Bom. O senhor estava dizendo que o nome Médici foi ganhando força. Sem a sua influência.

C.F. - Foi ganhando força sem a minha influência. Eu jamais falei no nome do Médici para presidente.

G.S. - Quem é que o Portela queria?

C.F. - Portela queria ele próprio.

G.S. - Ele mesmo.

C.F. - É, Portela queria ele mesmo. Bom, estou dizendo isso porque ele escreveu um livro e me

acusou, e eu respondi numa carta a ele. Não quis fazer publicamente, para não ficarem dois generais discutindo pela imprensa, que seria um prato gostosíssimo. Escrevi uma carta a ele desmentindo. Eu tive oferta, duas vezes, para ser governador do Rio Grande do Sul, que era uma coisa muito mais fácil, muito mais agradável, honrosa para mim, e não aceitei. Ele disse: “Mas você gosta de política”. Respondi: “Gosto, mas não gosto dos políticos de uma maneira geral. Há exceções honrosas, é claro, mas de uma maneira geral, não gosto. E eu sendo governador do Rio Grande, vou ter que tratar com políticos. Com o bom e com o mau. E a maioria é má. Não vou poder governar.” Não aceitei.

M.A. - Mas foi a junta então que alavancou o nome de Médici?

C.F. - Foi. Não sei como. Essas coisas vêm. Oficiais, civis... Mandaram chamar o Médici de novo. Uma discussão que durou três horas. E ele acabou aceitando.

G.S. - General, nesse meio tempo, parece que houve uma pesquisa, uma consulta entre oficiais.

C.F. - Houve. Eu não conheço bem esses detalhes. Mas houve uma pesquisa.

G.S. - Quem conhece isso, general?

C.F. - Talvez o Fiúza conheça. O Frota... Não sei.

G.S. - Quem terá feito essa pesquisa? Organizado e tal?

C.F. - As próprias forças armadas. Houve essa pesquisa. O Rademaker me contou.

G.S. - Parece que na Marinha ganhou o Albuquerque e nos demais ganhou o Médici.

C.F. - Não sei. Não sei quem ganhou. Não tenho certeza, não. Mas tenho a impressão que ganhou o Médici. Eu não conheço os detalhes. O Médici acabou aceitando. Então, diz a junta: “Você vai terminar o mandato do Costa e Silva e vai governar mais quatro anos.” “Ah, não! De jeito nenhum.” Aí, pegou um papel, fez uns cálculos lá e deu quatro anos e pouco. Não chegou a cinco anos. Deu quatro anos e dez meses. “Só governo esse período.” Não sei por que ele fez esse cálculo. Inflação e a produção caindo, ninguém tinha esperança, confiança em ninguém. Enfim,

não havia governo. Aceitou. “Hoje à noite nós vamos fazer uma reunião do Alto Comando das forças armadas no Ministério da Marinha...” Ou na Escola Naval? Mas eu fui. Então, foi o Alto Comando das forças armadas (do qual a junta já fazia parte), eram os ministros e o Médici. Um deles, não sei se o Lira ou o Márcio, disse: “Médici, agora você escolhe o seu vice-presidente.” O Médici apontou o almirante Rademaker. E ele: “Ah, não pode, porque nós três nos comprometemos, nós três não podemos. Não pode.” O Médici pegou o boné, disse: “Está vendo como vocês escolheram mal o presidente da República? A primeira decisão que eu tomo, vocês contestam. Escolham outro, porque eu vou-me embora. Fontoura, você quer me acompanhar?” Respondi: “Quero.” Fui acompanhar para ver se o convencia a voltar mas não houve jeito. Fui até a porta do avião. Eu vou contar, porque é história. Eu não me gabo disso, não me envaideço disso. Talvez só a minha família soubesse. Eu chegava cedo no palácio, começávamos o trabalho às oito horas, eu chegava geralmente às sete e meia. Fumava ainda, tomava cafezinho. Então, fumava, tomava conhecimento dos jornais. Começava a junta às oito horas. E o Rademaker também chegava cedo. Eu cheguei antes da sete e fiquei na porta do palácio Laranjeiras esperando o Rademaker. Quando ele chegou... Nós nos dávamos bem, apesar de termos feito relações ali, porque até então não o conhecia, a não ser de nome. Mas nos dávamos bem. Era um homem sério, correto, honrado, capaz, determinado, decidia, não tinha medo. Bom. Ele perguntou: “O que é que você está fazendo aí a essa hora?” “Eu estou esperando o senhor.” “Mas por quê?” “O senhor quer dar uma caminhada comigo? O senhor não pode deixar de aceitar. Vai começar tudo de novo, nós já estamos há três meses nessa luta. Depois de arrumar um que aceitasse ser presidente da República, o senhor anulou tudo, porque não vai aceitar a vice-presidência? Os senhores combinaram não aceitar a presidência. Está muito bem. Fizeram muito bem, foi muito patriótico, muito despojado do desejo do poder. Mas a vice-presidência não tem nada com isso. Vai começar tudo de novo, por sua culpa? O senhor já imaginou isso? Já estamos no final de outubro, vai a dezembro, janeiro, sei lá quando, e quem é que vai ser o presidente da República? Essa junta não agüenta mais. O povo não agüenta mais. As classes produtoras já não agüentam mais.” Ele ficou quieto, não disse nada. Pensou, pensou e disse: “Fontoura, você tem razão. Eu vou mandar um almirante agora a Porto Alegre dizer ao Médici que aceito.” E mandou um almirante, cujo nome não me recordo.

M.A. - Tem uma versão que diz que o Médici não era o candidato de ninguém. Ele era o segundo de todo mundo. Era a segunda opção de todo mundo. Aí é que ele teria consenso.

C.F. - Não sei. Eu não fiquei sabendo disso. Se houve, não digo que não tenha havido, mas

também não fiquei sabendo. O nome dele veio do Exército, da Marinha, veio da Aeronáutica.

G.S. - Alguém disse que o Médici ganhava entre os generais, o Albuquerque Lima ganhava entre os coronéis e majores.

C.F. - Eu não sei desses detalhes. Eu não conheço a pesquisa.

G.S. - Quem menciona essa pesquisa é um livro em relação ao qual eu tenho muitas reservas, porque já vi algumas coisas que não batem com o que as pessoas dizem, que é o livro do Portela<sup>10</sup>.

C.F. - O livro do Portela... Eu não quero falar mal do Portela, porque o Portela já morreu. Mas o livro do Portela...

M.A. - Mas essa pesquisa foi feita sem que a junta tivesse aceito? Foi uma iniciativa...

C.F. - Foi. Foi iniciativa à revelia da junta. A junta só tomou conhecimento depois do fato consumado.

G.S. - Quem tomou a iniciativa disso, o senhor não sabe?

C.F. - Não sei.

G.S. - Mas o Fiúza saberia?

C.F. - Talvez saiba.

G.S. - O Portela era secretário do Conselho de Segurança Nacional.

C.F. - Portela era o chefe da Casa Militar.

G.S. - E “ex-ofício”, secretário do Conselho de Segurança Nacional.

---

<sup>10</sup> MELO, Jaime Portela de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

C.F. - É. Mas o Conselho de Segurança Nacional não teve influência nenhuma. Não me lembro quem era o chefe do gabinete do Lira. E nem me lembro quem é que teve a iniciativa da consulta. Possivelmente, o Albuquerque Lima. Ele estava muito endeusado por uma certa ala do Exército. Não sei.

M.A. - Agora, quando o presidente Médici assume, logo em dezembro, há umas quatro leis, ou decretos, que ele assina e que dizem respeito à centralização da ação do Exército no combate à repressão. Não me lembro o nome dos decretos. Mas como devia ser a orientação do Exército em relação a essa questão da repressão...

G.S. - E basicamente, transferindo das polícias...

C.F. - Para o Exército. As forças armadas. Bom, não podia deixar de ser, porque as polícias não tinham condições de repelir a subversão.

M.A. - O senhor participou dessa decisão?

C.F. - Não. Eu assisti às reuniões.

M.A. - Chamam-se Diretivas Presidenciais, eu acho.

C.F. - Não me lembro. Mas houve isso, quer dizer, houve a transferência, praticamente. As polícias passariam a auxiliar o Exército ou as forças armadas no particular, quer dizer, no combate. Porque o negócio foi tomando um vulto tal, que as polícias não tinham condições e nem meios, nem recursos. Houve aquele episódio, famoso episódio do Lamarca. O Lamarca sair de um regimento com um caminhão com duzentos fuzis? Era a arma mais moderna que o Exército possuía. Era a arma do Exército americano também, na época.

G.S. - M-12.

C.F. - Não me lembro mais o número. Já faz tanto tempo. Um FAL-Fuzil Automático Leve. Manual, de uso pessoal. Então, a outra opinião do Médici em relação ao movimento subversivo. Sequestro de avião: houve vários. Terminaram de diferentes maneiras. Mas houve um – casualmente nós estávamos reunidos, as famosas reuniões das nove horas, que com o Médici eram

às oito, e o telefone ficava perto de mim. Tocou o telefone, eu atendi. Era o ministro da Aeronáutica, o Márcio. Disse: “Fontoura, quero falar com o presidente”. Dei o telefone ao Médici. Nós só ouvimos o Médici dizer assim: “Não levanta mais”. Então, a história foi a seguinte: um avião, acho que da Varig, foi seqüestrado. Mas o piloto, habilmente, conseguiu contornar e aterrou na Base Aérea do Galeão. Diz o Márcio: “Presidente, o que fazer agora?” Não levanta mais vôo.” Não é possível que um avião seqüestrado aterrissasse numa base aérea e levantasse vôo. Incólume. Não. Não é possível. Nós estamos numa guerra. E eu pergunto aos senhores, para não ir mais longe, para não ir a 1935, quem começou a chamada guerra “suja”? Porque realmente a guerra foi “suja”. Quem começou? Será que os senhores saberão me responder? Eu respondo em duas palavras.

M.A. - Então responda. [risos] O senhor é que está sendo entrevistado.

C.F.- Esse que foi famoso. Foi o Gabeira.

G.S. - Ah! O Fernando Gabeira?

C.F. - Gabeira. Quem começou a guerra suja foi o Gabeira.

M.A. - Por que o senhor usa esse termo “guerra suja”?

C.F. - Porque é como está crismada e batizada por aí. Todo mundo a chama assim. E foi suja mesmo, porque matavam a torto e a direito. Agora vêm reclamar pela imprensa, queriam que os mortos da guerrilha do Xambioá, do Amazonas, fossem trazidos num cortejo fúnebre, num avião Boeing, uma escolta e enterrados num mausoléu no São João Batista. Mas como? Então, com subversivo se faz isso? Morre, enterra aí mesmo. Mas é lógico. Eu não estava lá, mas se fosse comandante, tinha dado essa ordem também. Morreu. Enterra aí mesmo. Para não deixar insepulto. Ora! O que é isso?! Queriam que trouxesse com pétalas de rosa? E para sepultar no São João Batista no mausoléu dos heróis... comunistas? Não. Não há razão para isso.

M.A. - Mas general, a guerra acabou, são brasileiros que estão lá. E faz parte da nossa história. Então, nesse sentido, eu acho que eles merecem...

C.F. - Mas não nesses termos.

G.S. - Não, eu acho que a idéia era de dar um enterro cristão.

C.F. - Não, a idéia é dar uma satisfação à família. Mas é muito difícil. Quem é que vai se lembrar agora, no meio da Floresta Amazônica, onde é que está o João, o Pedro, a Maria, Antônio ou José? Não é possível pensar numa coisa dessas. Não entra na cabeça de ninguém. É para provocar. É uma provocação.

G.S. - Agora, general, deixa eu falar um pouquinho a respeito desse período aí da transição para o governo Médici. Como o senhor disse, foi um momento meio de desgoverno, porque junta não governa. Durante esse período da junta, houve uma produção de legislação repressiva muito grande. Decretos, leis etc, etc, que realmente acabavam batendo na gente. Inclusive o início da censura, que depois virou lei. Hoje – o senhor me disse que pensou muito a respeito de todo esse período – havia necessidade de censura?

C.F. - Em parte, havia. As forças armadas, como a polícia, não estavam preparadas para aquele tipo de guerra. Nós não tínhamos preparo para esse tipo de guerra de guerrilha. Nenhum. Eu não tenho escrúpulo nenhum de dizer isso. Começou o Brizola a fazer a campanha da reforma agrária e tomem conta dos campos. “Vamos ter uma guerrilha”. Não havia preparação. A censura é um bem e é um mal. Em princípio eu sou contra a censura. Eu próprio já fui censurado. Já contei aqui aos senhores, não contei?

M.A. - Não.

C.F. - Quando cheguei de Lisboa, vários jornalistas me procuraram. Do Rio e de São Paulo. Grandes jornais. Pelo telefone. “General, o senhor é o único dos generais que esteve no governo que nunca deu uma entrevista”. “Porque vocês nunca me pediram. Eu dou. Mas com a condição de publicarem exatamente como eu disser. Sem ser assim, eu não dou”. “Ah, mas não pode, porque tem o chefe de redação, tem o diretor de não sei o quê, depois, o senhor é general, esteve no governo, embaixador, vai até o dono do jornal”. “Então, vocês estão fazendo o que combatiam em nós. A censura. Vocês estão fazendo censura. Nessas condições, eu não dou”. O problema é grave.

Quer dizer, furaram o pneu daquele avião a bala, a FAB. E lá pelas tantas, parlamentaram muito, não chegaram a sucesso nenhum, resolveram invadir o avião. E um dos terroristas era



mulher. Esta matou o comandante. Não me lembro se matou, mas deu um tiro no comandante. Houve outros feridos. Acho que não morreu...

G.S. - Houve um morto.

C.F. - Houve um morto? Eu não me lembro mais. É muita coisa para estar guardando.

M.A. - O que mais que foi feito na ocasião para acabar com os seqüestros? Acabou por causa dessa reação?

C.F. - Acabou por causa da reação.

M.A. - Mas houve um controle muito grande, na época, de entrada e saída.

C.F. - As forças armadas não estavam preparadas para aquele combate. E tanto que custou. Começou em 65, 66, 64. A guerrilha do Araguaia foi acabar no governo do Geisel.

M.A. - Do Geisel.

C.F. - Do Geisel. Pois é. Vejam o tempo que levou. Eu tenho um amigo que é general, Ênio, esteve aqui, o Ênio Pinheiro, o filho dele, ele não falou do filho dele?

G.S. - Que levou um tiro?

C.F. - Levou um tiro na boca. Pois é. Na guerrilha do Araguaia. Entrou no mato, na Floresta Amazônica, o guerrilheiro estava escondido no mato, deu um tiro nele. Quer dizer, era uma coisa tremenda. A senhora já imaginou entrar na Floresta Amazônica, entrar na mata atrás de um guerrilheiro que a senhora não sabe onde está?

M.A. - Mas o que a esquerda dizia na época, e repete até hoje, é que a esquerda não gerou a pressão. Ela reagiu a uma pressão que os senhores criaram.

C.F. - Qual foi a pressão que nós criamos? Reagimos a pressão das esquerdas no governo do Jango.

M.A. - Que os senhores chegaram ao poder via uma intervenção militar e que desrespeitaram a constituição vigente, continuaram no poder, não devolveram o poder aos civis, então, que era uma forma de reagir a essa usurpação. Eu estou falando isso porque...

C.F. - Eu sei. Eu sei disso também. Mas reagir matando? Reagir pela força? Reagir pelas armas? Se eles saberiam que, como diz o castelhano, *a lo largo* seriam derrotados? Então uma guerrilha, num país desse tamanho, vai derrotar as forças armadas brasileiras, por mais frágeis que elas fossem e sejam até hoje? Não há condição.

M.A. - Mas eles dizem: “A gente tinha que pegar em armas, porque não havia liberdade. A gente teve que radicalizar”.

C.F. - Não havia liberdade por que eles queriam um excesso de liberdade. Uma licenciosidade. Que aliás está havendo hoje. Excesso de liberdade, a meu ver, está havendo hoje. O que está se vendo nesse país hoje é incrível. Não é liberdade. Ausência absoluta ou omissão do poder público. É o caos.

M.A. - Agora, o senhor está falando que uma guerrilha não podia derrotar o Exército. Na época se pensava assim? Ou se tinha realmente medo das artimanhas da guerrilha?

C.F. - Não. Não tínhamos medo, não. Nós achávamos que, ao longo, nós ganharíamos a guerra. Porque tínhamos muito mais recursos do que eles. Muito mais. Por mais que eles fossem alimentados pela União Soviética, por Cuba, os famosos dois milhões de dólares que o Brizola teria recebido, eu não sei se é verdade ou não. Ele tentou guerrilha com um colega meu de turma. O Jefferson Alencar de Cardim Osório<sup>11</sup>. Sei até o nome dele completo.

M.A. - Caparaó, não foi?

C.F. - Não, não. Foi lá pelo Sul. Foi derrotado logo. Nos primeiros dez dias. Também não sei se isso é verdade. Eu não afirmo, não falo sobre isso, porque não sei exatamente.

---

<sup>11</sup> Jefferson Cardim de Alencar Osório.

M.A. - É. E pelo jeito, nunca saberemos se foi verdade.

G.S. - General, nesse contexto, as forças armadas lutando contra a guerrilha e a população brasileira pagando o preço disso. Porque no fundo, quando há uma lei de censura, ela não afeta somente o Fernando Gabeira ou o senhor quando vai dar uma entrevista, ela afeta todo mundo. O direito do cidadão se informar, etc, etc. Isso era discutido?

C.F. - Era discutido. E era lamentável que isso acontecesse. Nós não desejávamos. Mas também não havia outra maneira. Qual era a outra maneira? Deixar a imprensa completamente livre, publicando verdades e, sobretudo, inverdades, envenenando mais o povo contra o governo de então? Quem nos pôs no governo? O povo. Eu já disse aqui que eu fui chamado de covarde mais de uma vez, porque andava fardado na rua da Praia, em Porto Alegre. O próprio pessoal da família: “Mas o que é que vocês estão esperando? Que covardia é essa? Estão esperando que o Stalin se sente no palácio do Planalto?” Quem nos levou foi o povo. O povo foi na frente e nós o seguimos. Não tenha dúvida. Sem povo não se faz nada.

G.S. - General, na nossa entrevista anterior o senhor disse que a revolução deveria ter parado em um dos dois momentos: ou depois do Castelo ou depois do Médici.

[FINAL DA FITA 3-B]

G.S. - (...) O AI-5 inaugura um período que para nós civis foi muito duro.

C.F. - Foi ditatorial. Foi um período essencialmente ditatorial.

G.S. - Por que o AI-5? Tinha necessidade do AI-5?

C.F. - Já havia uma série de razões pelas quais o governo estava sendo acutilado por todos os lados, culminando com o discurso do senhor Márcio Moreira Alves, que foi um discurso altamente ofensivo às forças armadas. Altamente ofensivo.

M.A. - Mas dizem que ninguém tinha prestado atenção naquele discurso.

C.F. - Mas o povo brasileiro não presta atenção a nada. Desculpe se são parlamentaristas. Eu sou

contra. O povo brasileiro, o povo mesmo, não presta atenção a nada.

G.S. - Mas depois ele se desdisse. E eu estou achando que o discurso do Márcio foi o estopim.

C.F. - Pois é. Talvez tenha sido o estopim. Agora, foi um discurso altamente ofensivo. E aí houve uma reação generalizada das três forças armadas em todo o país. Porque o governo, ele não é senhor de si. Ele governa em nome de. O Costa e Silva não queria assinar o AI-5. Eu tenho a certeza absoluta disso. Cansou de me dizer isso. Relutou até a última hora para assinar o AI-5.

G.S. - Quem é que estava botando pressão em cima dele?

C.F. - Eram as forças armadas.

M.A. - O senhor também.

C.F. - Não. Eu, não. Eu nem sabia. Estava em Porto Alegre, era chefe do estado-maior do III Exército. Telefonei ao Médici, que era meu amigo e chefe do SNI: “Médici, está difícil de conter a tropa”. A tropa que a gente designava eram os chefes da área. “Daqui a pouco nós vamos ter indisciplina, coisas mais graves. Não sei o que é que vai dar isso”. Diz ele: “Não, Fontoura, espera. Vai haver alguma medida. Vocês tenham um pouco de paciência.” Realmente, dois ou três dias depois veio o AI-5. Havia uma pressão muito grande das forças armadas.

G.S. - Quem perto dele estava botando essa pressão?

C.F. - Não sei, porque eu não estava aqui.

G.S. – Portela, certamente.

C.F. - Dos que o cercavam, principalmente, era o Portela. Ele era muito amigo do Médici, tinha muita confiança no Médici.

G.S. - Quem? Portela?

C.F. – Não, o Costa e Silva. Portela nem queria saber do Médici. Nem do Médici, nem de mim.

Ele não me queria como chefe do SNI.

M.A. - Como é que o senhor vai para a chefia do SNI?

C.F. - Até hoje eu não sei. Foi o Costa e Silva. Eu nunca perguntei para ele. O Adalberto foi para chefe do estado-maior do Exército. Eu passei o ano de 64 lá, e em princípio de 65 o Adalberto mandou me convidar para servir com ele, para ser chefe de uma seção do estado-maior do Exército, que é uma função importante para um coronel. É quase um convite para ser general. Aceitei. Vim de Porto Alegre. Quando cheguei, o Adalberto disse: “Olha, você não vai mais ficar comigo, porque o Costa e Silva quer você para subchefe do seu gabinete.” “Mas por quê? Eu nem conheço o Costa e Silva, ele nem me conhece!” Ele disse: “Não sei. Mas ele mandou dois oficiais me pedirem que te dispensasse da função aqui. E eu mandei dizer que dispensava, mas com uma condição: que você fosse subchefe do gabinete. Para outra função, não.” E o Costa e Silva mandou dizer ao Adalberto que era para isso mesmo que ele queria. Então, eu fui para lá, me apresentei ao Costa e Silva, fui ser subchefe do gabinete do Costa e Silva.

M.A. - Quando ele era ministro.

C.F. - Quando era ministro.

G.S. - Quem era o chefe do gabinete?

C.F. - Era o general Brasil. Era o Clóvis Bandeira Brasil. Um belíssimo soldado. Éramos amigos. Já tínhamos amizade e a estreitamos mais no gabinete. Eu despachava também com o Costa e Silva. O Brasil despachava uma parte, eu despachava outra parte, porque o volume de assuntos era muito grande. E ali foi se criando uma certa intimidade entre mim e o Costa e Silva. Quando o Costa e Silva saiu do ministério, em julho de 1965, para ser candidato à presidência da República, eu pedi demissão. Eu e o Brasil pedimos demissão ao futuro ministro, que foi o Ademar de Queirós, a quem eu conhecia só de nome e ele também não me conhecia. Ele aceitou a do Brasil e não aceitou a minha. Ele disse: “Não. Eu vou aceitar a do chefe do gabinete, porque vou trazer um general que é meu amigo. Mas a sua eu não aceito, porque você já conhece isso tudo aqui, conhece o trabalho, eu vou pegar um general novo que vem para cá, que não conhece. Além do mais, nós já estamos em julho e no fim de novembro você vai ser promovido a general.” Em novembro realmente fui promovido a general. Mas o Costa e Silva me queria para o SNI. Quando ele

convidou o Médici, ele já me queria para chefe do SNI. Quando ele assumiu, eu já era general. Eu fui promovido a general, como já contei aqui, pelo Castelo. O Costa e Silva assumiu em 1967, eu saí general em 1966. Houve qualquer coisa e ele convidou o Médici. Aliás, fez muito bem. E na saída, eu calculo que o Médici tenha dito a ele: “Chama o Fontoura. Você queria antes, agora está na hora.” Deve ter sido isso. Eu nunca perguntei ao Médici, ele nunca me disse. Fui eu para lá, num verdadeiro “abacaxi”. Desculpe a expressão de gíria, mas depois da presidência da República, é o segundo “abacaxi” do país. Tudo que havia de ruim no país, era o SNI que tinha feito.

G.S. - Naquela altura do campeonato, o SNI era uma sigla maldita.

C.F. - Era. Tudo que havia de ruim, era o SNI.

M.A. - Mas veja bem. O senhor vai para o SNI em maio de 1969. O Médici não era candidato ainda. Por que é que ele saiu do SNI?

C.F. - Porque foi promovido a quatro estrelas e foi comandar o III Exército, que era um comando de quatro estrelas. Mas o SNI era o culpado de tudo. Há pouco tempo, eu estava numa fila do Banco do Brasil e na minha frente um cidadão grande, maior que eu, moço. Estava uma mocinha na máquina há meia hora. E nada de sair. Diz o rapaz assim: “Talvez essa moça seja muito rica e esteja tirando vários extratos, de várias contas”. Eu disse: “É. Se ela é muito rica, podia até emprestar um pouco de dinheiro ao Brasil, que está tão pobre”. Ele olhou para mim, disse: “Olha, o senhor não sabe com quem está falando, mas eu sei com quem estou falando. O senhor é fulano de tal, é isso, isso, isso, chefe do SNI. E os comunistas andavam loucos para matar o senhor na primeira esquina escura que o encontrassem.” Respondi: “Olha, não mataram porque não quiseram, porque eu andei sempre sem segurança.” Só usava segurança em Brasília. Aqui no Rio, não. Não há segurança. Lá em Brasília eu era obrigado a usar. E aconselhava os outros ministros a usar. Porque vamos que acontecesse qualquer coisa comigo!

M.A. - Voltando para o SNI. O SNI era o culpado de tudo. O SNI, de fato, centralizava todas as informações do que acontecia no país? Por exemplo, o que acontecia ao nível do CIE<sup>12</sup>, chegava ao SNI?

---

<sup>12</sup> Centro de Informações do Exército.

C.F. - Chegava.

M.A. - Chegava como?

C.F. - Chegava oficialmente. Não sei se chegava tudo.

M.A. - Relatórios.

C.F. - Relatórios.

M.A. - Nessa época era o general Milton Tavares, Coelho Neto...

C.F. - Foi o Milton.

G.S. - Fiúza esteve.

C.F. - Esteve. Mas não sei se foi no meu tempo. Foi no tempo do Frota.

M.A. - O senhor tinha um bom contato com o Coelho Neto, com o Milton Tavares?

C.F. - Tinha. Com todos eles.

M.A. - Eram contatos diários?

C.F. - Não. Diários não podiam ser, não é. Nem havia tempo para isso, nem eles, nem eu. Mas telefônicos, quase que diários. Através de relatórios, coisas urgentes que me mandavam em mãos. Quando eu assumi o SNI, fiz uma reunião com todos. Disse: “Por força das circunstâncias, eu sou o chefe. Então, tudo que for importante tem que vir para o SNI. E eu irei ao presidente da República, aos ministros civis.” Isso ficou acertado. E houve a criação, no meu tempo, e por mim, do que se chama o Plano Nacional de Informações. Que não deve existir mais. Não se pode fazer informações, colher informes sem um plano. Quais são as informações a colher? São de nível político, econômico, social, cultural, enfim, tudo.

G.S. - Isso foi logo no início.

C.F. - Logo no início, eu disse: “Vamos fazer um Plano Nacional de Informações.” “Mas general, nós não vamos ter...” “Vamos sim. Nós vamos fazer um Plano Nacional de Informações. Isso não pode funcionar sem um Plano Nacional de Informações. E cada serviço de informações vai ter uma missão a cumprir nesse plano.” Então, reuni de novo todos, o chefe do EMFA até reagiu, era um almirante, mais graduado do que eu, eu era general-de-brigada, o chefe do EMFA era quatro estrelas, reagiu. Mas eu fiz o plano. E saiu o plano.

G.S. - E na elaboração desse plano, quais foram os cérebros principais?

C.F. - Muita gente colaborou. Não tenho condição de dizer todos. Muitos civis, muita gente. Deputados colaboraram. Um plano que abrangia informações de todos os tipos, de todos os ramos e de todo o país. Por isso nacional. E ele foi sendo cumprido dentro das possibilidades; às vezes com falhas, às vezes com erros, mal cumprido. Mas de uma maneira geral, foi bem cumprido.

G.S. - Agora, general, o senhor foi nomeado chefe do SNI. O que é que o senhor encontra lá dentro? Seu primeiro dia. O que é que tem lá dentro?

C.F. - Quando o Médici me passou o SNI, pessoalmente, em Brasília, reuniu todo o pessoal do SNI que trabalhava em Brasília, não só diretamente com ele, como o pessoal da chamada Agência Central do SNI, que era quem centralizava as informações provenientes das agências do SNI...

G.S. - Ainda estava aqui no Rio, ou já tinha passado para Brasília?

C.F. - Já estava lá. Em todas as capitais havia uma agência do SNI. E as informações provenientes dessas agências eram centralizadas na Agência Central, que levava a mim aquilo que essa agência julgava importante, que devesse ser do meu conhecimento. Eu não podia conhecer, ler tudo, é claro. Sou um homem só. Eu encontrei já montado. E declarei, ao assumir o SNI, que era tal a confiança que depositava no general Médici, que não ia mudar ninguém das funções que exerciam. Até mesmo o seu chefe de gabinete, que eu não conhecia, ia continuar comigo. E este demiti três meses depois. Não nos entendemos muito bem.

G.S. - General, há uma mitologia muito grande a respeito do SNI. Falavam do SNI como um



monstro de sete cabeças, quinhentos mil homens, 20 mil homens...

C.F. - Bobagem.

G.S. - Qual é o total de pessoal?

C.F. - Não tinha dois mil. Não tinha 1.500. Em todo o país.

M.A. - No seu tempo.

C.F. - No meu tempo.

M.A. - Parece que cresceu um pouquinho com o Otávio Medeiros, não é?

C.F. - Não sei.

G.S. - 1.500 de pessoal permanente.

C.F. - 1.500 em todo o SNI. Põe aí funcionáriozinhos, motoristas, secretáriozinhos, contínuos, tudo isso está somado nesses 1.500. Não tinha mais de 1.500. Cada agência do SNI – eram 22 ou 23 agências naquele tempo, agora são 26 ou 27 – cada agência teria no máximo umas 30 ou 40 pessoas. Umas um pouco mais, outras um pouco menos.

M.A. - Mas esses eram os funcionários, vamos dizer, contratados.

C.F. - Habilitados.

M.A. - Habilitados. Agora, tinha os que colaboravam, sem ser da estrutura.

C.F. - É. Mas havia colaboradores, a maioria, colaboradores espontâneos. Não recebiam nada do SNI. Há muitos desses funcionários em qualquer serviço de informações. Se você me perguntar: o senhor ouvia escuta telefônica? Ouvia. Não nego. Qual é o serviço de informações do mundo que não ouve telefones? Como é que eu vou negar? Ouvia mesmo. Mas ouvia só o que interessava, o que achava que pudesse ser útil ao governo, sobretudo na segurança.

M.A. - Tem escuta para o rei da Inglaterra! O príncipe Charles.

C.F. - Até o príncipe. Não há grande indústria no mundo, e até pequena e média, que viva sem um serviço de informações. Não é? Para fazer uma operação, são feitas radiografias; o médico tem na radiografia o seu serviço de informações. Temos que nos informar sobre tudo, para poder decidir.

M.A. - Mas o senhor falou que o senhor reuniu todos os chefes, quando o senhor foi para o SNI. O senhor reuniu do CIE, do Cenimar<sup>13</sup>, CISA<sup>14</sup> e mais os DOI<sup>15</sup> e os CODI<sup>16</sup> entravam nisso?

C.F. - Não. Não havia isso ainda.

M.A. - Mas Oban já havia, não é?

C.F. - É. Mas a Operação Bandeirante tomou vulto. Eu fui a São Paulo conversar com o general Canavarro, que era o comandante do Exército na época. Estivemos conversando sobre esse assunto. Porque houve a fuga do Lamarca e eu achei aquilo sério. É perigoso. Depois eu estive sabendo uma coisa interessante. No meu tempo de chefe de estado-maior em Porto Alegre, foi preso um oficial comunista da Aeronáutica. Não me lembro o nome. Foi preso no 7º Batalhão de Caçadores. Era um comunista, daqueles de arma na mão. Foi preso na própria Aeronáutica e foi mandado para lá. Fugiu. Mas como fugiu? Estava numa sala fechada com sentinela! Fugiu pelo teto. As coisas são engraçadas. Aí, mandei um oficial falar com o comandante e fazer uma pesquisa. O oficial de dia no dia da fuga era o tenente Lamarca. Está aí a fuga. Ele já era comunista quando tenente em Porto Alegre, em 1966. Era o tenente Lamarca. Para ver como não funcionavam as informações. Ele veio para um batalhão aqui em São Paulo e ninguém sabia que o Lamarca era comunista.

M.A. - Só quando ele fugiu.

C.F. - Só quando ele fugiu. Não havia um serviço de informações. Por isso eu um dia fui ao Médici – é outra coisa que convém que se diga: “O SNI esgotou os seus conhecimentos. Nós

---

<sup>13</sup> Centro de Informações da Marinha.

<sup>14</sup> Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

<sup>15</sup> Departamento de Operações Internas.

<sup>16</sup> Centro de Operações para a Defesa Interna.

somos todos amadores. O senhor também foi amador como chefe do SNI. Eu sou amador, o Golberi era amador. E os que vierem serão amadores.” Diz ele: “Mas qual é a solução?” “É fundar uma Escola Nacional de Informações.”

G.S. - Aí é que veio a EsNI.

C.F. - Veio a EsNI. Disse que ia pensar um pouco. Daí uns dois dias: “Pode fundar a escola.”

G.S. - Aí que houve o plano de mandar oficiais para fora para treinamento.

C.F. - Pois é. Reunimos um grupo de oficiais dos melhores que tínhamos, inclusive o Ênio, e mandamos para o exterior.

G.S. - O Ênio foi para os Estados Unidos.

C.F. - Não me lembro. Foram para os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França, Inglaterra, para os vários serviços de informações do mundo. Cinco ou seis. Mandeí dois oficiais para cada um. Passaram um mês lá estudando. Foram muito bem recebidos por todos. Enfim, cada um trouxe depois seu relatório, nós nos juntamos...

G.S. - Mandamos gente para Israel também?

C.F. - Mandamos. É um dos melhores do mundo.

G.S. - É o que eu pensava. Mas alguém não mencionou Israel. Mencionou França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Mas Israel também. Porque eles são muito conhecidos.

C.F. - É. E é um dos melhores do mundo. Se nós examinarmos, no topo de quase todas as atividades humanas está um judeu. Isso significa o quê?

G.S. - Quem é que nós mandamos para Israel?

C.F. - Não me lembro.

G.S. - Porque nós mandamos o Pacífico para...

C.F. - Eu não me lembro. Eram coronéis todos. Coronéis e tenentes coronéis. Eu tive um... civil muito bom. Collor. Não me lembro do primeiro nome dele. Do Itamarati. Esse homem foi indicado não sei por quem. Pelo Gibson. “Eu quero um homem bom do Itamarati.” Porque tinha gente de todos os ministérios. “Mas quero um camarada bom, de confiança, inteligente, que venha para cá para nos ajudar, e não para receber aula”. E mandaram o Collor. Tive a melhor impressão dele. E os oficiais com quem ele trabalhava também.

[FINAL DA FITA 4-A]

M.A. - (...) O senhor estava falando da Oban. Qual era o problema da Oban?

C.F. - A Operação Bandeirante, o objetivo dela no fundo era prender o Lamarca. E aí nasceu a Oban. Depois ficou.

M.A. - Mas a Oban não virou o DOI?

C.F. - Criou o CODI. Depois os outros exércitos foram criando CODI, foram criando órgãos que acharam necessários na luta contra a subversão.

M.A. - Então, na sua opinião, a Oban foi um serviço criado para informações dentro do Exército.

C.F. - Dentro do II Exército. Que naturalmente mandava para o SNI aquilo que pudesse interessar à nação, por intermédio do CIE.

M.A. - Mas que tinha também atuação no combate à guerrilha, no combate à subversão, não é?

C.F. - Tinha. Pelo tipo de órgão que eles criaram, tinha também essa missão. Agora, fazem um bicho de sete cabeças do SNI. Muitas vezes ouvi: “Mas você é do SNI e não sabe isso?” Eu não sei tudo. Quem é que sabe tudo? Ninguém. Eu não sei isso e muita coisa mais.

G.S. - General, na época eu andava tentando estudar como é que era a escuta telefônica. Agora o senhor me diz se eu estava certo ou errado. Se o número de pessoas com escuta permanente não

passaria de 80, por aí.

C.F. - Não. Não chegava a isso. Nem a metade talvez. Eram só alvos muito selecionados, como nós chamávamos. Gente cujas manifestações interessassem ao governo conhecer. Manifestações subversivas. O resto não interessava. Problema econômico, social, isso não interessa. A maioria das coletas telefônicas era rasgada por mim. Não tinha valor nenhum. Uma ou outra.

G.S. - Agora, como é que o senhor conseguia fazer processar a massa de informações que era recolhida normalmente pelo SNI? O processo de triagem até o senhor...

C.F. - Era trabalho da Agência Central. Na Agência Central, obviamente, havia excelentes elementos do SNI. Essa agência é que fazia essa triagem. O que vinha a mim era muito pouco. O principal. E mesmo desse principal, mais da metade, eu rasgava.

M.A. - Quem eram alguns dos escutados?

C.F. - Ah! O pessoal daquela época. 20 e tantos anos já, não é?

G.S. - Mas tem alguns que são conhecidos.

M.A. - Arrais.

C.F. - Arrais. Luís Carlos Prestes e outros.

G.S. - E deviam ter alguns que entravam e saíam da lista.

C.F. - Sim. A maioria entrava e saía.

G.S. - General, uma impressão que tive conversando uma vez com alguém que trabalhava na DSI<sup>17</sup> do Ministério da Educação é de que havia, digamos, aquilo que poderia ser chamado de repressão preventiva; antes de contratar uma pessoa para uma determinada função importante, se fazia uma checada, mas o volume era tal que não dava. Era muita gente para pouca gente

---

<sup>17</sup> Divisão de Segurança e Informações.

trabalhando nisso.

C.F. - Não. Não é verdade. Isso era um serviço muito bem feito.

G.S. - Como é que era?

C.F. - Um serviço muito incômodo para mim. Havia o seguinte: os governos dos estados não eram obrigados a mandar ao SNI local a relação dos candidatos, quando mudava o governo, ou quando tinha que mudar algum cargo. Não eram obrigados. Mas se quisessem, poderiam fazê-lo. A maioria fazia. A totalidade quase fazia. Inclusive o nosso governador da então Guanabara.

M.A. - Chagas Freitas.

C.F. - Chagas Freitas! A quem eu não conhecia, um dia me pediu audiência: “General, eu vim aqui para conhecer o senhor e dizer que também necessito dos seus serviços.” Eu disse: “Para quê? O senhor é governador da oposição. Quem faz obrigatoriamente é o governo central, são os ministros. Os ministros não nomeiam ninguém sem passar pelo SNI. Por ordem do presidente. E eles acham que isso é muito bom, porque os cobre.” E diz o Chagas Freitas para mim: “Pois é justamente isso que eu quero. Eu quero a sua cobertura.” “Está bem. Eu dou.”

G.S. - O senhor tem idéia de quantos nomes eram vistos num ano?

C.F. - É difícil dizer pelo seguinte: porque não era por ano. Era por mudança de governo estadual. Então...

G.S. - O secretário...

G.S. - Secretários, diretor de banco, gerente de banco. Essas funções mais importantes. As outras não.

G.S. - Mas professor universitário também passava pela mesma...

C.F. - Passava pela mesma coisa.

M.A. - Tinha o atestado de ideologia.

C.F. - Não. Isso não tinha. Da nossa parte, não tinha. Era problema de honestidade profissional, competência profissional, etc.

M.A. - Não havia crivo ideológico?

C.F. - Não.

M.A. - O atestado ideológico quem fazia era o DOPS<sup>18</sup>.

C.F. - Não sei. Talvez o governo do estado que fazia. Agora, um comunista confesso não era nomeado, até porque não era indicado.

M.A. - E o governo do estado tinha então o seu serviço de informações?

C.F. - Não sei se tinha. Não sei. Mas devia ter alguma coisa que funcionasse como tal. Não sei se tinha serviço de informações.

M.A. - O senhor confiava realmente que chegava ao senhor o sumo das informações das coisas importantes que estavam acontecendo no país? Eu imagino que uma informação aqui no estado do Rio, feita pelo DOPS ou pela Secretaria de Polícia, mais o Cenimar, mais o CIE, enfim, uma série de órgãos que estão...

C.F. - Aqui do Rio?

M.A. - Não, do Rio e do Brasil. Uma série de órgãos que estavam participando da área de informação e de operação, que o SNI também acompanhava, o senhor acreditava que se filtrava, filtrava e chegava tudo no senhor? Isso aqui não tinha uns nós aqui para baixo?

G.S. - O pessoal segurava informação?

.

---

<sup>18</sup> Delegacia de Ordem Política e Social.

C.F. - Ah! Podia ser. Eu não posso pôr a mão no fogo. Ninguém pode. Quem é que pode saber isso?

M.A. - Tendo uma contra-informação.

C.F. - Pois é. Mas mesmo a contra-informação não conseguia saber tudo. Não consegue saber tudo. É humanamente impossível. São os riscos. É o risco incalculado ou calculado, não sei. É muito difícil saber se o que chegava a mim, em poucas linhas, era absolutamente verdade ou não.

M.A. - Por exemplo, o caso Rubens Paiva. Do deputado Rubens Paiva.

C.F. - O que é que tem?

M.A. - Desapareceu. Até hoje é um caso mal resolvido. O senhor mandou investigar esse caso?

C.F. - Não. Não mandei. Não foi comigo. Não foi com o SNI o caso. Foi com outro órgão. Não mandei.

M.A. - Foi com quem?

C.F. - Não me lembro. II Exército, não foi?

M.A. - É. II Exército. Aí o senhor não mandava averiguar.

C.F. - Não.

G.S. - Se fosse da competência de outro.

C.F. - Da competência de outro. Estava, sob o ponto de vista de informação, subordinado a mim. Ele devia me informar. Então, informou: Rubens Paiva... Eu não me lembro mais o que foi. Aconteceu isso. Eu sou obrigado a acreditar. Porque se for mandar saber tudo, tinha que pôr os 149 milhões de brasileiros no serviço de informação colhendo informação sobre um milhão. Não há nada perfeito. Nós temos que nos sujeitar à imperfeição humana, que é verdade aqui, na Fundação Getúlio Vargas, que eu prezo tanto e admiro há mais de 50 anos, e em todo o mundo.



G.S. - Agora, general, as DSI e as SI<sup>19</sup> informavam... Por exemplo, a DSI do Ministério da Educação. Qual era a linha de comando ali?

C.F. - Hierarquicamente e tecnicamente também era subordinado ao ministro. Mas também tecnicamente subordinado ao SNI, na parte de informações propriamente ditas, só. Porque ela dava informação ao ministro e essa mesma informação vinha uma cópia para o SNI. Para a Agência Central.

G.S. - E para fins de pagamento, promoção, tudo isso, ela era uma agência do ministério?

C.F. - Do ministério.

G.S. - Com recursos do ministério, critério do ministério, etc.

C.F. - Sim.

G.S. - E as SI das universidades, a mesma coisa?

C.F. - Também.

M.A. - Qual ministério?

G.S. - Cada um tinha o seu.

M.A. - Uma folha de pagamento no seu respectivo ministério. Se fosse uma universidade, era o Ministério da Educação. Quer dizer, isso não contabilizava como funcionário do SNI.

C.F. - Não. E não eram.

M.A. - Ah! Quer dizer, na verdade, trabalhando com informações, funcionários regularmente contratados, tinha muito mais.

---

<sup>19</sup> Sistemas de informação.

C.F. - É. Mas não era também muito grande o seu número. Não chegaria a dois mil isso. Agora vejam. O problema era muito sério pelo seguinte: como eu disse, nós éramos amadores. Então, tínhamos que ter uma escola que formasse agentes de informações. Esse foi o objetivo principal da Escola Nacional de Informações. Que acabou. Foi muito bem feita, muito bem construída, foi muito elogiada por chefes de serviços de informações estrangeiros que a visitaram como uma das melhores do mundo. Já depois de mim. Porque quando eu era chefe do Serviço de Informações, eu não permitia que ninguém entrasse na escola. Não permitia. Eu vou contar uma coisa, mas eu gostaria que apagassem aí.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.F. - O primeiro Natal que eu passei no SNI, 1969, chegou o meu ajudante de ordem, lá pelo dia 20, disse: “General, tem 22 cestas de Natal aí para o senhor.”

M.A. - Que beleza, hein, general! Que Natal!

C.F. - Cada qual mais linda. Cada qual mais cara. Digo: “Tem?”

G.S. - Devolve tudo.

C.F. - Devolve tudo. Dá-me os cartões e devolve tudo. Aí, ele voltou: “Puxa, o senhor vai devolver tudo, vai gastar dinheiro que o senhor não tem”. “Está bem. Então, não devolve. Dá para os funcionários menos graduados daqui.” Motoristas, ascensoristas, uma secretariazinha, cada um ganhou uma cesta. Só tinha coisa estrangeira. Riquíssima. Eu nem cheguei a ver. Eles é que me contaram. Eu não vi. Nem quis ver. Peguei os cartões, eu não conhecia ninguém, firmas, empresas, etc, não respondi nenhum. No ano seguinte, não apareceu uma cesta de Natal.

G.S. - O que é que eles estavam querendo?

C.F. - O meu cartão. Meu cartão agradecendo.

M.A. - Ah! Claro. Era uma prova...

C.F. - Ah! O cartão do general Fontoura, chefe do SNI. Corrupção!

M.A. - Eles também entendem de informação.

C.F. - Eles também entendem de informação.

M.A. - Mas o senhor falou que os senhores eram amadores em informação.

C.F. - É. Então, vamos criar uma escola. Criamos a escola.

M.A. - O Gabeira também diz isso da polícia, do Exército, que os senhores eram muito amadores, que eles conseguiram várias vezes passar perto da polícia.

C.F. - E éramos mesmo. A escola só foi criada em 1972. Mas foi Ênio quem a construiu. Quem criou a escola, os louvores todos são dados ao Ênio. Merecidamente. Era uma escola completa. Tinha tudo de bom que as outras tinham. Foi uma pena terem-na desmanchado. Então, a minha política era a seguinte: vão frequentar essa escola, preferentemente, civis. O SNI é um órgão civil. E deve passar à mão dos civis no mais curto prazo possível. Inclusive a chefia. Claro que ia depender do presidente da República. Mas a minha política foi essa. Praticamente só matriculei civis. Matriculei muito poucos militares, durante o tempo em que estive no SNI. Pessoal indicado por ministérios, indicado por diferentes órgãos. É claro que sofria um rastreamento. E lá dentro também eram muito observados.

G.S. - General, quando é que foi criado o setor de operação de informações no SNI? Porque uma parte grande das acusações feitas contra o SNI estava relacionada a operações.

C.F. - Operações. Eu posso lhe garantir uma coisa: a maioria das operações visava a busca de informes ou informações. Inventava-se muito a respeito...

M.A. - Porque o SNI era dividido no pessoal de operações e a turma da caneta, não é? Pessoal burocrático, que ficava trabalhando...

G.S. - De informações.

C.F. - Sim. Eram duas grandes linhas: a de informação (produção) e a da operação (busca).

M.A. - Mas o SNI, quando o senhor assumiu, já lhe era atribuído fazer operações?

C.F. - Já. Mas era a chamada operação de informações.

G.S. - General, quero tirar uma dúvida de 20 anos com o senhor.

C.F. - Pode tirar.

G.S. - Sem nome. Havia alguém que era ou presidente da Câmara ou presidente da Arena que uma vez veio conversar pessoalmente com o senhor e fez uma catilinária tremenda contra professores da UnB, contra o Azevedo, contra todo mundo. Essa é a história que eu ouvi. Queria saber se é verdade. O senhor teria ouvido pacientemente o tal senhor, que é gaúcho também, era deputado do PDS na época, e depois disse: “Espera um momentinho”. Chamou um ajudante-de-ordens que estava aparentemente tomando notas, mostrou a folha datilografada: “Agora assina o que o senhor acabou de dizer.” O cara disse: “Não. Assinar, eu não assino.”

C.F. - Ah! Isso aconteceu muito. Isso é uma das coisas que eu queria dizer. Eu recebi muita gente. “Tenho uma grave denúncia a fazer ao senhor. É uma informação que o senhor precisa tirar a limpo de qualquer maneira”. Eu dizia: “Pois não. Tem aí uma mesa, papel e tinta. Sente, escreva, ponha a data e assine”. “Ah! Como?!” “Então não serve. De boca, eu não quero. Se o senhor está dizendo que tem, tem que ter coragem de assinar”. Isso cansou de acontecer. Agora, esse caso específico da UnB, não me lembro. Mas deve ter acontecido. Aconteceram tantos, que eu não me recordo mais quais foram. Era comum.

G.S. - General, quando nós entramos em contato, uma das coisas que o senhor me disse é que estava preocupado em redimir a imagem histórica do presidente Médici, que tem sido muito acusado.

C.F. - Estava e estou.

G.S. - Há uma coisa que eu queria que o senhor elucidasse para nós. Tomando não como verdadeiras, mas como estatisticamente indicadoras as denúncias de torturas, elas teriam

acontecido fundamentalmente nessa época no DOPS, nas PM, até 1969, 1970. E aí começaram a se transferir para o CIE e para as PE. Houve uma série de pessoas importantes que tiveram algum parente, algum sobrinho, algum neto, que a gente sabe, o Cordeiro de Farias, o Lott, etc. Evidentemente, eles iriam procurar pessoas e tal. Não sei quanto dessa discussão e dessas coisas chegavam ao Médici, e qual a reação dele. Não chegavam?

C.F. - Não chegavam. Não chegavam a mim! Mas nunca chegaram notícias ao SNI, ao governo. Se houvesse problemas com parentes do Lott e do Cordeiro de Farias, nós teríamos sabido. Eles procurariam o Médici. Há muita invenção.

G.S. - General, eu queria que o senhor tentasse, não em termos de sua experiência, mas de sua análise, pensar em voz como é que havia coisas que aconteciam, mas que não chegavam ao conhecimento dos superiores. Como é que se brecava isso? Onde é que esse fluxo de informação era parado, de tal maneira que, por exemplo, o senhor, como chefe do SNI, ou o Médici, como presidente da República, não tivessem essa informação?

C.F. - Por gente que era favorável à política da violência, à qual nós não dávamos o nosso beneplácito: nem o Médici, nem eu. Se eu não sou violento, o Médici não era violento, ele nunca pregou a violência, pelo contrário, sempre tratou todo mundo... Só disse isso: vocês têm que entrar num aparelho atirando. Claro. Houve um caso até de um amigo meu, filho de um também amigo, major, não sei se recordam desse caso, foi muito citado pela imprensa. Ele estava parado numa estrada aqui no Rio, aqui perto, com o automóvel dele. Por uma razão qualquer, não sei o que é que tinha havido no automóvel, era um major, não tinha nada que ver com informações, e de repente parou do outro lado da estrada um fusca com duas moças. As duas desceram, com o pneu furado. O pneu do outro lado. Quando ele viu que eram duas moças foi lá ajudar essas moças a mudar o pneu. Quando chegou perto, levou um tiro e morreu. Um outro amigo meu, esse de Uruguaiana, Aníbal Figueiredo, reformado já, trabalhava numa empresa em São Paulo, não tinha nada a ver com coisa nenhuma, estava trabalhando como civil, não estava metido em nada, também. Saiu do local de trabalho e, ao sair, foi fuzilado com quatro tiros.

[FINAL DA FITA 4-B]

*3ª Entrevista: 26.01.1993*

M.A. - Primeiro vamos falar da história da residência do Hugo de Abreu na Granja do Torto.

C.F. - Pois é. Eu li recentemente na coluna do Castelo a transcrição de uma carta de um coronel, na qual ele faz a defesa do Hugo Abreu com relação às possíveis mordomias que ele teria recebido e dizendo que ele nunca foi homem de mordomias. Como general e como governo, nunca foi homem de mordomias. E falando na casa em que ele residiu. Bom. A casa onde ele residiu, que eu saiba, foi a casa onde eu residi. Mas eu fui obrigado a residir. Morava num apartamento muito bom, na 114, que era do Ministério da Fazenda. Afinal, acabaram a casa, essa casa é do chefe do SNI. “É para o senhor. Mas está no fim do governo, falta um ano só.” Eu disse: “Eu vou ficar aqui. Estou bem nesse apartamento.”

M.A. - Essa casa foi construída pelo Médici para abrigar o chefe do SNI?

C.F. - Não. Continuou a construção de um conjunto de casas planejadas de há muito. Não sei de quando. E foram sendo construídas nos diversos governos. E iam sendo ocupadas pelos diferentes ministros.

G.S. - Estilo Brasília.

C.F. - É. Estilo Brasília. Grandes e mal feitas. Tão mal construídas que a primeira vez que eu quis ligar o ar refrigerado do meu quarto, liguei-o e começou a esquentar. Fui ver. Examinei... Ele era dentro de um armário. Abri o armário, saía o ar. O armário encostado na parede da janela. Olhei para o outro lado... Não tinha saída! O ar refrigerado não tinha entrada. Já imaginou uma coisa dessas? Agora, o palácio do Planalto e o da Alvorada, conheço bem ambos, têm que viver de luz acesa e o ar refrigerado ligado, senão não se pode trabalhar. Essa é a cidade construída por um comunista. Que devia economizar o dinheiro da nação. E não pôs os miseraveizinhos naquelas vilazinhas, muito à toas, de Taguatinga e etc, etc, a 40 quilômetros da cidade, com mau serviço de ônibus, mau e caro. Lá é que ele pôs os pobres. É assim que os comunistas tratam os pobres. Niemeyer. Faltava um ano só. Disseram-me: “O ministro da Fazenda precisa de um apartamento, porque tem um dos auxiliares dele, um alto funcionário, ainda está no hotel, sai caro. E tem um apartamento...” Respondi: “Então vou me mudar.” A casa era grande, tinha cinco ou seis quartos

com banheiro cada um, suíte, vamos dizer assim, muito boa, mas simples. Tinha dois quadros muito feios, muito pobres, muito baratos na parede, um paredão enorme, imagine, cem metros quadrados, no salão principal, o que chamavam de piscina era um pouquinho maior que essa mesa, que eu apelidei logo de “tanque”, e lá no fundo, era uma área aberta, recuada um pouco, tinha uma pequena churrasqueira. Mas pequenininha. Eu chamava churrasqueira de casa de boneca. Essa era a mordomia... Claro. Tinha que ter segurança. Eu não podia pagar. Tinha que ter funcionário para limpar aquela casa toda e para trabalhar. Eu também não podia pagar. O salário era muito baixo. O salário do presidente da República, do Médici, era de dez mil, naquele tempo, dez mil cruzeiros. E os ministros sabiam que eu era amigo do Médici. Então, vinham a mim. Vieram a mim duas vezes. Vários ministros. “General, o senhor fale com presidente que ele tem que permitir aumentar o seu salário, para poder aumentar o nosso. Nós não estamos podendo viver com o salário que ganhamos. É muito pouco. E aqui em Brasília é tudo muito caro. E basta ter o título de ministro para cobrarem o dobro”. “Pois é. Eu também estou vivendo apertado. [risos] Vou falar com o Médici”. Fui lá: “Presidente, eu também estou sofrendo.” “Está bem. Então, chama o Leitão, o Delfim...” E acertaram, deram um aumentozinho, mas muito pequeno. Isso foi duas vezes: no segundo ano de governo e no último, embora a inflação no último ano de governo – quero deixar bem frisado aqui – tenha sido de 15 % ao ano. E não 25 ou 30 ao mês, como está aí, de lá para cá. Mudei-me para a casa. O governo pagava os funcionários e a comida dos funcionários. Bebida, nunca entrou uma garrafa que não fosse comprada por mim. Não posso provar mais isso. Não ia guardar nota. Mas é. Acreditem se quiserem. Eu também nunca tive mordomia. A mordomia que existia na casa era essa que acabei de citar aqui. E pedia ao Castelo que publicasse que eu também nunca fui habituado a mordomia. Ele sempre tem publicado as cartas que eu mando, mesmo contrariando a opinião dele. E houve uma em que eu contrariei frontalmente. A ele e ao Andreazza. Ele publicou. Assim como a *Veja* também. Eu fui assinante da *Veja*, depois deixei de comprar porque publicou duas ou três mentiras a meu respeito. Mas teve a hombridade de publicar as cartas em que eu rebatia. Depois eu comecei a estudar a *Veja* e vi que 50 % é anúncio. Os outros 50 %, 25 não se aproveita, é bobagem. Dos 25 que se aproveitam, dez ou 12 interessam. Não compro mais a *Veja*. Quando sai o meu nome na *Veja*, alguém me avisa. Aí, eu compro a *Veja*. Mas não tem saído mais. E realmente, se eu fui acusado de matador, de torturador, não sei o quê, eu não vi e não li, na imprensa principal do país. Se algum jornalzinho por aí publicou, não sei, mas eu nunca fui acusado. Felizmente, até hoje, eu nunca fui acusado pessoalmente. Nominalmente nunca fui.

M.A. - Já que o senhor está falando do dia-a-dia, eu queria que o senhor falasse sobre o dia-a-dia

do governo Médici. Tinha o senhor, no SNI, o Otávio Costa...

C.F. - Otávio Costa era o chefe do Centro de Comunicações, uma secretaria de imprensa e relações públicas.

M.A. - Relações públicas. Tinha o Ernani de Aguiar, que era o...

C.F. - Era o subchefe do Otávio Costa. Uma espécie de subchefe.

M.A. - Era assessor. Tinha o Figueiredo e o Leitão. Eram dos gabinetes civil e militar. Quem eram os homens fortes do governo?

C.F. - O homem forte do governo era o presidente. Não há a menor dúvida. Respeitadíssimo. E não podia deixar de ser de outra forma. Porque ele se impunha pela sua própria maneira de agir e pela sua própria presença. Embora fosse um homem sério, gostava de conversar, gostava de uma piada, gostava de rir, gostava que lhe contassem até uma anedota, mas era um homem sério. No trabalho, não havia brincadeira com ele. Há até o caso de um ministro que fez uma viagem à Europa ou Estados Unidos, chegou aqui num sábado dando entrevista. Na segunda-feira, foi a Brasília falar com o Médici. O Médici levantou da cadeira, disse: “Senta aqui.” “Não...” “Não. Senta. Você deu entrevista à nação sem falar comigo. Contou tudo o que fez e deixou de fazer e eu fiquei sabendo pelo jornal! Então você é o presidente da República. Senta aqui.” Eu não sei se contei aqui a entrevista que ele deu ao cardeal de São Paulo, o chamado cardeal vermelho. O cardeal pediu uma entrevista a ele. Ele dava para todo mundo. Não negava audiência a ninguém. O cardeal chegou na porta, o ajudante-de-ordens abriu-a. O salão é grande, a mesa do presidente fica num extremo e a porta no outro. O ajudante-de-ordens abriu a porta, anunciou o cardeal. O cardeal, da porta, disse o seguinte: “Presidente!” – bem alto – “Eu não sou gaúcho, mas sou boa praça.” Ah! Um cardeal, que não o conhece, que vai pela primeira vez ver o presidente da República, dizer uma bobagem dessas. O Médici já fechou a cara e disse: “Espero que seja.” Já começou mal. Diz o Médici: “Estou à disposição de Vossa Eminência.” Diz o cardeal: “Presidente, em que é que a minha igreja pode ser útil ao seu governo?” Diz o Médici: “O senhor cuidando da sua igreja e eu cuidando do meu governo.”

M.A. - O senhor assistiu a conversa?



C.F. - Não. Mas o Médici me contou. Durou dois minutos. Deve estar registrado. “O senhor cuidando da sua igreja e eu cuidando do meu governo”. Levantou e foi embora. Durou dois minutos essa audiência. Talvez tenha sido a menor audiência que um presidente deu em toda a história do Brasil. Mas não havia outra resposta.

M.A. - Mas general, o senhor despachava...

C.F. - Sim. Nós fazíamos uma reunião diária com o presidente. Isso já vinha dos outros governos. Não sei se dos governos civis também.

M.A. - A tal reunião das nove?

C.F. - A tal reunião das nove – que com o Médici era às oito. Éramos nós três: o Leitão, Figueiredo e eu. E o Médici, claro. Então, ali se conversava, discutiam-se os problemas da véspera, o que podia acontecer hoje, amanhã, dava alguma notícia que pudesse interessar ao presidente e aos dois outros, o Leitão e o Figueiredo. Não durava mais de uma hora. Sempre tinha uma conversinha, entrava um pouquinho de futebol no meio. Uma coisa para arejar o ambiente.

M.A. - E o que é que se discutia nessas reuniões? Tudo?

C.F. - Tudo que fosse importante e que tivesse acontecendo naquele momento. Ontem, anteontem, ou fosse acontecer amanhã.

M.A. - Decisões econômicas?

C.F. - Econômica, política, social, militar, tudo.

G.S. - E reunião com os ministros, general?

C.F. - Reuniões ministeriais? Foram poucas. É uma coisa que eu tenho também experiência da vida militar, é que reunião com muita gente não leva a nada. Fizeram poucas. Nem uma por mês, em média. Não deve ter chegado a uma por mês. Só quando havia um assunto muito sério, que interessasse a vários ministérios ou a todos os ministérios, ou algo mais grave, que o governo tivesse que consultar vários ministros, uns na presença dos outros, para que se estabelecesse um debate e dali sair uma decisão. Porque o normal mesmo é, como eu já disse anteriormente, as

decisões eram de todo dia e de toda hora. O presidente da República tem que ser, na minha opinião, suficientemente culto, uma cultura razoável, tem que ser um homem honesto, claro, isso é óbvio, tem que ser lúcido, de raciocínio rápido e de decisão pronta. Não precisa mais do que isso. E bom senso. Não precisa mais do que isso para ser presidente da República. Porque a maioria dos assuntos que são levados a ele, realmente não conhece nos seus meandros, nos seus detalhes. São assuntos que são estudados pelos ministros, pelos assessores, que estão apresentando soluções para os diversos problemas. E o presidente escolhe uma delas ou dá uma própria.

G.S. - Os pareceres dos ministros vêm sempre por escrito?

C.F. - Vêm. Se o presidente quiser, leva para casa, vai ler. Mas geralmente se resolvia na hora. Porque o ministro diz: “Tem essas soluções. É essa.” Ou: “Não é nenhuma dessas. É a minha. Eu vou dar a solução.” Eu me lembro que na primeira reunião coletiva eram poucos ministros, não eram todos, porque não interessava a todos, mas eram os da Indústria e Comércio, o da Fazenda, éramos nós três, que estávamos sempre em todas. Estava programado pelo governo anterior – para ver como essas coisas vão longe – uma exposição industrial no Brasil. Não sei se aqui no Rio ou se em São Paulo. Diz o Médici: “Quanto se vai gastar nessa exposição?” Tantos milhões de dólares. Não me lembro. Ele disse: “Está bem. Então, cancele-se.” Faltavam uns seis ou oito meses para realizá-la, mas tinha que avisar o mundo inteiro, porque era uma exposição de âmbito internacional. “Cancele-se.” – disse o Médici. “A Universidade Federal, no Fundão, está pela metade. Vamos pegar esse dinheiro e acabar a Universidade Federal do Fundão. Completar a obra.” Todos ficaram abismados. Muito bem. Uma grande decisão. O presidente tem que agir rapidamente. Não pode... “Vou fazer uma reunião no dia 16 e vou dar o resultado depois do carnaval”.

M.A. - General, e o senhor despachava...

C.F. - Tinha dia e hora para despachar. Mas era recebido, como o Leitão ou Figueiredo, pelo presidente, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer lugar. Bastava um aviso, um telefonema.

M.A. - Eram os três grandes.

C.F. - Não, eu não digo que éramos os três grandes. Mas eram os três, vamos dizer, mais íntimos,

que tinham vida mais íntima com ele. Porque os outros ministros viajavam muito, a serviço, é claro.

G.S. - Daí então o ressentimento da família Médici com o Figueiredo, porque depois de ter todo esse acesso, essa intimidade com o Médici, ele agiu contra o Médici durante o seu governo.

C.F. - Talvez seja isso. Talvez seja.

G.S. - Porque eu sei que o filho do Médici quer ver o diabo e não quer ver o Figueiredo.

C.F. - É. Vão chamar o Roberto? Chamem o Roberto. Vale a pena. Ele é muito inteligente. E tem cultura. É professor universitário. Um dia eu li, me mandaram, não sei de onde, um envelope sem nada escrito. Não sei quem é que mandou, uma folha de um jornalzinho que existe em Brasília chamado *José*, com o qual eu já andei brigando violentamente. E o camarada, o dono do jornal, não sei se o jornal ainda existe, disse que eu tinha mandado o Mariath ao general Oscar Luís, que era comandante do III Exército para combater a candidatura Geisel. Escrevi uma carta violenta para ele. E ele publicou. Teve a hombridade de publicar. Não me lembro mais o nome dele. Mas ele está na moda. Anda na televisão. Gutenberg, agora me veio à memória.

M.A. - Então, o senhor tinha essas reuniões e tinha despachos com o presidente.

C.F. - Tinha despachos também. Quando tinha assunto grave, sério, eu levava a ele.

M.A. - Por exemplo, decreto secreto. Quando é que foi tomada essa decisão?

C.F. - Qual é o decreto secreto?

M.A. - Não foi no governo Médici que se instituiu essa figura do decreto que não era publicado?

C.F. - Foi. Mas não foi comigo.

M.A. - Mas o senhor devia participar da discussão.

C.F. - Participei.

M.A. - Mas por que é que se fez aquilo?

C.F. - Não sei. Não me lembro mais. Recordo-me agora desse do decreto. Foi muito criticado. Mas não me lembro mais por que foi.

M.A. - Aquilo era uma loucura.

C.F. - Não me lembro mais a razão.

G.S. - Devia ser alguma coisa vinculada à segurança.

C.F. - Mas não, não era.

G.S. - Até hoje ninguém sabe o que é isso.

C.F. - Pois é. Eu vou ver se me lembro disso. O Leitão já morreu. Era a única pessoa que podia falar. Eu vou ver se me lembro. Talvez o Lira se lembre. Bom. Eu não me lembro. Francamente. Não me lembro.

G.S. - General, o senhor poderia dizer como é que foi, por exemplo, quando estourou o negócio no Araguaia, que isso chegou ao senhor e o senhor levou ao Médici?

C.F. - Aí o Médici entregou o problema às forças armadas. “Vocês resolvam o problema. Uma guerrilha rural. Resolvam o problema”.

G.S. - Quer dizer, ele disse simplesmente que o problema era das forças armadas.

C.F. - É. E era. Não o problema, mas a solução armada. A que polícia ele ia entregar isso? Polícia do Amazonas, do Pará? Tinha que entregar às forças armadas. O problema era, vamos dizer, de interesse nacional, que afetaria a soberania nacional.

M.A. - E por que é que se fazia sigilo em torno da guerra? Era proibido noticiar que havia uma guerra no Araguaia?

C.F. - Não. A imprensa noticiava. Eu cansei de ler. Recebia recortes de jornal todos os dias. Cansei de ler notícia da guerra do Araguaia. Não era proibido. Muita coisa se inventava, mas não era proibido, não. A senhora me desculpe, mas não era proibido.

M.A. - Sim. Mas o governo assumia publicamente que havia uma guerra no Araguaia?

C.F. - Assumia publicamente. Pois chamou os ministros militares. O presidente da República só faz dar ordem para combater. Há que combater a guerrilha. Eu achava uma ingenuidade, como já disse aqui, querer derrubar o governo com uma guerrilha no Brasil, um país com oito milhões de quilômetros quadrados. Isso aqui não é Cuba.

G.S. - É. E 60 pessoas.

C.F. - 60 pessoas, 70. Talvez mais. Não me recordo bem do efetivo em armas.

G.S. - General, uma das medidas tomadas e mantidas durante o governo Médici e que teve muito mau ibope foi a questão da censura. Como é que o presidente Médici encarava isso?

C.F. - É delicado. Mas muito delicado. Se o senhor me perguntar, hoje não está havendo, a meu ver, liberdade no país. Está havendo licenciosidade. Porque o que a televisão está fazendo nesse país... – inclusive a Globo, e principalmente a Globo e a Manchete, nem comento. E tem havido muitos artigos contra. Esse fim de semana houve um do dom Lucas Moreira Neves, que teve repercussão.

M.A. - Quem é que fazia a censura?

C.F. - Pessoal de baixo. É um pessoal que não tem muita competência para fazer censura. Agora mesmo um motorista de táxi estava me dizendo: “General, agora sim, temos um governo onde não tem ladrões.” Será?

M.A. - No governo Médici também tinha ladrão?

C.F. - Em todos os governos. E é uma coisa difícil, eu já disse à senhora. Uma ocasião, vinham a mim dizendo: “O funcionário tal...” Era um alto funcionário. Altíssimo. Está vivo, está aí. Moço.

Relativamente moço. “Esse camarada é ladrão”. Perguntei: “Mas cadê as provas?” “Não sei. Tem uma casa, uma mansão espetacular. Talvez seja das melhores do país”. “É dele? Como é que nós vamos comprovar isso? Só indo aos cartórios”. Então, mandei percorrer todos os cartórios do Rio de Janeiro, do estado do Rio. Não tinha casa nenhuma no nome dele. Daí a pouco chegava outro...

[FINAL DA FITA 5-A]

C.F. - ... “Fulano é ladrão, é isso...” Ele era alto funcionário. Mas cadê as provas? Mandei ver aí, não tem casa nenhuma no nome dele. Tem um testa-de-ferro. Mas como é que eu vou descobrir o testa-de-ferro? Quem é que descobre um testa-de-ferro? Só por acaso. E por acaso se descobriu.

M.A. - Uma pessoa que era muito acusada de corrupção na época, a boca pequena, era o Delfim Neto. Como era a sua experiência? Ele trabalhava no palácio do Planalto?

C.F. - Não. Num ministério. Saiu. Mas é difícilimo. Quantas e quantas acusações eu recebi de gente importante, mas que não podia provar. Não adiantava dizer: o senhor é ladrão. Cadê a prova? Eu não posso chamar ninguém de ladrão, se não tenho prova. Não chamo. Agora, o caso do Delfim. Aquele coronel que era adido militar dele em Paris, coronel Saraiva, acusou o Delfim. Houve uma CPI. Isso eu li nos jornais. Sei o que os jornais disseram. Eu não falei nem com o Delfim, nem com o coronel, nem com a CPI. Já estava aqui, retirado. Chamaram o coronel. O jornal deu. “Coronel, o senhor mantém as acusações que fez ao embaixador Delfim, de que ele ganhava dez por cento em todos os negócios do Brasil?” “Mantenho”. “Cadê as provas?” “Ah, prova, eu não tenho”. “Então... muito obrigado”. Não adianta nada. Agora, diziam muita coisa de muita gente. Não era só do Delfim. Mas, e provas? Porque talvez seja fácil roubar, não sei se é fácil roubar, eu não tenho experiência. Ainda não tenho. E agora não tenho mais tempo para tê-la. Mas receber por fora comissões, qualquer coisa... Mas isso ninguém prova. Nem o que dá, nem o que recebe vai dizer. Então, isso deve haver em todos os governos do mundo. Com exceções honrosas. E talvez não tão raras assim em certos governos.

G.S. - General, o senhor tem uma idéia de quantas acusações desse tipo batiam na sua mão, na sua mesa por ano? De corrupção.

C.F. - Passei cinco anos no SNI. Comecei no governo Costa e Silva. Umas 15 ou 20 por ano.

M.A. - Qual era o grosso das coisas que chegavam ao SNI? Era denúncia de corrupção, denúncia de subversão?...

C.F. - A maior parte era de subversão.

G.S. - Agora, o senhor disse, general, que às vezes havia pessoas que iam lá fazendo acusações que o senhor sentia ou os seus auxiliares sentiam que eram acusações da boca para fora e que não havia nenhuma substância: eram problemas de rivalidade pessoal, de utilização individual. Esse tipo de acusação falsa, o senhor tem uma idéia se são duzentas, quinhentas por ano?

C.F. - Não, não. Muito menos. Um dez ou 15 por ano chegavam a mim. O que chegava lá por baixo, não sei. Se o assunto era graúdo, traziam a mim. Eu dizia: “Está muito bem. O senhor senta aí, será aceita a sua acusação. Agora, o senhor escreva, faça a denúncia por escrito, ponha a data e o seu nome embaixo”. “Ah! Isso eu não posso fazer”. “Se o senhor não pode, eu também não posso. Não acredito no senhor e o senhor não deve acreditar em mim”. Isso havia. Mais ou menos nessa base.

G.S. - Agora, isso era o que chegava ao senhor. Lá embaixo...

C.F. - Não sei. Lá embaixo a coisa era processada, vamos dizer, por uma agência regional, ia para a Agência Central, que também processava, aprofundava o processo, e viria a mim ou não.

G.S. - General...

C.F. - O SNI evitava muita coisa. Eu chegava para o Médici às vezes: “Olha, pode acontecer isso, assim, assim, amanhã ou daqui a dez dias.” “Por quê?” “Por isso.” “Então vamos evitar.” O trabalho maior era esse, de previsão, prevenção. O que é que o SNI fazia? Como diz o Collor, copiava jornal? Não, embora todos os poucos tratados que existiam sobre informações no meu tempo dissessem que 90% das informações eram colhidas na imprensa. Mas é claro. Quem sabe mais no mundo inteiro é a imprensa. Hoje, associada à televisão, ao rádio. É o jornal, a revista. São as grandes fontes de informação. O resto é completado por um agente que, à luz da notícia, faz um aprofundamento, uma averiguação.

M.A. - O senhor estava falando que o SNI tem essa função de informar...

G.S. - E é a imprensa que dá a informação ou o informe, em geral.

C.F. - Pois é. A imprensa é que produz a maior quantidade de informações. Ou de informes. Não sei se sabem a diferença, informe é informação não processada. Ou a informação é um informe processado. Verdadeiro ou não. Se não é verdadeiro, é uma informação falsa. Mas o informe é a primeira notícia. É o bate-boca, é o papelzinho, uma noticiuzinha na imprensa meio sem responsabilidade. Isso é um informe.

G.S. - General, uma acusação que se fazia na época ao SNI é que havia um número muito grande do que eu acho que se chamava F6... Consta que alguém teria feito alguma coisa, mas sem prova.

C.F. - Chamava como?

G.S. - F6. Um tipo de classificação da informação.

C.F. - F6? Nunca ouvi falar.

G.S. - Ou seja, era algo em que o informante não era uma pessoa na qual se podia confiar totalmente e não havia provas. Mas isso ficava registrado e às vezes prejudicava um cidadão, sem que tivesse...

C.F. - No meu tempo não houve isso. Nos outros, não sei. O sistema do consta, não. Eu até dizia ao chefe da Agência Central: tudo que consta, parece, rasga tudo isso. Não aceito. Ou é, ou não é.

G.S. - General, uma coisa importante e que me preocupa muito, que é a imagem pública, histórica do presidente Médici, é a questão dos excessos. O senhor, como uma das pessoas de confiança do presidente, certamente terá participado de algumas reuniões nas quais foram trazidas notícias sobre isso. Como é que era a reação do presidente?

C.F. - Mandava apurar. Mandava apurar se houve excesso ou não. Chamava o Geisel, chamava o da Marinha, o da Aeronáutica: "Vejam isso. Eu quero saber." Ele fez duas ou três reuniões, o Médici, com o pessoal de segurança, aí entravam os ministros militares, o ministério todo, dizendo que aceitava a existência de uma guerra, na qual se mata ou se morre dos dois lados, "Mas não



aceito tortura, nem que se maltrate o preso, nem que se mate preso. Não aceito de jeito nenhum isso”.

M.A. - Essa era a posição do presidente.

C.F. - Era a posição do presidente. Declarada de público ao ministério, por duas ou três vezes. Com o meu testemunho e de todos os que lá estavam. Agora, é como eu disse, ninguém controla as pontas. É muito difícil. O senhor vê o que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece no Brasil hoje, estão acontecendo coisas muito piores do que aconteceram naquele tempo. Alguém está responsabilizando o Itamar por isso? Responsabilizou o Collor por isso? Responsabiliza o Brizola por isso? Ninguém. A imprensa não responsabiliza. Nem o povo. Nunca ouvi dizer que o Brizola mandou matar, nunca ouvi dizer. E a polícia está matando a três por dois. Eu tenho mais medo hoje da polícia do que do ladrão. Porque se eu vier de carro e a polícia me mandar parar – como já mandou –, eu paro. Agora, se eu vier de carro e um sujeito me mandar parar, não paro. Tortura terrível sofrem hoje 150 milhões de brasileiros, de parte do crime organizado e desorganizado. E não há poder público, não há polícia, não há segurança.

M.A. - Quem era o chefe do CIE, quando o senhor estava no SNI?

C.F. - O ministro era o Geisel. Orlando Geisel. O chefe do CIE...

M.A. - Era o Milton Tavares?

C.F. - Era o Milton Tavares. Eu acho que ele foi substituído pelo Coelho Neto.

M.A. - O senhor encontrava com ele frequentemente?

C.F. - Frequentemente, não. Às vezes. Quando era necessário. Frequentemente, não.

M.A. - Por exemplo, o Gláucio estava falando da tortura, dos excessos. Quando havia um assalto a banco, quando havia um seqüestro, isso era motivo, isso era tema da reunião das nove?

C.F. - Ah, era. Sem dúvida nenhuma. E aí, depois que acabava a reunião, entrava em cena o

ministro da Justiça – Buzaid<sup>20</sup> – o ministro das Relações Exteriores, porque era seqüestro de embaixador, era o Gibson. Ele conta isso no seu livro. Não acabei de ler o livro ainda. Estou lendo muito devagar. O ministro do Exército ou da Aeronáutica ou da Marinha, dependendo da situação. O Leitão uma ou outra vez entrou, por problema jurídico, se permitia banir ou não banir. O sujeito já estava condenado, podia banir? Havia umas discussões nesses termos. Mas quem redigia os comunicados, em geral, éramos nós dois: Gibson e eu. Aquela troca de comunicados entre o governo e os seqüestradores. Então, nós começamos, à medida que os seqüestros iam se sucedendo, o segundo, o terceiro, o quarto, a endurecer. Respondíamos: “Não, esses camaradas não foram encontrados.” “Eles não estão presos.” “Não sabemos onde estão, etc, etc.”

M.A. - Mas os senhores sabiam onde eles estavam?

C.F. - Não. Fomos falando a verdade. Mas eles podiam não aceitar. E aí matavam o embaixador. Quer dizer, nós endurecemos, mas endurecemos com a verdade.

M.A. - Como era possível que o senhor, chefe, ministro do SNI, não soubesse onde um brasileiro estava preso?

C.F. - Não sabia. Como é que ia saber tudo? As coisas (prisões inclusive) aconteciam a todo o momento. E o país é grande.

M.A. - Mandava perguntar.

C.F. - Mandava perguntar. A resposta já vinha em função da pergunta. Claro. Mandava saber.

M.A. - Telefonava.

C.F. - Não. Isso mandava saber, para depois fazer a resposta. Quando nós respondíamos, respondíamos com certeza absoluta. Se estava, se não estava, se tinha sido morto, se tinha fugido. Não. Nós respondíamos a verdade. Mandávamos saber em todo o país, pelo telefone, imediatamente. Em todo o país. Era fácil a comunicação. (Hoje a comunicação regrediu. É difícil uma ligação telefônica).

---

<sup>20</sup> Alfredo Buzaid, ministro da Justiça entre 1969 e 1974.

M.A. - Mas aí, o senhor telefonava para saber onde estavam os presos.

C.F. - Telefonava para saber onde é que estavam, se estavam, se era verdade, se os nomes eram esses, enfim, esclarecia-se tudo, para depois dar a resposta. Mas eles foram vendo que a coisa foi ficando mais difícil, que não era tão fácil assim, que já estávamos criando dificuldades. E o seqüestro de aviões, eu já disse que acabou, como acabou aquele no Galeão, que o avião não levantou mais vôo, e houve uma morte, um ferimento, e acabou. Houve outro muito mais tarde, não sei se no governo do Geisel... Do Figueiredo. O ministro era o Délio<sup>21</sup>. Em São Paulo. Era um seqüestrador só. E foi morto dentro do avião, em São Paulo. O Délio comandava lá, entrou dentro do avião com um soldado e mandou o soldado atirar no sujeito. O sujeito morreu. E aí acabou o seqüestro de avião. Esse do Norte, eu não me lembro.

G.S. - É. Houve um que foi seqüestrado no norte e foi levado para Cuba. Agora, general, um dos pontos que a gente lê muito na imprensa e que depõe também contra o governo Médici é a questão dos desaparecidos. O senhor teria sido procurado por familiares, amigos de pessoas que desapareceram?

C.F. - Nunca. Nem por parente ou amigo.

M.A. - Mas, por exemplo, o filho do Nelson Rodrigues foi preso...

C.F. - Pois é. E o Nelson Rodrigues era grande amigo do Médici. O Médici gostava muito dele. E ele gostava do Médici.

M.A. - Agora, o filho dele foi preso e ele não sabia onde o filho estava. Depois ele consegue, procura alguns amigos para saber. Isso era comum. As pessoas eram presas, os parentes...

C.F. - Agora, a mim, nunca me procuraram.

M.A. - Nunca procuraram?

---

<sup>21</sup> Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica entre 1979 e 1985.

C.F. - Não. Nunca me procuraram. Não há mais comunista. Implodiu. Isso é uma coisa interessante. Só a história vai dizer. Mas fazendo uma apreciação temerária, eu acho que quem derrotou o comunismo foi o discurso do senhor Reagan, no dia 8 de maio, que é o Dia da Vitória, no Muro de Berlim. O ano eu não me lembro. Ele foi a Berlim, fez um discurso no Dia da Vitória. Havia uma solenidade, ele fez junto ao muro, que era o limite entre as duas Alemanhas. E desafiou o mundo oriental, a Rússia, a União Soviética, a derrubarem o Muro de Berlim. Desafiou. Porque se isso aí é um paraíso, derrubem o muro e nos deixem entrar no paraíso.

G.S. - Quem fez o discurso?

C.F. - O Reagan. Outra coisa que desestimulou o comunismo foi a criação da chamada “Guerra nas estrelas”. Reagan a inventou... não era mais o Stalin... o Kruschev, não me lembro qual era, – Brejniev. “Nós não temos dinheiro para acompanhar isso. Como é que vai ser? Vamos perder então a guerra. Se esse maluco americano faz essa coisa, nós estamos perdidos”. E isso desestimulou. A terceira razão que desestimulou foi a eleição de um papa de um país comunista. E um papa que tem um carisma formidável, que viajou por todos os recantos do mundo beijando a terra e pregando a paz.

G.S. - General, na nossa primeira entrevista, o senhor disse que tinha pensado muito, tinha revisto muita coisa e tinha chegado a algumas conclusões. E uma delas é de que o regime militar deveria ter terminado ou depois do Castelo ou depois do Médici.

C.F. - Terminava bem, a meu ver.

G.S. - Teria terminado bem. E que o senhor tinha mudado de posição e tinha chegado a essa conclusão. Se mudou, na época era diferente. O que é que passava na sua cabeça na época, general?

C.F. - Era o problema da guerrilha. Era o problema da luta armada. Esse era o problema principal, quer dizer, tanto o Costa e Silva, como o Médici, como depois o Geisel não quiseram passar o governo a um civil com a guerrilha ainda. Rural ou urbana. Quer dizer, com gente em armas contra o governo. Porque achava que depois talvez fosse mais difícil de conter isso. Ninguém sabe o que está na cabeça de um homem. Eu posso achar que o Leitão de Abreu seria um excelente presidente, como acho que seria, mas podia também não ser. Ninguém sabe o que se passa na

cabeça de um homem depois que ele está sozinho. Sozinho. Porque o presidente é um isolado, é um sozinho. É um homem só. Por mais amigos que ele tenha, em quem ele confia, é um homem só. Quem tem que tomar a decisão final é ele. E a decisão é pessoal.

M.A. - Então, o senhor achava que só um militar conseguiria acabar.

C.F. - Naquelas condições. Porque aí vinha tudo contra. Despejava-se a imprensa toda, esses comunistinhas todos elitistas e etilistas, como eu chamo, havia muitos etilistas, não é, ia toda essa gente para a rua. Essa gente teve a coragem de fretar um avião para colher cana na Nicarágua! Mas meu Deus do céu! Então alguém vai acreditar que iriam passar um mês na Nicarágua colhendo cana?! Ou em Cuba, como mandaram?! Não. Era treinamento da guerrilha. Era aula de guerrilha. 20, 30, 40, cem estudantes. E depois, um estudante é presa fácil para isso. Jovem de 17, 18, 20 anos é um idealista, é um sonhador. Esses meninos todos que se meteram nisso não sabiam nada de comunismo. Foram levados. São os inocentes úteis. Agora, os líderes – uma coisa que precisa ficar bem acentuada, faço questão de acentuar isso –, os líderes dessa subversão, dessa revolta contra o governo de militares, os principais líderes de natureza esquerdista, queriam implantar aqui, não uma democracia, mas uma ditadura comunista. Ou alguém sonha que o Marighela queria uma democracia? Que o Toledo, que o Prestes queriam uma democracia? Que o Niemeyer queria uma democracia? Não. Eles queriam uma ditadura comunista. Não era por uma democracia que eles queriam mudar o governo, não. Agora, os outros iam atrás. É contra o governo. É tão bom ser contra o governo.

G.S. - General, como é que o presidente Médici via a oposição democrática? Ou seja, aquela que queria uma democracia, mas que era dura com ele.

C.F. - Via bem.

G.S. - Digamos, a oposição do MDB?

C.F. - Recebia muito bem. Ele convidava para o cinema no palácio da Alvorada homens do MDB.

M.A. - Convidava quem?

C.F. - Políticos do MDB. Aqueles que o tratavam bem, claro. Criticava, mas tratava bem, com

respeito. Convidava cinco, seis deputados, senadores para cada sessão de cinema que ele fazia uma vez por mês. Era uma maneira de fazer uma reunião. Os ministros estavam lá. Eu, Figueiredo, Leitão. Para conviver com o pessoal da oposição. Apesar de tudo isso, eles votaram contra mim na Comissão de Relações Exteriores do Senado, quando eu fui inquirido para ser embaixador. Eu fui vitorioso, porque a maioria era da Arena. Senão eu teria sido derrotado. Claro. Surge o problema da confiança.

Fizeram-me uma pergunta. Eu fiz uma exposição – eram 12 ou 13 senadores. O presidente era o Carvalho Pinto. Eu o admirava. Um amigo meu, sabendo que eu estava indicado para embaixador em Lisboa, me mandou de lá um livro escrito pelo general Spínola, que foi o chefe da Revolução dos Cravos. Eu li esse livro, antes da sabatina. E fiquei sabendo tudo o que havia se passado em Portugal e o que estava se passando ainda. Eles ficaram muito admirados. “Mas como é que o senhor sabe tudo isso?” Aí, eu me virei para o presidente, que era o Carvalho Pinto – porque a sessão era secreta – digo: “Esta sessão é realmente secreta?” Diz ele: “É.” “Porque eu vou responder e não quero que saibam a resposta que eu vou dar ao senhor.” No outro dia, a coluna do Castelo publicou que eu tinha recebido um livro do Spínola, contava tudo. Em quem é que se vai acreditar? Vazou tudo.

[FINAL DA FITA 5-B]

M.A. - Falando da oposição, por exemplo, na eleição para deputado federal de 1970, houve muito voto nulo, muito voto branco...

C.F. - Não me lembro disso.

M.A. - A Arena ganhava, mas...

C.F. - É. Eu não me lembro disso, não.

M.A. - E as cassações?

C.F. - O Médici não cassou nenhum político. Foi posto para fora um governador, por ser corrupto. Do Paraná. Esse nós conseguimos provar. Nem me lembro mais o nome dele. Provamos. O SNI conseguiu provar e então o Médici mandou alguém lá: “O senhor peça demissão, senão vai ser cassado.” Ele pediu demissão. Mas cassar, ele não cassou ninguém. Não fechou o Congresso

também. Não cassou nenhum político.

G.S. - Quer dizer, então, basicamente, que a acusação contra a democracia que se faz...

C.F. - Não havia. Pelo contrário. O Médici era udenista, o Médici era lacerdista. Como é que o homem vai mudar depois? Eu sempre digo: depois dos 40, depois dos 50 anos, ninguém muda. O que eu pensava com 40, 50 anos, eu penso hoje. Posso ter evoluído em algum ponto, estar mais esclarecido por isso ou por aquilo, em coisas menores. Mas nos princípios, nas coisas fundamentais que embasavam o pensamento, a percepção das coisas, da vida, não se pode mudar mais. O Médici era “libertador” – partido político gaúcho. Já era contra o Borges de Medeiros. E contra mim, que era borgista. Então, já era o homem da liberdade. Era amicíssimo do famoso senador, de quem eu também fiquei muito amigo, o Mem de Sá, que foi um dos grandes homens dessa República. Amicíssimo do Raul Pila, que também foi um grande libertador, coerente; foi talvez o homem mais coerente que esse país já produziu e com quem eu tive a honra e o prazer de conversar horas e horas a fio, por acaso. Eu sempre gostei de política. Já disse aqui. Eu não gostava muito era dos políticos. Com exceções honrosas. E continuo assim. Então, conversava muito com o Raul Pila. Era um grande homem. Era um dos grandes homens desse país. Mas tinha aquele problema: era surdo. Não era um bom orador. Falava mal, mas escrevia muito bem. Ele até tinha uma coluna no *Correio do Povo*, chamada “Pílulas”. Escrevia todo os dias. Eram poucas linhas, mas tocavam no ponto. No ponto do dia ou do mês. Voltando ao Médici, ele era realmente um homem democrata. Não há dúvida. E o objetivo da revolução não era durar 20 anos, não. Não havia esse objetivo. Agora, quando começou a luta armada, a revolta armada contra a revolução, aí a coisa mudou de figura. Isso é que nos fez mudar. No fundo, no fundo, é como eu digo: quem começou essa história foi “seu” Gabeira. Eu me lembro exatamente: foi no dia 5 ou 6 de setembro de 1969. A junta estava reunida, eu estava no meu lugar, estavam o Portela, os três da junta e chegou o meu ajudante-de-ordens, o capitão Carus, que me deu um bilhetezinho: “Acaba de ser seqüestrado o embaixador americano.” Eu li e disse para ele: “Telefona para a embaixada americana para confirmar.” Diz ele: “Mas isso aí é notícia que nos foi dada agora, pelo telefone, pela embaixada americana.” “Mas não faz mal. Confirma.” Ele foi, voltou: “Está confirmado.” Aí, começou a história. Porque até então não havia luta armada.

M.A. - Aliás, o que se diz é que com esse seqüestro do embaixador americano começou a competição dentro dos órgãos de repressão. Começaram a bater cabeça. O CISA, o CIE, o SNI, todo mundo querendo chegar na frente para apurar o caso.

C.F. - É possível que tenha havido. Mas não teve consequência maior, não teve expressão maior, vamos dizer assim. Todo mundo queria chegar primeiro? Devia ser. Até era saudável querer descobrir. Era saudável. Mas não chegou a esse ponto de haver rivalidade. Não houve – pelo menos que eu saiba. Se houve, eu não fiquei sabendo.

M.A. - E o senhor acompanhava o dia-a-dia das negociações?

C.F. - Acompanhava. Telefonava todos os dias. O SNI fazia uma espécie de sinopse. Uma equipe de dois ou três passava a noite inteira acordada, se revezando. Rádio, televisão e imprensa. Às seis horas da manhã, o presidente, eu e os ministros recebíamos uma sinopse do que havia se passado de mais importante desde a véspera em todo o país e até no mundo. Depois começava o dia-a-dia. Aí vinham as informações do chefe da Agência Central com mais detalhes. Foi uma vida muito trabalhosa. Muito dura. Mas eu insisto em dizer o seguinte: sofri muito mais em Lisboa. Muito mais. Porque Lisboa atingiu não só a mim – eu estava lá para ser atingido –, mas atingiu a minha família, atingiu a minha mulher e a minha filha. A minha mulher pôs um capitão do Exército português para fora da embaixada! A casa tinha entrada pela garagem. Era uma casa antiga, na rua da Emenda, 53, uma casa que tinha trezentos anos. Estava caindo. No dia de Natal de 1974, que foi o primeiro natal que passei lá, mandei chamar os meninos, meus filhos, e ficamos reunidos numa sala. A casa era muito grande, tinha várias salas. Ficamos reunidos, só a família, numa das salas, até meia-noite. E fomos deitar lá por uma hora, duas horas. Lá pelas tantas, ouço um barulho, um estrondo. Levantei. Fui ver a casa. Outros já tinham levantado, havia segurança também lá. O teto da sala onde nós estávamos caiu em cima dos sofás onde estávamos. Nós íamos morrer todos ali. A casa estava caindo. Mas não é isso que eu ia contar. Eu ia contar que sofri mais em Portugal. Se eu fosse atingido, que eu até fosse morto, como eles queriam...

M.A. - Quem queria que o senhor fosse morto?

C.F. - Os comunistas daqui que estavam lá, alguns comunistas de Cuba que estavam lá, e os comunistas portugueses, que obviamente também estavam lá.

M.A. - Queriam matar o senhor em Lisboa?

C.F. - É. Eu era o maior alvo em Lisboa. O Brizola estava lá, mas não fez nada contra mim. Pelo



menos que eu saiba. Havia também os comunistas portugueses que eram em menor número. Então, essa gente, quando eu desci em Lisboa... Não sei se está bom desviar o assunto assim...

M.A. - Conta.

C.F. - Quando cheguei a Lisboa, o avião parou na pista, e até então ninguém sabia no avião que eu era embaixador em Portugal. Aí, o comandante falou, pediu aos passageiros a gentileza de deixar desembarcar primeiro fulano de tal, que vem como embaixador, acompanhado da senhora e da filha e que está sendo recebido agora na escada por autoridades. Eu desci. Estava lá um membro da minha embaixada, o ministro conselheiro, Leite Ribeiro, que era o segundo na hierarquia. Hoje é embaixador – estava no Peru e foi nomeado agora para a Venezuela. Então, quando desci – eu, a mulher e a filha – o avião estava a mais ou menos cerca de cem metros do desembarque. O terraço estava cheio. Estava me esperando também um membro influente, o segundo ou o terceiro, do Ministério das Relações Exteriores de Portugal. Então os dois dizem: “Olha, embaixador, o senhor vai ter que entrar com a família nesse automóvel aqui. Porque o senhor vai ser maltratado, apedrejado. Essa gente está aqui para aguardar a sua chegada. E o senhor não pode se submeter a isso.” “Não. Eu não vou de automóvel. De jeito nenhum. Se o povo português não me quer aqui, eu volto amanhã ou depois nesse mesmo avião. Mas daqui até ali, eu vou a pé, com a minha mulher de um lado e a minha filha do outro. Ou então eu não posso ser embaixador.” Se eles tiverem que me atingir, me agredir, que me agridam, paciência. Nada fizeram. Peguei a mulher de um lado – minha mulher tem muita coragem –, a filha do outro, fui na frente, eles vieram atrás. Não houve nada. Fui para casa. Mas aí, começou o rádio. Eu sempre tive o hábito de andar com o rádio ligado. E comecei a ouvir um convite à população para uma manifestação de desgosto ao novo embaixador brasileiro. “A manifestação será na segunda-feira, às cinco horas da tarde”. Mas eu não deixei a minha mulher ouvir. O rádio repetia aquilo de hora em hora. Eu tinha lá três adidos militares. Três coronéis das três armas. Os três hoje são generais. Telefonei para eles: “Estou ouvindo essa notícia...” “Pois é. Nós até já tínhamos combinado de ir até a sua casa, os três, para conversarmos com o senhor sobre isso.” Eles foram. Mas eu não deixei a mulher participar da reunião, ela não ouviu – porque eu estava em dúvida se a manifestação seria na casa ou na chancelaria, e queria estar no local onde ela fosse se realizar. Não queria deixar minha mulher e minha filha sozinhas. Mas depois de estudar muito a situação, chegamos à conclusão de que seria na chancelaria. Era um edifício que ficava na frente de uma praça, tinha a Varig embaixo, e o Banco do Brasil e nós ocupávamos três ou quatro andares. Chegamos à conclusão de que seria lá. Às quatro horas, mandei os funcionários portugueses para casa e os brasileiros que quisessem. Os

que não quisessem, podiam ficar comigo. Expliquei o que haveria às tantas horas, e que eu não sabia qual seria o fim da história. Ficaram todos os diplomatas, os adidos militares e mais uns dois ou três. Eu tinha duas secretárias, uma portuguesa e uma brasileira, ficaram as duas. Cinco horas, cinco e pouco, começou a tal manifestação. Não tinha cem gatos pingados. Os adidos militares, cada um tinha um sargento auxiliar. Então, à paisana, eles foram lá para baixo e fotografaram todo mundo. Lá diziam: “Fontoura, *go home!*” “Fontoura, fora!” “Fontoura matador de criança!” Aquela história de sempre. A maioria era constituída de brasileiros e de cubanos. Havia alguns portugueses. Eu disse: “Essa não é a população de Lisboa, muito menos a de Portugal. Não é essa gente que está me mandando embora. Se essa praça aqui estivesse lotada, tivesse aqui 50, cem mil pessoas, eu ia dizer para o governo que não podia continuar mais lá.”

M.A. - General, o senhor chegou a Lisboa depois da Revolução dos Cravos, não é?

C.F. - Exatamente um mês depois: 24 de maio, um sábado. Eu queria chegar no sábado, para na segunda-feira poder começar a trabalhar sem estar mais preocupado.

M.A. - Mas houve alguma nota oficial do governo português?

C.F. - Houve uma nota oficial do governo português antes de eu chegar.

M.A. - Fazendo restrições ao senhor.

C.F. - O Gibson conta isso. A nota sugeria que eu não fosse. Que eu era um general, tinha servido num regime discricionário... Bom, mas continuava discricionário o regime. O presidente era o Geisel. O AI-5 ainda estava de pé. E o Geisel mandou dizer: “Ou vai o Fontoura, ou não vai ninguém.” Assim. Secamente. Quer dizer, isso equivalia a um corte de relações entre Brasil e Portugal. Caía o mundo luso-brasileiro. Porque o Brasil brigar com Portugal por causa de um embaixador! Não! Que venha o Fontoura logo. Fui. O Silveira me confirmou depois. Ele me telefonou, eu estava aqui no Rio, e disse: “Olha, o senhor está com a viagem marcada para o dia 24. Aguarde mais 24, 48 horas. Talvez não possa ir no dia 24. Eu não posso dizer pelo telefone a razão.” Está bem. Mas eu estava pensando cá comigo: “Bom, naturalmente houve alguma alteração. O Geisel quer mandar outro, eu não vou mais. Sei lá.” Já estava até satisfeito por não ir. Mas, no outro dia, o Silveira telefonou: “Vá dia 24.” Embarquei. Depois ele me contou mais tarde sobre essa nota do governo português. O pessoal do Ministério do Exterior não disse a mim, mas

disse a terceiros, que o telegrama teria sido do general Spínola, que era o presidente da República. O pessoal do Spínola dizia que o telegrama tinha sido do Mário Soares. Eu não fiquei sabendo de quem foi o telegrama. Mas acredito que tenha sido o Ministro do Exterior pelo seguinte: hoje, o maior elogio que eu tenho na minha vida como embaixador é do Mário Soares. E agora mesmo ele andou por aqui, falou com o Leite Ribeiro, disse: “Eu tinha muita vontade de no Rio de Janeiro conversar com o embaixador Fontoura.” O Leite Ribeiro deu meu telefone. Mas ele não ligou. Muito inteligente, simpático. Acho que muito amigo do Brasil. Tinha todas as qualidades para ser... Ele era ministro do Exterior, que eles chamam lá de ministro dos Estrangeiros. Mas eles não me receberam muito bem, não. Não me disseram nada que me desagradasse, mas a gente sentia que não tinham me recebido muito bem. Um banquete que houve em homenagem ao então secretário geral da ONU, o austríaco, Kurt Waldheim. Era secretário geral da ONU. Houve uma homenagem, convidaram alguns embaixadores. O americano, o londrino, eu... O brasileiro era convidado para tudo. E quando cheguei à mesa, o meu nome estava ao lado do Álvaro Cunhal que era o secretário geral do Partido Comunista. Meu inimigo ferrenho. Sentamos lado a lado. Eu ao lado do Waldheim. O Waldheim, eu e o Álvaro Cunhal. Eu esperando que ele me dirigisse a palavra e ele esperando que eu me dirigisse a ele. Mas quem devia dirigir a palavra primeiro era ele, que era português. Eu estava na casa dele. Ele era ministro do governo. Daquele governo que eles chamavam de “Salvação Nacional”. Afinal, ele falou qualquer coisa. Aí, começamos a conversar. Diz ele assim para mim já no fim: “Embaixador, o senhor não acha muito estranho que o embaixador do Brasil em Portugal esteja sentado ao meu lado, secretário geral do Partido Comunista Português?” Eu tive vontade de dizer uma bobagem. Mas depois, digo: “Olha, ministro Cunhal, o Brasil e os brasileiros de hoje não acham mais nada estranho. O Brasil é realmente, queira ou não queira o mundo, um grande país, uma grande nação. Está com quase tudo a fazer, mas já é grande. Já tem uma população muito grande. Graças aos senhores, que nos deram oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Foi Portugal que conseguiu esse milagre da unidade nacional brasileira. De modo que eu não estranho nada, não. Absolutamente não estou estranhando nada de estar ao seu lado. Talvez o senhor esteja estranhando de estar ao meu lado.” E ele: “Não. Eu também não.” “Então, está bem.” Mas na saída, foi interessante porque o núncio apostólico era o decano do corpo diplomático, por tradição. Estava no meio do salão. Depois, na hora de ir embora, quando me dirigi ao núncio, o Álvaro Cunhal do outro lado também se dirigiu. E aí, a televisão, jornais, fotografia, filme, etc, “o embaixador brasileiro, fascista”, como eles diziam, e o “comunista Álvaro Cunhal se dirigindo ao mesmo tempo e apertando a mão do núncio apostólico”. Saiu em toda a imprensa no outro dia.

M.A. - General, o senhor falou que nessa manifestação de desagrado ao seu nome mandou os seus adidos tirarem fotos. E pelas fotos é que o senhor identificou que eram brasileiros?

C.F. - Não. Passaram uma hora fazendo discurso.

M.A. - Mas por que é que o senhor tirava fotos? O senhor mandou as fotos para o Brasil?

C.F. - Não. Eles, os adidos, é que tomaram a iniciativa. Eu nem me lembrei disso. Tomaram a iniciativa de mandar os sargentos, à paisana. Eles trabalhavam à paisana. Foram lá para baixo tirar fotos e ver quem era, ouvir. Ouviram cubanos, gente falando espanhol, muita gente falando português, e alguns falando português de Portugal – que é diferente. Então, a conclusão que se chega é essa: que eles abriram as portas aos comunistas do mundo inteiro a todos que estavam homiziados por lá ou exilados. Davam dinheiro, davam casa, davam comida, quer dizer, davam todas as facilidades. Os portugueses, o governo português dava todas as facilidades aos comunistas brasileiros e cubanos que estivessem por lá. Cubanos, até não sei por que é que estavam, pois Cuba já era comunista. E eu tenho fotografias, tenho um álbum.

M.A. - Mas o senhor disse também que temia por sua vida. O senhor achava que a esquerda lá ia matá-lo?

C.F. - Olha, eles me ameaçaram muito. Eu tenho bilhetes e bilhetes ameaçadores. Mas todos brasileiros. A ortografia, a escrita, brasileira. No 7 de Setembro, no penúltimo 7 de Setembro que eu passei lá, aconteceu o seguinte: fazia uma recepção, era de praxe, às cinco, seis horas da tarde, aos brasileiros, ao governo português, aos convidados de outras nações e ao corpo diplomático. Era uma recepção de mil pessoas. Eles me ameaçaram muito. Então, nesse 7 de Setembro...

M.A. - O senhor guardou esses bilhetes?

C.F. - Eu tenho. Tenho um ou dois. Eram vários. Não sei que fim levaram os outros. Acho até que rasguei. Não sei. Não dei muita importância. Na última vez mandaram uma coroa fúnebre e dentro um envelopezinho com um bilhete. Eu abri. Pensei que era uma homenagem qualquer, mas achei estranho, por que uma coroa fúnebre... E o pessoal: “Não mexa aí, embaixador. Isso pode ser um ardil, ter uma bomba, vamos chamar a segurança.” Chamaram uma polícia técnica, não tinha nada. E o cartão dizia: “Essa coroa é para simbolizar a morte da pátria. Do Brasil. O Brasil não é um

país independente. Não há motivo para essa comemoração que o senhor está fazendo aí. E a próxima coroa, no ano que vem, será para seu enterro.”

[FINAL DA FITA 6-A]

M.A. - Como é que era? Diziam que o Brasil não é um país livre...

C.F. - É, “O Brasil não é um país livre. Não tem motivo para comemorar sua independência. E no próximo 7 de Setembro, se o senhor ainda estiver aqui e fizer esta mesma festa, vamos mandar a próxima coroa, mas para o seu enterro.” Eu fiz a festa e não houve enterro nenhum até agora. Passou. Eu fui muito ameaçado. Mas a minha mulher um dia chegou de carro, desceu, começou a subir a escada. Havia uma escadaria. A casa era antiga, tinha quatro andares e um elevador que não funcionava. Quando ela desceu do carro, ia subindo a escada, um capitão, um capitão fardado do Exército português. Ela: “Senhor! Onde é que o senhor vai?” “Eu vou lá falar com o embaixador.” “Não. O senhor não vai. Eu sou a embaixatriz. O senhor desça. Não pode subir aí. O senhor não tem autorização do embaixador nem minha para subir aqui.” Ele fardado. Capitão do Exército português. Ela disse: “O que é que o senhor quer?” “Consta que há asilados aqui e eu vim verificar se isso é verdade.” “O senhor não tem que verificar nada. Ponha-se para fora!” E foi. Não disse uma palavra. A minha mulher tem coragem. E ele foi embora. Ela me contou a história, eu fiz uma nota para o ministério, não sei em que deu. A situação estava muito crítica. O governo estava fraco, havia oposição, havia reações, o Partido Comunista do Cunhal queria pegar tudo. E o general do governo estava fraco, a meu ver. Uma noite, o porteiro me telefona, diz: “Embaixador, tem um cidadão português aqui que quer falar com o senhor.” Isso eram oito horas da noite. “Ele já entrou?” “Já.” “Então, não posso mais mandá-lo para a rua. Manda subir. Quem é?” “Diz que é jornalista.” Ele subiu, recebi-o. Disse: “Embaixador, eu estou pedindo asilo ao senhor. Estou sendo perseguido pelo governo, sou jornalista – deu o cartão de identidade –, eu quero embarcar para o Brasil esta noite. Estou com passagem comprada pela Varig, o vôo sai à meia-noite, mas se eu ficar lá fora, não ficarei vivo até a meia-noite.” Digo: “Mas o senhor tem certeza disso? O ambiente que eu vejo aqui não é esse. O clima que sinto não chega a esse ponto.” Diz ele: “Não senhor. Certeza absoluta.” Digo: “Está bem. Eu não vou pôr o senhor para fora. Agora, vou lhe fazer uma proposta...” Nessa noite – veja o azar – eu dava um jantar ao novo embaixador português nomeado para o Brasil. Ele e a senhora, que era brasileira. O jantar seria às nove horas. Eram oito. “Está bem. Vou pôr o senhor numa sala, num quarto, onde o senhor quiser, vou lhe mandar levar o jantar, uma garrafa de uísque, o senhor aguarda. Tenho amigos aqui, essa gente

vem de automóvel, esses automóveis vão sair todos mais ou menos às 11 horas, eu ponho o senhor com um diplomata meu dentro do meu automóvel, com a bandeira do Brasil, e vou mandar levá-lo ao aeroporto e lhe dar proteção até embarcar. O senhor aceita isso?” “Aceito.” Chamei um dos rapazes. “Olha, tua missão é essa. É uma missão difícil, arriscada, perigosa, mas tem que cumprir”. Foi tudo bem, não houve problema nenhum. O homem embarcou. Depois, do Brasil, me escreveu uma longa carta. Eu acho que eu não tenho mais essa carta. Mas por isso é que eles diziam que eu dava asilo a portugueses perseguidos pela revolução. Um dia, uma manhã, ocorreu o seguinte. O expediente começava às oito horas, eu chegava sempre às sete e meia. Naquele tempo eu fumava. Tomava um cafezinho, fumava meu cigarro, tomava conhecimento das primeiras notícias e às oito começava o expediente. Mas antes de eu sair de casa, me telefonaram: “Embaixador, não venha porque o hall está cheio.” Entre o elevador e a porta da chancelaria havia um espaço comum, que não era nosso, não era soberania brasileira, era o hall do elevador. Era um hall pequeno. “Tem 20 ou 30 universitários, moças e rapazes aqui, que estão dizendo que não vão deixar o senhor entrar ou que vão entrar junto com o senhor.” Claro que fui. Cheguei lá, quando abriu a porta do elevador, estava realmente cheio, tinha uns 20 ou 30 rapazes e moças. Mas não me disseram uma palavra. Eu entrei, a porta estava fechada a chave, bati, entrei, eles não entraram juntos. Fui lá, tomei conhecimento do que estava se passando...

M.A. - O que era?

C.F. - Voltei, para falar com eles. “Não, não vá...” “Vou. Vou falar com eles.” Abri a porta: “O que é que vocês querem? Isto aí não é soberania brasileira. Vocês não estão dentro da embaixada brasileira, dentro do meu território. Vocês podem ficar aí a vida inteira. Agora, vocês estão me constrangendo. Eu estou constrangido. E os meus funcionários que estão aí dentro e os que vão chegar também vão ficar constrangidos de ver vocês ocupando totalmente esse pequeno hall. O que é que vocês querem?” “O senhor tem dado asilo e tem asilados aí dentro. E nós queremos entrar aí para ver os asilados.” Digo: “Vocês não vão entrar aqui de jeito nenhum. E eu vou chamar a polícia agora.” “O senhor pode chamar.” Chamei a polícia. Veio a Guarda Republicana, que é o nome da polícia de Portugal – que, aliás, era muito boa. Veio. Mas não conseguiu tirá-los. Ninguém tinha moral para nada. Estava-se quase na situação que nós estamos aqui. Ninguém tem moral para mais nada. Vou chamar o Exército. Eu tinha amigos gerais, coronéis. Fiz um curso nos Estados Unidos com dois capitães portugueses: na época um era coronel e outro era general. Muito meus amigos. O general já morreu. Era mais velho. O Câmara. O outro é o Riscado, também general, já reformado. Telefonei para eles: olha, a situação aqui é essa. Eu tenho que

recorrer a vocês. O Exército foi lá e os tirou. Eles desceram a escada, nem foram pelo elevador. Mas ficaram me aguardando lá embaixo. Quando eu saí ao meio-dia, eles estavam lá. Desci, mas não fizeram nada. Entrei no automóvel, não houve problema algum.

Eles incendiaram a chancelaria. Uma madrugada acordei, o telefone tocando, perto do quarto, diz: “Embaixador! A embaixada do Brasil está pegando fogo.” Era um português. “Mas é a casa do embaixador?” Porque a casa era muito grande. Afinal, desfeita a dúvida, corri à chancelaria que estava queimando. Houve inquérito pela polícia portuguesa, que nada apurou. Solicitei a vinda a Portugal de elementos da polícia brasileira, que também nada apurou. Nesse meio-tempo, veio uma festa de Fátima, a qual nós compareceríamos pela primeira vez. Minha mulher é muito religiosa, eu também sou. Vamos a Fátima. Mas os jornais comunistas, a maioria era comunista, começaram a anunciar que os fascistas iam bombardear, colocar bombas para criar um clima de sangue, de guerra. Em Fátima, vai um milhão de pessoas. De toda a Europa. De todo o mundo. Vai gente que viaja um mês de joelhos, de muletas. É um espetáculo. Mas os jornais começaram a noticiar que iam fazer isso, isso, isso. O famoso major Otelo Saraiva de Carvalho, cujo nome devem conhecer, que se promoveu a general, foi o maior revolucionário, era tido como Napoleão – e parecia mesmo fisicamente com Napoleão –, tinha um helicóptero e desembarcava em todas as praças de Lisboa. Era o dono da região militar de Lisboa. E na hora em que ele foi promovido de major a general, quando o Spínola ia pôr as dragonas nele, ele pegou-as e as colocou. Foi o que Napoleão fez. Está aí o Napoleão português. Nunca apertei a sua mão. Tive oportunidade, desviava. Então, o general Otelo Saraiva de Carvalho declarou que ele ia revistar todos os veículos que fossem à Fátima no dia 13 de agosto.

G.S. - Era uma impossibilidade. Centena e centenas.

C.F. - Não, não era. Veículos, não. A pé é que ia a maioria. Então, avisei ao Ministério do Exterior. “Estou ouvindo isso no rádio, na televisão, na imprensa, eu vou com a minha mulher, a minha filha e o meu filho”. Por coincidência, tinha um filho lá. Tinha ido à Europa a serviço. Então, vamos no nosso carro particular. Mas o carro particular tinha chapa diplomática. Vamos os dois, a mulher e a filha. Então, avisei ao ministério. Avisei ao Exército também. Disseram-me: “Mas não, nem pense uma coisa dessas. Quem é que vai revistar o seu carro?” “Está bem. Muito obrigado. Eu só queria anunciar a vocês isso, para evitar aborrecimento maior.” Nós fomos na véspera. Há perto de Fátima o Mosteiro da Batalha, onde tem uma estalagem muito boa, muito bonita. Eu disse: “Nós nos instalamos lá, almoçamos, à tarde vamos a Fátima, que é perto, são 20 quilômetros dali. Vamos lá para conhecer, para ver onde é que vai ficar o automóvel, enfim,

vamos fazer um reconhecimento.” E fomos. Quando nos aproximamos, eu vinha no volante, vi um soldado no meio da estrada. Um soldado do Exército. Quem ia fazer a revista era o general Otelo Saraiva de Carvalho, que era o comandante do Exército de Lisboa, daquela região. E o soldado me fez sinal para eu sair da estrada. Havia uma árvore, eu fiquei debaixo da árvore. Chegou um tenente. Jovem tenente. Disse: “O senhor é embaixador?” “Sou. Embaixador do Brasil.” “Ah! embaixador do Brasil. Vossa Excelência vai me desculpar, mas a ordem que eu tenho é de revistar todos os carros que vêm a Fátima entre hoje e amanhã.” Eu digo: “Tenente, além de embaixador, eu sou general do Exército brasileiro. E sei que o senhor está cumprindo uma ordem. E faz muito bem. Recebeu essa ordem, trate de cumpri-la. Agora, eu não vou me sujeitar a isso. Vou dar a volta e fazer um protesto veemente ao governo português. Não posso aceitar que o carro do embaixador do Brasil seja inspecionado, com medo que ele leve uma bomba para provocar ato de terrorismo na festa de Fátima.” O tenente disse: “O senhor me dá dez minutos. Eu vou telefonar para o comando.” Digo: “Dou. Te dou dez, 15, 20 minutos.” E ele foi para um caminhão onde havia um telefone daqueles de manivela, e o coitado estava naquele telefone de manivela, o telefone não atendia, não ligava. Chega um jipe pela estrada e desembarca um major do Exército. Não olhou para o carro, não olhou para mim. Ficou a meu lado, a cinco metros. E o carro com chapa diplomática. Sabia que era brasileiro, porque era 001, todo mundo sabia disso em Lisboa. O tenente viu o major, veio correndo. Explicou o caso e o major fez sinal, quer dizer, um gesto de desprezo. “Deixa passar”. O tenente veio muito alegre: “O senhor pode passar. Falei com o major.” “Não, tenente, mas a coisa não acaba aqui. Porque a festa é amanhã. Amanhã vou voltar e não quero que essa história se repita.” Diz: “Não senhor. A que horas o senhor vem?” “Às nove horas.” “Sou eu mesmo que estarei aqui. Não vai se repetir a história.” E realmente não se repetiu. Mas vários embaixadores foram revistados. Inclusive embaixadores sul-americanos. Não tiveram outro remédio. É que eu tomei a providência antes. Acabou a história. Mas houve outros também. Houve o das senhoras portuguesas no Dia Internacional da Mulher. Os jornais começaram a noticiar que um comitê de damas portuguesas ia visitar várias embaixadas, apresentando memoriais para ser enviados aos respectivos governos, manifestando solidariedade à mulher nesta data, etc, etc. “Sobretudo àquelas que vivem em países oprimidos por ditadura”. Essa coisa é comigo. Vi logo que era comigo. No dia seguinte, confirmou-se. Três horas da tarde chega a comitiva. Três senhoras portuguesas muito bem vestidas. Sentaram-se, ofereci-lhes um cafezinho. “Está aqui um cafezinho. É o máximo que eu posso oferecer às senhoras aqui. E estou com muito prazer à disposição das senhoras”. “Ah, embaixador, pois é, é o Dia Internacional da Mulher na semana que vem, e nós queríamos mandar esse memorial à mulher brasileira, hipotecando nossa solidariedade a elas contra os governos fascistas que infestam o mundo...” Elas estavam eufóricas.



Tinham acabado com o fascismo de 30 anos, 40 anos. E... “De modo que viemos aqui trazer esse memorial. Pedimos ao senhor que faça chegar às mãos do seu presidente”. “As senhoras não têm mais nada a dizer?” “Não.” “A que embaixadas as senhoras foram hoje pela manhã?” “Nenhuma.” “E agora à tarde? Até agora, foram a alguma?” “Não.” “E a partir daqui, vão?” “Não.” “Então o Brasil é o privilegiado? Por que é que as damas brasileiras são privilegiadas e as outras não? As que vivem também sob ditaduras? E têm muitas. Inclusive na União Soviética.” Aí eu estava por cima. “E eu não recebo. Desculpem, não me levem a mal, não sou mal-educado, mas eu não vou enviar esse memorial a meu governo. E nem recebo das mãos das senhoras. A menos que as senhoras vão a todas as outras embaixadas e depois venham aqui. Aí, sim.”

G.S. - Morreu aí.

C.F. - Morreu ali. Agora, vejam se é ou não é uma provocação.

M.A. - Claro. O senhor era muito visado.

C.F. - Ah! E houve outras.

#### [INTERRUPÇÃO DA FITA]

C.F. - (...) O presidente Médici mandou lutar de igual para igual. Mas nunca mandou torturar, nunca mandou matar. Pelo contrário. Em duas ou três reuniões ministeriais, isso eu já disse e estou repetindo, ele confirmou a todos que absolutamente não aceitava isso, nem tortura nem martírio em prisões, nem morte em prisões. Na luta armada, sim. De peito descoberto de ambos os lados, ele exigia mesmo que fosse assim. Mas não torturar, não matar. Que ele não era homem para isso. E o brasileiro também não era. Tortura inaudita estão sofrendo hoje 150 milhões de brasileiros, com ausência de autoridade, com ausência de governo, com ausência de ordem pública, com ausência de polícia. Com um Congresso impotente e incompetente, preocupado com questões menores e espúrios. Com um presidente da Câmara, sucessor do presidente da República, que deveria estar no banco dos réus, por ter usado a causa pública (DNOCS) na sua propriedade rural sem o menor escrúpulo. Tortura é não ter para quem apelar. É viver enjaulado, engradado, como está acontecendo nos edifícios e casas do Rio. Tortura é ter pavor de sair à rua, principalmente depois que o sol se põe. Tortura é constatar que parte da população (intelectuais e artistas) aceita encobrir o gesto do Betinho que se beneficiou de dinheiro “sujo” para fins ditos “nobres”. Tudo

isso e mais, etc, etc, é tortura. Mas ninguém reclama. Tem a palavra a comissão “Tortura nunca mais”.

[FINAL DA FITA 6-B]\*

\* A fita 6-B não foi gravada integralmente.

4ª Entrevista: 15.02.1993

C.F. - Mas eu dizia o seguinte: que eu trabalhei pouco tempo com o Costa e Silva no governo: maio, junho, julho e agosto. Não chegou a quatro meses. Agosto ele adoeceu, depois, morreu. Mas trabalhei com ele no Ministério do Exército, era subchefe do gabinete. Fui para lá sem ele me conhecer e sem eu o conhecer. Nunca o tinha visto. Nunca nos tínhamos visto. Eu acho que eu já contei isso aí. Por intermédio não sei de quem. Até hoje, não sei de quem. O caso é que fui. Eu estava servindo com o Adalberto Pereira dos Santos, que era chefe do estado-maior do Exército, e o Adalberto disse: “Olha, eu só cedo o Fontoura com a condição de ele ser subchefe do gabinete. Senão não cedo. A não ser que o ministro dê ordem. Aí, está acabado o assunto.” “Não, não. Ele vai ser o subchefe do gabinete.”

G.S. - O chefe era o Portela?

C.F. - O chefe não, o chefe era o Brasil. Já morreu há vários anos. E eu conhecia o Brasil já de longa data. Então, nos demos muito bem, o Costa e Silva e eu, não sei porquê, nos simpatizamos um com o outro. Eu despachava também com ele. Porque era tal o volume de assuntos a despachar, principalmente naquela época revolucionária, ditatorial, que o Brasil sozinho não dava conta do recado. E o Costa e Silva dizia: “Não, manda o Fontoura também despachar comigo.” Então, eu ia quase todo dia despachar.

M.A. - Qual é o nome completo desse general Brasil?

C.F. - Clóvis Bandeira Brasil. Era o chefe do gabinete do Costa e Silva, quando o Costa e Silva assumiu o ministério, quando o Castelo foi eleito. Ficamos amigos. Até conto um episódio muito sério. Ele tinha um filho, tinha e tem, está vivo, é o coronel Alcio Barbosa Costa e Silva.

M.A. - É. Ele já veio aqui no CPDOC.

C.F. - Ele já veio?

M.A. - Veio. Mas não falar com a gente. Veio aqui para ver os papéis do pai dele.

C.F. - Surgiu uma denúncia contra o Alcio. E o Costa e Silva me chamou, disse: “Fontoura, há essa denúncia contra o meu filho...”

Carlos Alberto da Fontoura

G.S. - Foi a denúncia que o Boaventura fez?

C.F. - Não. Foi do mundo civil. Foi negócio aí fora. Não me lembro mais dos detalhes. Isso vai para mais de 20 anos. E eu não escrevi nada. E quando eu entrei para o SNI, pensei assim: “No fim desse negócio todo, se eu demorar, eu vou ou não vou escrever um livro?” E cheguei à conclusão de que não devia escrever. Devia, mas que não podia. Ninguém ia acreditar em mim, e eu não tenho dinheiro para editar um livro. Não adiantava editar um livro de quinhentos exemplares. Eu queria inundar o Brasil inteiro, para todo o Brasil tomar conhecimento do que se passara. Eu vou escrever um artigo ainda sobre o SNI. “SNI: esse bicho papão”. O título eu já tenho. Porque tudo, tudo, até as guerras púnicas, a responsabilidade da sua eclosão é do SNI. Isso eu já disse mais de uma vez. Até por escrito. Nós somos responsáveis por tudo. Pela seca do Ceará, pelas enchentes do Sul, pelo trem que matou três crianças essa madrugada. Tudo é o SNI.

M.A. - Pois é. Mas se não era o SNI que tinha a responsabilidade pela condução do regime, que o senhor falou que era ditatorial – o senhor acabou de falar isso –, quem tinha a responsabilidade? O CIE...

C.F. - Era o conjunto, era o governo.

M.A. - Tem um colega seu, não me lembro mais qual, que diz que o CIE era mais forte que o SNI, no governo Médici.

C.F. - Não sei. Eu não considerava. Pelo contrário. Considerava que o mais forte mesmo do sistema era o SNI. Era a cabeça do sistema. Havia um plano nacional de informações, como já citei aqui, ao qual todos eles eram subordinados. Todos eles colhiam informes e informações para o SNI.

M.A. - Mas que a cabeça seria a do Orlando Geisel, no CIE.

C.F. - Eu já escrevi muito sobre esse negócio do Orlando Geisel e do Ernesto Geisel. Vou repetir aqui. Jornalistas escreveram que o Orlando Geisel impôs ao Médici a candidatura do Ernesto. Eu estou adiantando o seguinte: estou aqui para falar só sobre o governo Médici. E estava aqui na sucessão. Mas vou adiantar.

G.S. - Vamos na sua ordem.

C.F. - Então, vamos. Mas depois me lembrem disso, que eu sou capaz de me esquecer. Bom. Já falei que a aceitação foi muito difícil. O Médici custou muito a aceitar. Acabou aceitando, premido pelas circunstâncias. Ele me disse, em última análise: “Fontoura, eu cheguei à conclusão de que seria um covarde, se não aceitasse. Tal a pressão que sofri e que você assistiu. E a maneira como eu agi”. Essas coisas eu já disse, mas estou repetindo. Não vou repetir tudo.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

C.F. - (...) Foi difícil, mas ele acabou aceitando. E me declarou, em conversa: “Fontoura, eu cheguei à conclusão que seria um covarde, se eu não aceitasse. Então, aceitei.” Na situação em que o Médici assumiu, queiramos ou não queiramos, grave ou não grave, havia uma crise militar. Havia outros candidatos. Então, isso, de certa forma, dividiu em parte as forças armadas, embora a maioria optasse pelo Médici. Tanto é que ele foi o escolhido. Depois, foi sacramentado pelo Alto Comando das forças armadas. Houve aquela reunião no Ministério da Marinha, da qual participei, que o Médici levantou quando disse que queria o Rademaker para vice-presidente, eles não aceitaram, foi embora para Porto Alegre. Não vou repetir. Então, existiu essa crise. A crise política existia. A crise política existe desde que o Brasil é Brasil. Ou desde que o Brasil é República. Ou desde que o Brasil é independente. Até hoje está aí. Mas havia uma ditadura, havia um AI-5, então, essa crise ficava sufocada. Era o que menos incomodava. Porque o próprio MDB ia a palácio, ia a convite do Médici para o cinema. Não havia coisas pessoais. Absolutamente, não havia nada pessoal. Nunca houve. Com ninguém. Eu cansei de receber governadores, deputados do MDB. O Chagas Freitas, de vez em quando, ia lá conversar comigo. Digo: “Mas o senhor não tem obrigação nenhuma de fazer isso.” E ele: “Mas eu quero. É uma segurança que o senhor me dá. O senhor mandando investigar...” Levava alguns nomes às vezes. Para os lugares principais. E nomes mais em evidência, que podiam causar espécie a não aceitação. Ele me levava. Quer dizer, eu assumia a responsabilidade de tudo. Graças a Deus, nunca tive medo disso. E dava o resultado para ele. Ele ficava satisfeito. A crise política existia, continua existindo. Está aí. Parlamentarismo, mas com esse Congresso?! Parlamentarismo é o governo do Parlamento. Com esse Parlamento é que nós vamos ser governados? É muito mais fácil pôr um Collor ou um Pedro ou um Lula para rua do que seiscentos parlamentares. Muito mais fácil. E depois eu dizia mais nesse artigo: o dia em que cair o primeiro ministro, e vai cair uma vez por mês, (claro que vai), brigam todos os dias,

todo mundo quer o computador, todo mundo quer a chave do cofre do Banco do Brasil, vai cair o primeiro ministro e o amanuense do Chuí. Vai cair tudo junto. Porque esses coronéizinhos de lá vão querer pôr gente deles. Esses coronéis de política, isso não acaba nunca. Talvez um dia acabe. Tomara que acabe, mas é muito difícil. “Aqui quem manda sou eu!” Pronto. E manda mesmo. Manda na empregada e no prefeito.

G.S. - General, o senhor disse que a crise política era a que menos incomodava, por causa do AI-5.

C.F. - Pois é. Porque o pessoal tinha temor. De certa forma tinha temor. E de outro lado, o governo Médici foi muito feliz, porque pegou uma conjuntura internacional muito boa, os juros baixos, o preço do petróleo baixo, todo mundo queria investir no Brasil, as taxas de crescimento anuais foram as mais altas que esse país já teve: oito, nove, dez, 11 %, tinha um bom ministro, achem ou não achem, digam ou não digam, Delfim Neto é um das grandes figuras desse país... Eu considero que o Delfim, o Roberto Campos, o Simonsen, esse José Serra, o Antônio Dias Leite, que foi ministro do Médici também, estão entre as dez maiores cabeças do país. Talvez haja outras que eu não conheço, que não apareceram. Porque as que apareceram, praticamente eu conheço todos. Então, teve um grande ministro da Fazenda, teve um bom ministério, excluído um ou outro medíocre, mas de uma maneira geral, o ministério do Médici foi muito bom. Embora ele tivesse pegado até gente muito jovem, como o Marcos Vinícius, que eu chamava de menino. Tinha a idade do meu filho. Tinha 31 anos.

M.A. - O Pratini de Moraes?

C.F. - É. O Pratini tinha 31 anos. Agora, é um homem inteligentíssimo. Ele já esteve aqui?

M.A. - Não.

C.F. - Ah! É o homem dos sete instrumentos. O Pratini de Moraes sabe tudo. Ele sabe cozinhar, sabe cantar, tocar acordeom, tocar piano, ele sabe sete línguas, inclusive o russo. Ele agora vai ser deputado. Ele era suplente, vai entrar. Pratini é uma das grandes cabeças desse país. Tem uma cultura muito boa, fala muito bem, é simpático, é agradável de se ouvir.

G.S. - General, esse é um ponto que eu acho muito importante. A crise política se contornava, se parava através do AI-5.

C.F. - Bom, ela se parava naturalmente. Por si própria.

G.S. - Nesse momento, 1970, 1971, qual era o projeto que estava na cabeça das principais pessoas do governo? Ou seja, Médici...

C.F. - Transferir o governo do Médici para um civil.

G.S. - Ao fim do governo.

C.F. - Ao fim do governo. E o Médici me disse, não sei se terá dito a outros, que o civil seria o Leitão de Abreu.

G.S. - Então um civil escolhido ainda dentro...

C.F. - De um ambiente revolucionário. Ele era muito bem visto e recebido pelas forças armadas, pelo Congresso, pela Justiça, ele era um grande jurista, e constitucionalista, um dos maiores do país. A imprensa foi meio modesta com ele. Mas eu li os jornaizinhos da nossa terra, porque nós somos da mesma cidade natal e somos amigos desde os 18 anos, ele tinha um ano a menos que eu. Estava com 79, eu estou com 80. Mas era um homem muito sério, um caráter exemplar. Esse era o candidato do Médici. E era o nosso. Era o candidato natural, de consenso. Mas o Médici dizia assim: “Fontoura, nós só vamos fazer isso se o país estiver completamente pacificado, se não houver mais nem um surto guerrilheiro nesses nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Porque se houver, eu vou colocar um general no meu lugar. Temo que um civil não consiga depois debelar essa crise guerrilheira.” E era difícil mesmo. E durou. Ela foi acabar no governo Geisel.

G.S. - Então, a idéia desde o início do governo Médici era transferir o governo a um civil, escolhido pelo grupo revolucionário. E havia idéia de algum limite da revolução? Quanto tempo era para ficar?

C.F. - Não. Acabava o governo Médici e acabava a revolução, vamos dizer assim. Essa era a idéia. Começava então o governo civil. Acabava com o AI-5, fazia uma nova Constituição. Enfim...

G.S. - Aí fechava.

C.F. - Andava, como andou, a meu ver, pior que as ditaduras todas. O Sarney nada fez. O Collor fez o que fez, esse está pensando em fusca, quando o povo precisa de feijão, aspirina, hospital e não sei o quê. Cada dia se levanta irritado com uma coisa! Ora! Fala a toda hora com os jornalistas, dá entrevista a toda hora: é um presidente que não se preza, que não se limita ao seu papel de presidente da República. O presidente da República não pode ser um “Joãozinho” qualquer. Quer dizer, um democrata que fala com todo mundo, que aperta a mão de todo mundo, está tudo muito bem, que pode visitar todo mundo, que pode ir no cafezinho da esquina, pode fazer tudo isso. Não pode é levantar todos os dias dizendo bobagem, porque cada vez que ele fala, cria um problema na Bolsa, no dólar, na economia, na sociedade. O presidente é um homem que não pode estar falando a todo o momento. É um homem que tem que falar na ocasião oportuna, precisa, pela televisão, para toda a nação ouvir. Eu não sei se estou saindo fora, mas tem que entrar nesse campo. Essa revogação da Lei 8.200, por exemplo. Eu achei que fez muito bem. Então os banqueiros e os magnatas não pagavam imposto de renda sobre o lucro e nós pagamos sobre nosso salário?! E eu, que sou um cardíaco, não consegui isenção do imposto de renda, apesar de estar na Constituição! Vejam o rigor com que o Exército trata disso. Eu, general, há um ano atrás, promovi um processo, fui ao médico, ele me deu o laudo e disse: “O senhor tem todo o direito. O senhor sofre de cardiopatia grave. Está na Constituição.” Pois eu não consegui. Sabe qual foi a resposta da junta militar? “O senhor teve infarto, mas está bom”. Eu estou bom porque estou sendo assistido, porque estou tomando remédio todos os dias, três, quatro, cinco, de manhã, à tarde e à noite. É por isso que eu estou bom. Eu estou bom, porque eu não faço esforço. Eu estou bom porque me privo de uma porção de coisas por causa do coração. “Ah, mas o senhor está apto. O senhor teve infarto. Teve. Não tem mais. Passou.” É assim que o Exército trata o assunto. Mas eu vou voltar à carga agora, depois desta crise que eu tive. Essa é grave. Porque arritmia é uma coisa grave. Não tem cura.

G.S. - Marca-passo não resolve?

C.F. - Não resolve.

M.A. - Mas não vamos falar desse assunto.

C.F. - Bom, aí veio o problema das guerrilhas. O problema das guerrilhas incomodou. O forte, o



auge da guerrilha foi em 1970, 1971. 1972. E o Médici reuniu o ministério e disse: “Eu vou enfrentar as esquerdas. As guerrilhas urbanas e rurais. Com o apoio das forças armadas, porque as polícias militares não têm condições para isso. Se tivessem, nem teria havido a guerrilha. Já teria acabado no foco, no início. Não acabaram. Então, eu vou enfrentá-los. Mas não aceito tortura, não aceito morte de preso. É preso de guerra. Isto é uma guerra. Nós estamos numa guerra não declarada, mas é uma guerra.” Isso ele disse duas ou três vezes ao ministério reunido.

G.S. - Seria possível encontrar essas datas e esses documentos?

C.F. - Talvez o palácio do Planalto tenha. Não sei se tem. Naquele tempo, não sei se gravava... Gravava. Mas não sei se eram gravadas essas reuniões com o presidente. Não me lembro disso. O SNI não gravava. Nós não gravávamos. Eu acho que quem podia gravar era o SNI, e eu não gravava. Nunca me ocorreu, ele nunca pediu, nunca mandou. E o que ele dizia, sabe como é... Numa reunião, saem coisas que não devem ser gravadas, às vezes. Como o que o Collor disse numa reunião de governo que eu assisti na televisão, o Brasil inteiro assistiu. De dedo em riste, como era seu hábito, disse: “Os senhores são ministros porque querem. Mas muito mais por que eu quero.” Nessa hora, eu me levantava. Diria: “Não quero mais ser ministro porque o senhor quer. Arranje outro para o meu lugar. Muito obrigado.” Levantava na hora. Mas ficaram todos de cabeça baixa. O amor ao poder é uma coisa tremenda. A coisa que mais me desconsertou no governo, que mais me desiludiu na vida pública, foi o amor ao poder – que todo mundo tem. Todo mundo, não, mas grande parte. É a coisa pior que pode haver. Esses ministros do Collor, eu vi os ministros todos de cabeça baixa: “São porque querem, mas são muito mais porque eu quero.”

G.S. - General, uma coisa importante que o senhor disse há dois minutos atrás é o seguinte: o Médici teve duas ou três reuniões nas quais ele disse: “Isso é uma guerra não declarada, mas é uma guerra. Os prisioneiros são prisioneiros de guerra. Não quero mortos, não quero tortura.” Não obstante o presidente Médici é acusado...

C.F. - E é o único acusado. E é o mais acusado. E até hoje é acusado. E eu não consigo fazer essa defesa.

G.S. - Está fazendo agora.

C.F. - Ninguém teve coragem de fazer até agora, salvo o Gibson em seu livro.

G.S. - Mas general...

C.F. - Não, toda vez que eu posso, eu faço a defesa do Médici. É um dever de justiça.

G.S. - Agora é que eu quero que o senhor me ajude. Ao mesmo tempo em que nós temos, através de sua palavra e de outros, que o presidente Médici dizia: “Tortura, de jeito algum”, ao mesmo tempo houve tortura.

C.F. - Houve, segundo se vê nos órgãos de comunicação patrulhados pela esquerda. Nunca tive uma prova de tortura.

G.S. - Eu quero entender como é possível que tenha havido e que essa informação não tenha passado. Muita gente foi punida?

C.F. - Foi quando se tinha conhecimento de um mínimo de excesso. Não vinha a público porque é psicológico. Por exemplo: é comum na guerra, em todas as guerras, e na última guerra houve muito, não só no Exército americano, como no francês e no brasileiro. Um pequeno efetivo debandou. Isso é comum. Já ouviram falar em estouro da boiada? Um pio pode estourar uma boiada. E aí ninguém a contém. Eu já estive numa dessas. Não com boi, mas com cavalos. Então, havia e houve muita coisa. Muita prevenção, muito aborrecimento. Mas era um caso delicado. Porque o senhor não pode cortar de público o estímulo do combatente. Senão ele não volta a combater mais. É como o Leite Ribeiro me disse agora quando eu lhe telefonei. Eu disse: “Aconteceu a mesma coisa comigo.” Diz ele: “Mas o senhor teve apoio do presidente Geisel e do Itamarati. E eu não tive.”

G.S. - Então, general, o que o senhor está me dizendo é que não podia ser uma repreensão pública, uma punição pública.

C.F. - Não, houve. Houve no caso do Ávila Melo. Eu conheço o Ávila Melo desde a Escola Militar. O Ávila Melo era um homem de bem. Aquilo aconteceu sem ele saber. Eu tenho quase certeza disso.

G.S. - Quer dizer, foi um subordinado dele que segurou a notícia.

C.F. - É. Alguém fez isso. O senhor não pode evitar. Por mais que o senhor conheça o subordinado, por mais que o senhor confie nele, por melhor que ele seja, um dia, ele sai do sério. Um dia todos nós fazemos a nossa bobagem. Todos temos a nossa hora da bobagem. Depois de feita, não tem mais jeito. Tudo isso tem que ser pensado. A imprensa em geral e os inimigos da revolução de março exageram muito.

G.S. - Alguns dizem que o Geisel, inteligentemente, abrindo a imprensa, terminando com a censura, permitiu então que esses excessos fossem denunciados. E isso constituiu um instrumento para reduzir o número de casos. O senhor está de acordo com isso? Se não houvesse censura, haveria menos excessos?

C.F. - Não sei. Quem começou a luta? Já disse aqui: foi o Gabeira. Para não ir mais longe, para não ir ao Prestes. Quem começou a luta foi o Gabeira. Desencadeada a luta, tem que morrer gente dos dois lados. Agora estão querendo identificar os corpos dos mortos da guerrilha do Araguaia na Floresta Amazônica. Mas de que jeito? Como é que na Floresta Amazônica vão achar 50 ou 60 mortos, ou cem, não sei quantos são. Não vão achar. A não ser que alguém se lembre, alguém que esteja vivo e vá lá, encontre o lugar. Porque deve estar tudo modificado. A natureza, sobretudo na Floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década.

M.A. - E quem é que decidia sobre a censura?

C.F. - A censura era uma decisão do governo.

M.A. - Sei. Mas o governo era o senhor, o Figueiredo, o Leitão de Abreu e o Médici?

C.F. - Não. Foi o presidente da República. Conversamos e chegamos à conclusão que devia haver um certo tipo de censura. Ela não era total.

M.A. - Mas em relação à guerrilha, ela era total.

C.F. - Ah! Em relação à guerrilha, era. Porque desperta. Se a senhora começar a publicar e, sobretudo, a mentir que a guerrilha venceu ali, que o Lamarca fez isso, fez aquilo, começa assanhar os estudantes, começa a assanhar os inocentes úteis. Porque o estudante, estudantes

universitários, a UNE, tudo isso é inocente útil. É como eu dizia. Eu, quando era cadete, me lembro do meu primeiro comandante da Escola Militar, primeiro e único, que foi o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Muito conhecido nacionalmente.

M.A. - Nós temos o arquivo dele aqui.

C.F. - Ah, está aqui, é? Estão me cobrando. Eu acho que vou mandar meu arquivo para cá. Nós éramos gaúchos, uma turma de gaúchos, o dinheiro era pouco, então, sábado havia aula até o meio-dia. À tarde, a gente gastava a mesada, que era pouca, e os 50 mil réis que nós ganhávamos do Exército, que eram 47, porque três a gente descontava para a lavanderia. E o José Pessoa, às vezes, domingo, ia à escola. Era domingo, não tinha instrução, ia à paisana. Ele esteve na Primeira Guerra Mundial. Casou com uma inglesa. Foi ferido na guerra, comandava um esquadrão de cavalaria, ele era capitão, esquadrão de cavalaria da França e foi ferido. E nos hospitais de campo eram atendidos, na sua maioria, por moças da melhor sociedade francesa e inglesa. Ele foi atendido por uma moça inglesa. E daí saiu casamento. Bom. Mas ele nos dizia, a gente estava tomando chimarrão, uma rodinha de quatro ou cinco gaúchos...

[FINAL DA FITA 7-A]

C.F. - (...) Então, ele passava por nós e dizia assim: “Cadetes gaúchos tomando seu matezinho é bom. Mas não esqueçam de uma coisa que o velho general sempre disse: o perigo comunista nas universidades é tremendo.” Mais de uma vez ele repetiu. Isso foi em 1931/1932. Quer dizer, há 60 anos. Então, já como coronel, depois como general, eu enfrentei problemas universitários muito sérios em Porto Alegre, quando era chefe do estado-maior do general Braga. Saía da minha casa e passava pelo meio da universidade. Meu trajeto natural era esse, eu não ia mudar. Nunca tive problema maior. Mas tive com os reitores. Tinha que conversar com os reitores. Eles me procuravam muito, e eu dizia: “Olha, eu não tenho medo do comunismo universitário. Absolutamente, não tenho medo. Porque tenho certeza absoluta que depois de receber o diploma e pô-lo debaixo do braço, acabou o comunismo. Aí, ele vai ser o doutor sicrano, fulano, e acabou o comunismo.” E realmente acabou. Porque se não acabasse, nós seríamos comunistas. Quantas gerações já se passaram? Nós seríamos uma nação comunista. Então...

M.A. - Então, a censura era para evitar que jovens se animassem a...

C.F. - Era para evitar que a guerrilha se entusiasmasse mais do que estava. Mais do que a UNE, que era aqui por perto. Está aí agora um meninozinho assanhado, dizendo bobagem. Foi falar com o presidente da República em mangas de camisa. E o presidente disse a ele: “Olhe, não me chame de Vossa Excelência, me chame de você.” Ora! Então um presidente diz isso para um guri?! Ou para o senhor ou para mim? Não pode dizer para ninguém. O presidente é o presidente. Ele tem que guardar o seu *status*, a sua reputação. Talvez eu esteja errado, porque ele está mandando todo mundo chamar de você.

G.S. - Agora, general, no que tange à censura, havia consciência do grupo mais chegado ao presidente Médici, inclusive do presidente Médici, de que a censura estava indo mais além do que a simples censura ao noticiário guerrilheiro? Havia muitas outras formas de censura?

C.F. - É. Havia. Às vezes, havia. A gente conversava com A, com B e em direção de jornais. Mas eu conversei com vários donos de jornais e dizia o seguinte: “Nós sabemos que no seu jornal há 30 ou 40 jornalistas, editorialistas, repórteres, enfim, gente que redige, escreve, que são comunistas. Não há a menor dúvida. Por que o senhor não os põe para fora?” “Porque nós os pomos para fora, chamamos mais 30 ou 40, vêm 30 ou 40 também comunistas. Esse meio está todo comunizado.” Era isso, extrapolava. Dizia para o Médici: “Nós podemos acabar, o senhor pode acabar com o comunismo subversivo.” Como realmente acabou, numa antecipação do que houve agora. Nós fomos pioneiros, precursores da queda do Muro de Berlim. Nós, o Uruguai, a Argentina e o Chile. Não tenha dúvida de que fomos. Porque foi derrocado o comunismo subversivo nesses quatro países. Só não se derrotou no Peru ainda. E na Venezuela, em parte.

M.A. - Mas no caso, por exemplo, do deputado Rubens Paiva...

C.F. - Esse é um caso que eu pouco conheço. Eu tinha vontade de conhecer bem. Mas agora não está mais na época.

M.A. - Porque é um deputado que desapareceu. Foi preso para interrogatório e desapareceu.

C.F. - Pois é. Desapareceu. Não há dúvida que ele foi morto. Agora, por quem ele foi morto? Não sei. Não fiquei sabendo.

M.A. - Mas o senhor estava na chefia do SNI.

C.F. - Não me lembro se eu estava. Estava?

M.A. - Estava. Foi em janeiro de 1971. O senhor não se lembra de ter sido chamado para resolver isso?

C.F. - Não. Não houve, naquela época, ebulição nenhuma. Ela começou depois. Particularmente, depois da abertura. Eu vou dizer uma coisa muito séria aqui. Era muito difícil governar o país naquele tempo, naquela situação, sem o AI-5. Era difícil. Não seria nada fácil sem o AI-5. Talvez, talvez o Juscelino conseguisse. O Juscelino hoje é imortalizado. Tem até um monumento em Brasília. Mas quem começou a mordomia? Quem construiu Brasília, que eu considero o maior crime que se fez nesse século nesse país? Pôr tijolo de avião no meio do cerrado. Por que não fez naquela cidadezinha de Goiás a capital? Bastava fazer uma estrutura para o governo e pronto. Tinha que pagar a rodo. Até hoje estão pagando para os deputados quatro passagens mensais. Três para os seus estados e uma para o Rio de Janeiro. Para quê o Rio de Janeiro? Para quê o deputado do Acre tem que vir ao Rio de Janeiro uma vez por mês? Não vêm. Eles juntam as passagens e as vendem, e no fim do ano vão à Europa com a família. Essa é que é a verdade. É com esse Parlamento que querem parlamentarismo. É com um Parlamento que tem “pianista” pego em flagrante, como foram agora, e não foram postos para fora? Porque eles não têm moral. Salvando uma meia dúzia honrosa e excepcional, uma meia dúzia que pode ser uns 40, 50, o resto não vale nada. O resto não desenha o nome. Eu conversei com um deputado que ficava até encabulado de dizer que era deputado.

G.S. - Mas general, o senhor disse que a abertura foi que permitiu que essas coisas viessem à tona.

C.F. - Muita coisa viesse à tona. Claro.

G.S. - Então, nesse sentido, o fechamento prejudicou o próprio governo na sua capacidade de receber informações.

C.F. - Talvez tenha prejudicado o governo. Mas não prejudicou o país. Porque a nossa preocupação não era só o governo, era o país. Agora, vamos ver uma coisa. Se essas guerrilhas tivessem tomado conta, nós teríamos uma guerra tremenda nesse país, nos quatros cantos – porque em toda a parte havia comunistas. O Rio Grande do Sul estava minado. Eu já falei de um dentista

com quem conversei? Perguntei a ele: “O senhor foi molestado?” E ele respondeu: “Não. Também não peguei em arma contra o governo.” Pois é. Quem não pegou em armas contra o governo, talvez um ou outro tenha sido molestado. Indiretamente. Talvez. Mas não era o nosso propósito. A guerrilha urbana acabou no governo Médici, algumas guerrilhas rurais acabaram, como a do Lamarca, a de Registro e uma outra que houve...

M.A. - Xambioá?

C.F. - Xambioá. Mas a do Araguaia não acabou. Só foi acabar no governo Geisel. Quer dizer, foi a mais grave, a mais séria. Então, 50, 60, cem, mil que seja, eles vão da Floresta Amazônica tomar o governo aqui em Brasília? Mas é uma inocência. Pior até, se me permite, é uma burrice. Veja a que ponto essa gente chega. Até há pouco tempo, juntaram três, quatro aviões, pagos por três ou quatro ricos como o Niemeyer, e mandaram gente a Cuba, gente à Nicarágua ajudar a cortar cana. Ora! Então isto é verdade?! Alguém vai à Nicarágua ajudar a cortar cana? Por que não ajudaram a cortar cana aqui no Nordeste? Café em São Paulo, laranja em São Paulo? Por quê? Não. Era treinamento de guerrilha.

M.A. - Mas general, os senhores sabiam que no Araguaia tinha em torno de 80 pessoas. Os senhores sabiam que não era muita gente...

C.F. - Não era muita gente. Mas era muito difícil.

M.A. - E o senhor mesmo diz que era uma burrice, que essas pessoas não iam tomar conta do Brasil.

C.F. - É. Mas tinha que acabar. Porque o foco, havendo um foco, é como um foco dentário, pode infectar a boca toda. Quer dizer, o foco precisa acabar, porque senão ele pode tomar vulto. Nós não sabemos, ninguém sabe o dia de amanhã. Por mais gente que haja prevendo o futuro, Nostradamus e outros, ninguém sabe o dia de amanhã. Quem é que pensou que o Collor fosse fazer o que fez?

M.A. - Agora, tem uma figura que é do seu tempo também, foi preso na sua época, que é o cabo Anselmo. Ele foi preso...

C.F. - Dúbia. Uma figura dúbia.

M.A. - Porque tem gente que diz que ele era infiltração...

C.F. - Não sei se ele era infiltração. Se era, não era do SNI. Porque o SNI não entrava nesse miudinho. Não podia entrar. Não tinha condições de entrar, nem devia entrar. O SNI devia receber informações, informes. E algumas ele colhia, o próprio SNI colhia informações e informes que só ele precisava colher. Ou só ele poderia colher, pelo escalão, pela altitude, enfim, do problema. Então, aí era o SNI. Agora, o resto vinha.

M.A. - E o cabo Anselmo, o senhor não teve...

C.F. - Não. Nunca houve contato do cabo Anselmo com o SNI.

M.A. - Ele não era informante do SNI?

C.F. - Não. Podia ser do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. Do SNI não era. Porque todos os...

M.A. - O senhor acha que ele era? [risos]

C.F. - Eu acho que era. Acho que era.

M.A. - Desde sempre? Desde 1964?

C.F. - Ah, desde sempre, não sei. Talvez ele tenha sido comprado. Era muito fácil isso.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - Parlamentarismo está meio-a-meio no Sudeste e no Sul, mas está perdendo no Norte e Centro-Oeste.

C.F. - É só pelo que leio no jornal, mas eu tenho a impressão que eles estão fazendo uma pregação muito grande, está correndo já muito dinheiro, porque muita gente quer aproveitar o



parlamentarismo... O senhor vê uma coisa. Juscelino cometeu duas coisas incríveis a meu ver. Primeiro, Juscelino fez Brasília. Foi o maior absurdo. O país devendo, um país sem hospital, sem estrada, um país que não tinha nada naquela época, e faz uma cidade como aquela, para criar a mordomia que criou e que não acabou até hoje! 30 anos. Mais de 30. Não acabou ainda. E sei lá quando é que vai acabar, se vai acabar. E a segunda coisa: fez aquela frente única<sup>22</sup> depois com seus inimigos. É aí que eu condeno o Lacerda, a quem admirava. Fez a frente com João Goulart e com Juscelino. Meu Deus do céu! Não pode ser assim. Suponha que eu sou inimigo figadal do senhor. Amanhã, qualquer causa que queira nos unir, a mim não une ao senhor, não. Nós vamos paralelamente. Mas de mãos dadas não vamos. E eu não tenho raiva de ninguém.

M.A. - General, o Gláucio chegou a mencionar ao senhor que, por exemplo, o Cordeiro de Farias teve uma prima que foi presa, Lúcia Murat<sup>23</sup>, se não me engano, e que ele não conseguiu localizar. Ela estava presa aqui na Barão de Mesquita e ele, general, não conseguiu saber exatamente, interferir e tal. Quer dizer, supunha-se que ela estava presa lá. O senhor era procurado por colegas seus ...

C.F. - Nunca fui procurado. Se o Cordeiro de Farias, a quem eu admirava, tivesse me telefonado: “Fontoura, minha parente...” , eu ia descobrir. Ah, ia. Não tenha dúvida que ia descobrir. Estivesse ela onde estivesse. A não ser que ela não estivesse presa, tivesse fugido para qualquer lugar aí. Mas até isso eu ia ficar sabendo. Porque punha todos os recursos em busca da moça e ia solucionar esse problema. Agora, ele nunca me falou. É por isso que o SNI tinha as costas largas. Porque tudo era o SNI.

G.S. - Inclusive, general, eu queria saber por que acontecia o seguinte: muitos dos excessos aconteceram nas PM e nos DOI.

C.F. - Nos...?

G.S. - DOI. Mas o SNI é que levava a culpa na época. Por quê?

---

<sup>22</sup> A Frente Ampla foi um movimento político lançado oficialmente em 1966 com o objetivo de lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”, cujo grande articulador foi Carlos Lacerda. Contou também com a participação de João Goulart, Juscelino Kubitschek e de correligionários de ambos. Foi extinta em 5 de abril de 1968.

<sup>23</sup> Lúcia Maria Murat Vasconcelos é de família amiga dos Cordeiro de Farias e prima de um sobrinho neto do marechal Osvaldo Cordeiro de Farias.

C.F. - Pois é. Porque é o tal negócio. Eu estou dizendo que um camarada desconhecido me disse numa fila de banco outro dia: “O senhor era procurado como se procura um rato para dar um tiro na testa. Porque tudo que havia de mau no país, não era o Médici, era o senhor o culpado.” Era isso que os comunistas diziam. Esse camarada me disse. Eu não sei quem é ele, nem o nome dele eu perguntei. Ele não me disse, também não perguntei. Mas ele sabia o meu.

G.S. - General, o senhor se lembra da lei que definiu as grandes áreas urbanas, metropolitanas, as capitais, como áreas de segurança nacional e que os prefeitos seriam nomeados?

C.F. - Lembro-me.

G.S. - Como é que foi o debate, a discussão?

C.F. - Ah! Isso eu não me lembro. O debate eu não me lembro.

G.S. - Isso foi da época do Médici.

C.F. - Foi da época do Médici. Foi mais com o Buzaid e com o Leitão, com o Figueiredo. A minha presença ali foi muito simbólica.

G.S. - Quer dizer, não foi iniciativa do SNI.

C.F. - Não.

M.A. - Dos seqüestros o senhor já falou alguma coisa. O senhor é que negociava com as organizações terroristas.

C.F. - Eu, o Gibson e o Buzaid. Os três. Reuníamos-nos, conversávamos e redigíamos os comunicados que eram publicados na imprensa. Porque deles, nós recebíamos dentro da caixa do correio, dentro da lata de lixo, etc.

M.A. - Eles ligavam para o jornal e diziam...

C.F. - Eles avisavam pelo telefone.

M.A. - Mas os senhores começaram depois a...

C.F. - A apertar. É. Eles sentiram. Porque vários livros que li agora – inclusive daquele Jacob Gorender<sup>24</sup> – contam essas coisas. Tudo o que eles estão contando era realmente o que nós dizíamos. Estão comprovando que nós tínhamos razão. É muito boa essa literatura. Para pouca gente. A senhora leu, mas pouca gente lê.

G.S. - O senhor leu o livro do Gorender...

C.F. - Li.

G.S. - O que está lá é verdade?

C.F. - É. O que está lá é verdade. Pode ser que tenha uma coisinha ou outra, não sei. Li logo que saiu. A senhora me falou num livro aí que eu não me lembro o nome. Eu não tenho esse livro. É de um brasileiro e é sobre a revolução. A senhora vai ter que pensar um pouco, para depois me dizer.

Bom, então, acabou com os seqüestros. Com dificuldade, matando, etc, morreu gente, gente ferida, aviões destruídos, mas acabou. Não podia continuar aquele clima. Então, os primeiros tempos do governo, como eu digo aqui, foram difíceis. Acusação de tortura. Isso eu já falei também aqui. Mesmo a imprensa censurada publicava. E agora então, cada dia inventam mais coisa. É o cavalo de batalha. O Médici, quando assumiu, era um homem pouco conhecido, não só da nação, como mesmo das forças armadas... Ele era muito conhecido no Exército, porque foi um excelente oficial, foi comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, que dá um realce, um renome muito grande a um general, foi promovido pelo Jânio Quadros, que era uma credencial muito grande também na época, e considerado por todos os que o conheciam um homem equilibrado, honesto, correto, e de uma inteligência acima da média. Era inteligente, sabia discernir. Tinha lucidez, tinha capacidade de separar o joio do trigo rapidamente. Eu me lembro até de uma história muito engraçada. No nosso tempo de tenente, capitão, chegou um soldado – me lembro até o nome do soldado, era jogador de futebol do Guarani, de Bagé, Momo, o apelido dele era Momo, era um negrinho. Preto, preto. E o Momo chegou e disse: “Capitão! Roubaram o

---

<sup>24</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

meu culote.” “Quem é que roubou?” “Foi o fulano.” “Chama o fulano aqui. Agora, vocês vão para essa salinha aí do lado, um veste o culote e vem cá. Aquele a quem o culote serviu não é o dono do culote, pois o nosso alfaiate não vale nada. Ele faz uma roupa para mim, serve para o Fontoura. E nós somos diferentes de corpo. Quem roubou foi você.” Está aí. Era um homem dessas condições. De uma lucidez de espírito extraordinária. Foi uma decisão cômica.

M.A. - Em relação ao governo do Médici ainda. Do ponto de vista da política econômica, da segurança do país, havia uma hostilidade ao capital internacional?

C.F. - Não. Não, pois foi quando mais entrou capital... A senhora não leu o jornal ontem? Ou anteontem? Tem um quadro mostrando a entrada de capital estrangeiro, a permanência do capital nacional, a saída dos lucros e a permanência do restante. Foi no governo do Médici que entrou mais e que permaneceu mais capital estrangeiro.

M.A. - Porque tem uma ala dos militares extremamente nacionalista. Extremamente hostil. Estatizante.

C.F. - É. Nacionalista. Eu condeno extremamente essa ala. Sempre condenei. Porque acho que “nacionalista”, desculpe a expressão, mas é burrice também. Nós somos patriotas ou não somos patriotas? Agora, as grandes nações do mundo se fizeram às custas do dinheiro estranho. Quem fez os Estados Unidos? Quem fez essa riqueza dos Estados Unidos? Não há dúvida que o seu território influiu. Mas foi gente que veio, gente com dinheiro, e aí começou a receber dinheiro de fora, da Alemanha, da França, da Áustria, e depois se tornou esse colosso que está aí. Hoje é a polícia do mundo.

G.S. - General, o presidente Médici estava consciente, nessa questão de declarar as áreas metropolitanas como área de segurança nacional, de que isso foi percebido pela população como uma medida exclusivamente eleitoreira, favorável à Arena, porque ela estava perdendo nas grandes cidades?

C.F. - Não. Eu não me lembro disso, não. Em sua consciência, não me lembro. Então, a situação era essa. Agora, essa ala nacionalista do Exército e/ou forças armadas, que hoje está muito reduzida, sempre foi contra o capital estrangeiro.

G.S. - Isso era o Albuquerque Lima, que era o porta-bandeira, não é?

C.F. - Não sei se era o porta-bandeira. Eu me dava muito bem com ele. E já contei que nós tivemos uma conversa, a pedido dele, a respeito da sucessão do Costa e Silva. Que seria o Médici ou ele. Depois de muita conversa, na presença de um coronel, eu disse para ele: “Vê se concorda comigo. Se for você, vamos cerrar fileira em torno de você. Nós não podemos dividir o Exército, sequer as forças armadas. E o Exército então, muito menos. Se for o Médici, vamos cerrar fileira em torno do Médici. Nós não podemos nos dividir. Concorda?” “Concordo.” Apertamos a mão e fomos embora. E ele foi promovido pelo Médici logo em seguida. Ele era general-de-brigada.

Dos primeiros tempos do governo Médici, já falei. Acusação de tortura, já falei. Guerras de esquerda. Ele declarou guerra às esquerdas: “Vou acabar com as esquerdas no Brasil.” Com as esquerdas. Porque eram várias. Vários grupos, várias ilhas de esquerda, vários matizes. E acabou. Acabou com as esquerdas subversivas.

M.A. - Pois é. Isso que eu queria falar com o senhor. Porque uma coisa é acabar com a esquerda revolucionária, que faz guerra. E outra coisa é achar que se pode acabar com uma esquerda, que é uma questão de opinião.

C.F. - Ah, não. Isso, não. Ninguém pode entrar na sua cabeça. Agora, se a pessoa não tiver força para reagir, argumento para reagir...

M.A. - Mas no caso do Partido Comunista Brasileiro, ele não aderiu à guerrilha.

C.F. - Ele, como partido, não. Mas membros dele, sim. Marighela era membro do Partido Comunista.

M.A. - Não, mas ele foi criar a organização dele.

C.F. - Bom, criou uma outra sigla, mas era membro do Partido Comunista originariamente. O Prestes era favorável à guerrilha. Não se metia, como ele nunca se meteu em nada. É aquela história da Coluna. Aquilo é uma conversa fiada muito grande, eu já contei aqui. Aquilo era o Juarez, era o Miguel Costa, os que estavam mais por cima, mais o Siqueira Campos, o Cordeiro de Farias... Eram esses. A Coluna Prestes era isso. O Prestes era figura. Aquela barba, sentado, velho no aspecto.

Bom. Então, claro, o que se queria era acabar com a esquerda de arma na mão, com a esquerda que queria derrubar o governo pela força. Tentava...

M.A. - Sim. Mas havia também colegas seus dentro do Exército que queriam acabar com a esquerda toda, não é?

C.F. - Mas isso é bobagem, ou era bobagem naquela época. Depois... caiu o Muro de Berlim...

M.A. - No governo Geisel, tentou-se acabar com todo o Partido Comunista.

C.F. - Mas numa coletividade grande, há gente para tudo. É como eu digo: depois que o país passa de cem milhões, como é o caso do Brasil, tem gente para tudo. Nós estamos vendo todos os dias. Por exemplo, a morte dessa menina da novela. Para mim, quem matou essa menina foi a mãe dela escrevendo aquela novela. Quer dizer, esse tipo de novela leva, pode levar – como levou – a esse tipo de crime. “Ah, porque foi uma exceção.” Não sei. Não sei daqui para frente o que vai haver. Parece que está havendo uma reação. Estão meio preocupados. Já li qualquer coisa. Porque se ela sabia que havia algum problema, e havia, não tenho certeza, não posso provar, mas estou convencido de que havia qualquer relacionamento entre a menina e o rapaz, apesar de ele ser casado com a outra, se havia o problema, que despertou aquele ciúme doentio da mulher, por que a mãe põe o rapaz e a menina na mesma novela em cenas de amor?

[FINAL DA FITA 7-B]

G.S. - General, quem saberia de onde surgiu a idéia, como ela se desenvolveu, de declarar as grandes cidades área de segurança nacional e impedir a eleição de prefeitos?

C.F. - Não sei.

G.S. - O senhor disse que isso foi mais pelo lado do Leitão e do Buzaid.

C.F. - É possível. Não sei. Não tenho a menor idéia de onde partiu. Ou se foi da Escola Superior de Guerra... Não tenho idéia.

G.S. - Isto pegou muito mal. Porque foi visto como uma tentativa de impedir a vitória do MDB.

Não da esquerda radical. Do MDB.

C.F. - Sim. Eu sei. Do MDB. Eu não me lembro disso. Bom, vamos adiante. Então, os primeiros tempos de governo foram muito difíceis. Mas aos poucos, mesmo nas forças armadas, ou principalmente nas forças armadas, o Médici foi ficando um nome confiável. No fim, a própria nação também já passou a confiar no Médici. Esse episódio que se fala aí, que se critica, o Nelson Rodrigues, que tinha aquele espírito meio jocoso, cáustico, era muito amigo do Médici, já contei isso aqui, e ele disse uma vez nos jornais que no Maracanã se dá vaia até em mulher nua, o Maracanã vaia todo mundo, e o Médici foi aplaudido. Mesmo depois que saiu do governo, de pé, por 150 mil pessoas. Nem uma, nem dez vezes. Todas as vezes que foi lá. Maracanã é povo por excelência. É a “galera”, como se diz. Aquilo é uma galera mesmo. E outras, várias outras. Depois que ele acabou o governo, nós costumávamos caminhar juntos na rua. Ele não podia dar dois passos. Eram senhoras beijando-lhe a mão, dando abraços. Ficou popular. Mas também, vamos ver o que aconteceu do ponto de vista econômico: quase pleno emprego, taxas de crescimento, as mais altas do mundo e as mais altas que o Brasil já teve em todos os tempos. Agora nós estamos com taxas negativas. Itaipu, não fez toda, mas fez grande parte de Itaipu, que foi projetada e iniciada no governo dele. A ponte Rio-Niterói, que foi tão criticada como faraônica, hoje passam cem mil veículos por dia sobre a ponte. Já imaginou esses cem mil veículos dentro de umas barquinhas, o que seriam as filas na Praça XV? Isso é faraônico? Outra faraônica: a Transamazônica. Ela se tornou faraônica, porque os outros governos não fizeram o que ele fez: asfaltou todas as estradas que pôde, projetadas inclusive por Juscelino, como a Belém-Brasília. E a revolução como um todo – e nesse todo o Médici teve uma parte muito grande – asfaltou, queiramos ou não, 70 ou 75 mil quilômetros de estradas, a não ser a Dutra, que é muito mal asfaltada e via única. Perigosíssima. O resto não havia. Para não falar em outras obras mais. Isso era o de maior vulto, vamos dizer assim. Agora, tem muita coisinha miúda, que não aparece por aí. Então, ele não foi um mau presidente, no sentido administrativo da palavra. A própria decisão, que eu já falei aqui e repito, de acabar com a obra da Universidade do Rio de Janeiro, isso mostra a preocupação dele com a cultura. Quer ver outra preocupação dele com a cultura? A Academia Brasileira de Letras. O seu presidente foi pleitear o terreno ao lado para construir um edifício, a fim de ter renda para a Academia. Ele deu. E deu mais ainda. Quer dizer, é o amor dele também à cultura. Não era inculto, não. Ele lia o que o brasileiro lê, o brasileiro de um nível mais elevado. Do nosso nível, vamos dizer assim. O senhor não leu o que há de melhor? A senhora não leu o que há de melhor? Também leio. Já li. O que é que se vai fazer? 50 anos, 60 anos juntando livro! Médici leu muito.

Carlos Alberto da Fontoura

G.S. - Qual é o ponto seguinte que o senhor tem aí?

C.F. - Vou ver aqui. A situação econômica, já falei aqui rapidamente. Tem que ser rapidamente. Porque senão este depoimento vai ficar um livro. Escolha do sucessor. A escolha do sucessor eu vou contar exatamente o que se passou. Não sei se alguém já contou isso aqui. Nós íamos numa viagem ao exterior. Foram só duas viagens ao exterior, contra as 20, 30, 40, 50 que outros fizeram. Uma aos Estados Unidos e outra a Portugal. Na vinda da viagem a Portugal, em 1972, no avião, o Figueiredo, eu e o Leitão começamos a conversar sobre a sucessão do Médici e combinamos o seguinte: no primeiro semestre de 1973 nós vamos levar o problema ao Médici. Vamos prestar uma colaboração, dizer que está na hora de pensar no sucessor e chegar a uma solução. No primeiro semestre de 1973, num mês qualquer, nós nos reunimos, os três, e surgiu o problema de ser um civil ou um militar. Então, um de nós, não me lembro se fui eu ou se foi um deles, disse: “Se for um civil, que é desejo de todos nós, quem vai escolher vai ser o presidente. Sozinho. Se ele quiser a nossa colaboração, ele vai nos pedir. Mas se for militar, nós temos que colaborar com ele, porque nós conhecemos os generais todos que estão aí.” Então, pegamos o almanaque do Exército e começamos a ler os generais de quatro estrelas. O nome que surgiu unânime entre nós três foi o Geisel.

M.A. - Os senhores escolheram pelo livrinho?

C.F. - Não. Pelo livro, para ver o nome deles todos. Para não esquecer algum. Mas foi pelo passado, pela categoria, pelo que ele tinha sido, pelo que representava. Então, nós achamos que o mais preparado na ocasião era o Geisel. O Ernesto Geisel. O Orlando não tinha condições de saúde. Tanto que quem ia para Lisboa era o Orlando. Eu ia ser adido militar nos Estados Unidos. Depois, o Orlando não pôde aceitar, por causa da saúde, e o Médici convidou a mim. Chegamos os três à conclusão que o melhor nome na época era o do Geisel.

G.S. - Isso foram o senhor, o Figueiredo e o Leitão. Os três grandes.

C.F. - Eu não me considerava grande...

M.A. - Era assim que se chamava na época.



C.F. - Eu tenho um metro e 80. Naquele tempo, eu era considerado um homem alto. Hoje não é mais assim. Chegou no fim do semestre, nós combinamos com o Médici um encontro na casa dele. Nós três. “Para quê?”, ele perguntou. “Não. Depois o senhor vai saber.” Fomos lá: “Presidente, o problema é esse. Está na hora do senhor pensar na sucessão. Está no fim do ano de 1973, o senhor passa o governo no fim de março. Essa eleição é feita pelo Congresso. E tem que haver uma preparação.” Aí, diz ele: “Se a guerrilha do Araguaia terminar agora, dentro de dois ou três meses, vai ser um civil. E eu já tenho um nome na cabeça.” Mas não nos disse. Disse depois para mim. Era com quem ele tinha mais intimidade. Leitão. Eu acho que não podia ter sido melhor escolha. Diz ele: “Mas se não for um civil, a que nomes vocês chegaram?” “Nós chegamos ao Geisel.” Ele: “Também é o meu.” Mas dizer que o Orlando Geisel teve influência, pode ser que tenha tido. Mas o Orlando Geisel nunca falou a ninguém. Ele tinha muita intimidade comigo. Eu tinha mais intimidade com o Orlando Geisel do que com o Médici. Porque meu pai foi padrinho de casamento e comandante do Orlando Geisel. Eu era menino do Colégio Militar, em 1927, com 15 anos fui ao casamento dele. Montava os cavalos dele. Tinha dois cavalos belíssimos, e eu já era candidato à cavalaria; durante as férias, montava os cavalos dele. E fiquei seu amigo o resto da vida. Dele e da Alzira, mulher dele. Nunca tocou no nome do irmão para mim. Eu conversando com o Médici: “Fontoura, vem cá. O Orlando, ele não fala no nome do Ernesto. Ele não fala no nome do Ernesto.” Então, essa injustiça fazem muito à família Geisel, ao Orlando e ao Ernesto. Eu já escrevi, os jornais já publicaram sobre isso. O SNI tem as costas largas. Tudo é o SNI. Até hoje eu ainda estou pagando. Sobre a situação econômica, já falei, escolha do sucessor, já falei, acabei de falar agora. Foi isso que se deu. Há outras versões por aí, mas não creio nelas. O problema da família: a Dona Scila foi exemplar. Pode ter havido primeiras damas iguais a ela, mas melhores, não. Nunca dirigiu a LBA, nunca se meteu em coisa alguma. Até hoje, modestamente, vai à missa sozinha, fica num cantinho. Nem o padre sabe que ela é a dona Scila Médici.

M.A. - Eu não sabia que ela estava viva.

C.F. - Está.

M.A. - A gente vai falar com o Roberto Médici, com o filho dele.

C.F. - Ah! Pois é, o Roberto é bom. Aqui eu repeti: Leitão ou Geisel. Já disse. Por que não o primeiro? Já disse. Por causa da guerrilha, que não tinha acabado. Popularidade do Médici no Maracanã – já falei sobre ela. Saída do governo. Na saída do governo, a meu ver, ele ainda era

popular. Bom, ninguém o defende até hoje. Eu não vi ninguém fazer a defesa do Médici. Talvez agora, recentemente, o Roberto Campos. Mas não fez especificamente do Médici. Vocês devem ter lido o Roberto Campos. Ele fez o maior elogio que a revolução podia receber – partindo de quem partiu. E pouco tempo antes, o Simonsen: que “os governos militares foram melhores do que os civis”, esses que vieram depois. Então, são dois advogados excelentes, ótimos. O Roberto e o Simonsen.

M.A. - É. Mas eu acho que tem duas coisas: de um lado, o milagre brasileiro...

C.F. - Mas o milagre brasileiro foi invenção da imprensa. Porque de nós, do palácio, do Médici, daquela gente próxima, do próprio Delfim, nunca saiu essa palavra, essa expressão.

M.A. - Sim. Mas esse é o lado positivo.

C.F. - É o lado positivo. Mas essa expressão “Milagre Brasileiro” não partiu do palácio do Planalto.

M.A. - E de outro lado, eu acho que os militares não foram capazes de construir uma imagem positiva sobre eles mesmos. O senhor me desculpe, mas eu estou dizendo o que eu sinto como civil. Acho que ficou para a sociedade uma imagem dos militares como pessoas que não são ponderadas, que tomaram conta do país como se fosse a sua casa, que usaram e abusaram, entendeu? Não estou dizendo que é isso. Eu estou dizendo que essa foi a imagem que ficou para a gente. E o governo Médici foi o ápice dessa coisa.

C.F. - Eu sei. Dificilmente, seria outra imagem. É o que fica mesmo. Fica pouco. Por isso eu disse no princípio, aqui, que, depois de pensar muito, eu cheguei a duas conclusões. A primeira é que nenhuma força armada do mundo pode dirigir um país, política e administrativamente, por mais de cinco anos. Nem a inglesa, nem a francesa, nem a americana, nem a alemã, ninguém. Não pode.

M.A. - O senhor sabia isso nessa época?

C.F. - Não.

G.S. - Isso foi depois de muita reflexão.

C.F. - Não se tem tempo de pensar no governo. No governo tem-se que decidir as coisas rapidamente. Ou então pára o país.

M.A. - Sim. Mas o senhor estava falando da imagem dos militares.

C.F. - Bom, a imagem do militar nunca foi boa em lugar algum do mundo. Nem no tempo de paz. Nem no tempo do Getúlio, nem depois do Getúlio, nem antes do Getúlio. A imagem militar sempre é a imagem do arbitrário, do manda-chuva, do homem de bota. Não sei se isso é herança do alemão, da Primeira Guerra Mundial, aquela aparência pesada, a gente vê um par de botas do lado de fora, fica todo mundo eriçado. Sempre foi assim. Agora, o que é verdade é o seguinte: nós fomos tocados para frente. Nós não fizemos o golpe. Nós fomos obrigados a dar o contragolpe pelo povo brasileiro. Só fomos depois que o povo foi na frente. Porque não queríamos ir. Eu desejava que o Jango Goulart caísse, que o Brizola caísse, mas eu não queria fazer uma revolução. Caíssem por meios legais, mas eles quiseram derrubar o Congresso. O Congresso não tinha força nenhuma. O Brizola disse no discurso de 13 de março: “Tem que acabar com esse Congresso que não vale nada”. Ele disse isso. Não sei se lembra disso. Eu vou ver se acho a tal fita e vou mandar para cá. Para mim não interessa mais.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.F. - Saída do Médici, eu achei que ele saiu ainda com popularidade. Pessoal ou não, mas saiu. Ninguém o defende até hoje. Se o fez, eu não vi. Falta coragem e falta também ressonância na imprensa. A imprensa não aceita. Eu já tentei e a imprensa não me aceita. Então, é difícil defender o Médici. Talvez a história, mais tarde, da Fundação Getulio Vargas e de outros historiadores, daqui a dez, 20, 30, 40 anos, diga: “Não, não foi bem assim. Umas coisas boas ele fez.” Pode ser.

M.A. - Agora, eu estou aqui pensando em voz alta. O senhor não acha que talvez essa imagem negativa do governo Médici seja resultado de uma certa arrogância de alguns militares que trabalharam nesse governo e que não reconhecem que...

C.F. - Por exemplo?

M.A. - Não. Não é o seu caso.

C.F. - Não. Eu sei que não é o meu caso, porque eu não sou arrogante mesmo. Mas por exemplo, quais eram os militares arrogantes?

M.A. - Não, eu estou pensando, por exemplo, nos Etchegoyen...

G.S. - A gente entrevistou o Ciro.

M.A. - É uma pessoa muito educada, mas enfim, eles acham que eram os únicos preparados para governar o país. E como eles, o senhor sabe, melhor do que eu, [risos] que há outras pessoas que pensam assim. E que não admitem que todo mundo erra, que não admitem que alguém erre.

C.F. - Não conheço o Ciro, a não ser superficialmente. Vou dizer uma coisa que a senhora vai estranhar. Ninguém é preparado para ser presidente da República. Quem é? Onde é a escola? Talvez a Fundação pudesse até fundar um curso desse teor. Aonde há uma escola para formar um presidente da República? No Brasil? Em lugar nenhum do mundo. Mas aqui, prefeito rouba, governador de estado rouba, o presidente da República rouba. Ou então faz uma bobagem feito esse que agora vai fazer fusca. O povo quer aspirina, hospital e escola. Milhares de crianças sem escola. O sujeito está pensando em fazer fusca para o pessoal de renda mais baixa comprar, hoje, a 120 milhões; daqui a seis meses, quando estiver pronto, está quinhentos milhões, do jeito que vai a inflação. Essa inflação não vai ceder, vai continuar crescendo. Agora chamaram uma moça lá do Rio Grande. Desculpe, mas ela já disse uma porção de bobagens. Eu tinha até alguma esperança nela, porque as suas primeiras declarações foram muito boas. Ainda em Porto Alegre, quando estava cogitada ou não, ela deu uma entrevista muito boa. Agora é nacionalista também! Viu a Petrobras? O presidente da Petrobras ganhar 120 milhões de cruzeiros! Num país como esse alguém pode ganhar 120 milhões de cruzeiros sendo funcionário público?! O do BNDES ganha 180. (Segundo a imprensa).

G.S. - General, uma questão que me interessa muito é essa que a Maria Celina levantou. Por que é que o governo Médici que, como o senhor disse, terminou o governo, foi ao Maracanã, 150 mil pessoas aplaudiram, a exemplo de outros governos da revolução, ficaram tão impopulares 20 anos depois? Sendo que para alguns setores da população já eram impopulares na época. Eu não tenho oráculo aqui, mas assim mesmo, eu tenho algumas sugestões. A primeira é de que não se enfrentou ainda de peito aberto essa questão dos excessos.

C.F. - Excessos?

G.S. - É. Tortura, repressão, etc, etc... Por um lado, se bem é verdade que isso está sendo magnificado artificialmente, que está sendo apresentado como mais do que foi, por outro lado, eu acho que as forças armadas não decidiram fazer o seu trabalho de casa e dizer: vamos investigar isso, por que é que aconteceu, etc, exorcizar esse demônio...

C.F. - E seja qual for o resultado, pôr na rua.

G.S. - Pôr na rua. Exatamente.

C.F. - Mas é o que eu estou fazendo aqui. Agora, os jornalistas me perguntaram há 15 anos, quando eu voltei de Lisboa: “Por que o senhor nunca deu entrevista?” “Porque vocês não me pediram.” “O senhor quer dar agora?” “Quero. Mas tem que publicar exatamente como eu disser.” “Ah! Mas isso nós não podemos fazer.” “Então, continua a censura. Isso não é uma democracia, com liberdade? Ou continua a censura? Vocês estão me censurando.” Nunca mais me procuraram.

G.S. - A outra coisa que a gente vê com a própria censura é que não havia muito retorno – a expressão em cibernética é *feedback* – da população para o governo. Ou seja, o governo não tinha sensores afiados para saber o que estavam pensando. Por exemplo, essa questão de declarar as áreas metropolitanas como áreas de segurança nacional foi vista pela população dessas áreas como poda ao seu direito de eleger os seus próprios prefeitos. Como tirar algo dela, o direito ao voto. E eu acho que isso nunca foi bem ponderado.

C.F. - É. Tem razão. Agora, vou dizer algo. A coisa mais difícil que há é governar homens. É a coisa mais difícil. E eu sei isso desde tenente. 30 homens, duzentos homens, mil homens, dez mil homens, 30 mil homens até chegar a um Exército ou à nação. Imaginou a dificuldade que há em dirigir um ser humano que pensa, que tem cabeça, que não aceita o que eu quero? Uma dificuldade tremenda. Muito bem. Quando o senhor fala da população, eu não aceito muito que seja a população, não. É uma elite. Ou uma semi-elite ou a própria elite, que a meu ver é péssima. Tanto intelectual como moral, como econômica, como política e como social. Porque se não fosse isso, o Brasil não era esse país que é. Essa é que é a verdade. Quem dirige o país? São as elites. Queiramos ou não queiramos. Numa certa época, foi uma elite do Exército. Queiramos ou não,

boa ou má, mas era a elite do Exército, à qual se juntou parte da elite civil deste país, porque nós pegamos dentre os melhores homens do país para os ministérios, desde o Castelo Branco. Nós não governamos sozinhos. Ninguém governou sozinho. Nenhum general de bota e espora governou sozinho a nação. Não! Nós tivemos o apoio, a sugestão, a colaboração e a eficiência ou não de excelentes homens civis deste país. De alguns dos melhores. Não de todos, claro. Agora, a outra parte ficou contra, se sentiu alijada. Diziam: “Mas nós não podemos ser governados por esse homem de farda.”; “Eles só sabem fazer ordem unida.” Não, nós temos escolas muito boas, nós temos cursos muito bons. Se o senhor fizer uma visita um dia à Escola de Estado-Maior, o senhor vai ver o que é uma escola funcionando. Duvido que exista nesse país uma escola que funcione melhor. Ela chegou a tal ponto que se diz: “Essa escola funciona até sem comandante”. Temos escolas muito boas. Esse centro aí, no forte do Leme, tem cursos muito bons. Para civis. O Centro de Estudos de Pessoal tem excelentes cursos das mais diversas disciplinas.

[FINAL DA FITA 8-A]

C.F. - Eu só não posso lhe falar bem ou mal é da Escola Superior de Guerra, que eu não conheço. Fui lá, quando foi criada a Escola de Informações, a Escola Superior de Guerra me convidou. Eu aceitei o convite com muito prazer. O comandante era até um general meu conhecido, que já morreu. Não me lembro mais o seu nome. “Eu queria que você fizesse uma exposição aqui para nós, o que é que a Escola de Informações vai representar. Porque nós temos aqui um curso de Informações, temos isso, temos...” Então, eu fiz uma exposição. Se eles gostaram ou não gostaram, não sei. As forças armadas sempre foram malvistas. Não é no Brasil, em toda a parte do mundo. É como se fosse uma coisa que não precisasse existir, não devesse existir. Mas nós estamos vendo o mundo em que estamos vivendo. Não feche a sua porta à chave à noite, para ver o que é que vai acontecer, quando souberem que o senhor não fecha a sua porta à chave. Não tenha tropas na fronteira. Olha esse problema agora com a Venezuela. De repente surge um problema e o senhor não tem uma arma na mão. Quer dizer, a força armada é a arma da nação. Ela não está para fazer a política nacional. Não deve. Fez excepcionalmente, foi uma exceção. Agora, a força armada ainda é uma necessidade. Osório já dizia, o grande Osório, e eu repito, pensando também como ele: “O dia mais feliz da minha vida – dizia Osório – será aquele em que se transformar o aço e o ferro dos canhões em arado para lavrar essa terra dadivosa.” O Osório era um quase analfabeto, mas era uma inteligência rara.

G.S. - Na época, era muito.

Carlos Alberto da Fontoura

C.F. - É. Era muito. Mas era um homem inteligentíssimo. Tinha uma espontaneidade fora do comum. Então, em nenhuma parte do mundo as forças armadas são bem vistas.

M.A. - Mas general, quando o senhor estava no SNI, aqui no I Exército estava o Antônio Bandeira, no II Exército era o Canavarro, não é?

C.F. - É.

M.A. - Que criou a Oban.

C.F. - III Exército era o Médici. IV Exército... Não, o Antônio Bandeira não foi comandante desse Exército aqui, não. O Bandeira é muito mais moderno que eu.

M.A. - Era o Valter Pires?

C.F. - Também não era. O Valter Pires é muito mais moderno que eu. Era o Ururaí, o velho Ururaí Magalhães. O Valter Pires não foi comandante do I Exército. Foi ministro. E o Valter Pires era muito mais moderno que eu. Quer dizer, o Valter Pires não podia ser general de quatro estrelas, se eu não fui. Ele só foi depois, quando eu fui para a reserva, porque ele era muito mais moço que eu. Eu completei os 64 anos, idade limite do general de divisão... Agora, eu me lembrei de uma coisa graciosa que o Castelo dizia. Vou dizer aqui. Quando completei os 64 anos, não tinha vaga. Éramos quatro. Eu, o Viana Moog, o Abdon Sena e o Tasso Aquino. O Frota quis arrumar uma vaga para o Abdon Sena, que servia com ele. Nós éramos da mesma turma desde a Escola Militar, desde o Realengo, fazendo a carreira todos juntos. Aí, foi ao Geisel: “Presidente, eu queria arrumar uma vaga para promover o Abdon, porque agora ele completa 64 anos e vai para a reserva. E eu queria e ele merece ser general de Exército.” A resposta do Geisel para ele foi a seguinte: “Olha, é muito fácil abrir uma vaga para o Abdon. Mas e o Tasso? E o Moog? E o Fontoura? Que são do mesmo naipe dele? Como é que eu vou abrir quatro vagas de general de Exército? Ou vou fazer injustiça com três, para promover um?” Não promoveu. Não arrumou a vaga. O negócio é rigoroso. Graças a Deus que é. (Isso me foi contado. Nunca tive confirmação.)

M.A. - Pois é. Mas deixa eu voltar. Tinha o Antônio Bandeira, o Valter Pires, o Canavarro, o Coelho Neto, pessoas que ficaram conhecidas como muito duras, muito radicais. Tinha a Oban, o

Fleury, junto com o Esquadrão da Morte. O Esquadrão da Morte prendendo gente, preso político. Quer dizer...

C.F. - É. Eu sempre condenei a linha dura: olha, para mim não há nem linha dura, nem linha mole. Há linha média, à qual me honro de pertencer. Nem um extremo, nem o outro. Eu não sou radical. Fui convidado, quando tenente, pelos dois lados: pelos comunistas, para a Revolução de 35; pelos integralistas, para a revolução de 38. Eram amigos. Um deles está aí pontificando ainda. Apolônio Pinto de Carvalho. Você deve saber quem é. Meu colega de turma e amigo. Morávamos juntos numa “república” em Bagé. Eu, o Apolônio, o Odilon, o Obino e o Fonsequinho, irmão do Candal. Pois bem. O Apolônio, em 1935, chamou o Costa Neto, o famoso major da revolução de 1924 do tempo do Prestes. Ficou comunista. Vivia fugindo da 4ª Delegacia Auxiliar do Rio de Janeiro, ficou com uma fama tremenda. Esse camarada, comunista declarado, foi comandar o grupo de artilharia de Bagé, no qual servia o Apolônio. Este meu amigo.

M.A. - Agora, o senhor não acha que no governo Médici houve uma concentração muito grande de radicais?

C.F. - Em todos os governos houve radicais. Não se formou no governo Médici. Formou-se no início da revolução, no governo do Castelo. Eles quiseram derrubar o Castelo! Com a eleição do Negrão. Eu vou lhe contar mais esse detalhe. Eu não vou citar nomes. Só vou citar o nome do...

M.A. - Foi o Pitaluga que quis descer com o batalhão.

C.F. - O Pitaluga. A senhora já sabe. Ele contou isso?

M.A. - Falou.

C.F. - E ele disse por que é que não desceu?

G.S. - Que o Costa e Silva foi conversar com ele.

C.F. - Exatamente. Costa e Silva foi sozinho ao regimento.

M.A. - Mas no governo Médici, o senhor não acha que os radicais ocuparam mais posição de



mando do que no governo Castelo Branco?

C.F. - Não. Alguns lugares tinham que ocupar, porque eram revolucionários, eram promovidos, tinham que ocupar lugares. O Médici não os temia. Nunca se deixou dominar. Nunca algum deles dominou o Médici. Houve um general que disse: “Ah, mas o Médici no domingo, no sábado, devia convidar um general, um brigadeiro, um almirante para conversar, almoçar com ele.” Disse-lhe: “Para quê? É o único dia que ele tem para descansar. Para trabalhar tem a semana inteira. Vocês venham cá.” Quer dizer, a idéia deles era essa, cutucar a cabeça do Médici com radicalismos. Mas o Médici não era radical. Quem não nasce radical, não fica radical. Talvez até os 40 anos o homem possa mudar de idéia. Depois dos 40, é difícil, a meu ver.

G.S. - Principalmente no início da década de 70 se falava muito em institucionalizar a revolução. Falava-se no modelo mexicano...

C.F. - Isso é uma bobagem. Nós não tivemos essa idéia. A nossa idéia era sair o mais cedo possível daquele Planalto. Essa era a nossa idéia. Não era só a idéia do Médici, era a idéia de todos. Geral.

G.S. - Menos da linha dura.

C.F. - Não sei, talvez.

M.A. - Quem era essa linha dura? Era o Antônio Bandeira...

C.F. - Eram tão poucos.

M.A. - Antônio Bandeira, Coelho Neto, Valter Pires, Canavarro...

C.F. - Canavarro não era da linha dura. Canavarro era muito amigo do Médici.

G.S. - Milton?

C.F. - Milton. Miltinho. Milton Tavares. Já morreu. Havia mais alguns, mas, em número, eram insignificantes.

M.A. - Lira Tavares...

C.F. - Não! Lira não.

G.S. - O Léo ficava onde nisso? Léo Etchegoyen.

C.F. - Era meio linha dura. Mas não era totalmente linha dura. Raciocinava bem o Léo, a meu ver. É muito inteligente e ativo.

G.S. - Porque nós pretendemos conversar com ele também.

C.F. - Ele está aí? Mora aqui?

G.S. - Mora no Sul. Quem mora aqui é o irmão dele.

C.F. - O Léo trabalhou comigo no Rio Grande. Muito bom oficial. Depois de general, eu não tive mais contato, praticamente, com ele. Mas o pai dele tinha um grande nome. Era um homem que a população aqui admirava. Foi secretário de Segurança, naquele tempo, era chefe de polícia.

G.S. - Ele tem uma grande admiração pelo Mé dici. Os dois Etchegoyen têm.

C.F. - Devem ter. O Mé dici saiu admirado pelas forças armadas, praticamente, pela totalidade das forças armadas. Não assumiu assim. Ele pegou uma situação militar difícil. Tinha que ser muito equilibrado, agir com muita habilidade. Eu não digo essa habilidade tendenciosa. Mas tem que ter uma certa habilidade, um certo equilíbrio, uma certa maneira de contornar alguns problemas, às vezes de difícil contorno.

G.S. - General, o senhor conhece o Fiúza? Ele é mais novo que o senhor.

C.F. - Mais novo que eu. Mas o Fiúza foi meu professor na Escola de Estado-Maior. Apesar de ser muito mais moderno. Quando eu era capitão ele já era capitão também. Mas ele é mais moderno que eu.

G.S. - Porque a gente gostaria de conversar com ele. O Fiúza era durão, não é?

C.F. - Olha, eu nunca tive contato com o Fiúza durante todo esse período da revolução.

G.S. - E queríamos também conversar com o Medeiros, porque não temos ninguém do governo Figueiredo. E não queremos deixar o Figueiredo sem ter, digamos assim, um representante.

C.F. - É. Deve ter.

M.A. - Agora, o senhor que teve uma longa convivência com o Figueiredo, o senhor não conseguiria o telefone dele para a gente?

C.F. - O telefone dele eu tenho. Mas acho que não devem chamar pelo telefone o Figueiredo. Porque o Figueiredo foi presidente da República.

M.A. - O senhor acha que a gente não deve falar com ele?

C.F. - Pessoalmente, talvez. Não por telefone. Mas pedir depoimento dele. Talvez não. Não sei. Ele foi presidente da República...

M.A. - Eu estava pensando em fazer uma coisa por escrito...

G.S. - Mas nós temos vários presidentes aqui, general. Vários presidentes passados.

C.F. - Quem? Civis.

M.A. - A gente tem a entrevista do Juscelino. Nós temos todos os arquivos, depoimentos, cartas, tudo, tudo do Getúlio.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - General, mais ou menos, quanta gente chegou a formar a Escola Nacional de Informações? Cem, duzentas?

C.F. - Mais. Ela foi fundada em 1972. Em 1982, eu já estava aqui. Fizeram um almoço para comemorar o décimo aniversário. Eu fui convidado. E fui. O Médici foi convidado, o Figueiredo... Figueiredo era o presidente. O Medeiros era o diretor da escola. O Ênio foi convidado, eu e Ênio fomos juntos. Enfim, todos. Só não foi o Médici. Pediu para eu representá-lo. Bom. Foi a última vez que eu vi o Medeiros. 1982. Nunca mais vi. Nem sei onde ele anda. Nem sei se ele foi para o Norte, Nordeste, para o Sul. A mulher dele é do Sul, é gaúcha.

G.S. - Mas tem uma idéia de quantas pessoas mais ou menos?

C.F. - Havia vários cursos. Cada curso dava uma média de 30 alunos. Devia ter uns 120 por ano. Dez anos... Mais de mil.

G.S. - Que proporção de civis?

C.F. - Proporção de civis e militares era de 3/4.

G.S. - 3/4 de civis?

C.F. - É. Eu pedia para os ministérios que selecionassem gente ainda nova, que quisesse continuar ou ingressar na carreira de informações, no SNI, porque senão não adiantava nada formá-los.

G.S. - As indicações eram feitas por cada ministério.

C.F. - É. De cada ministério. E civis candidatos avulsos, também.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - (...) Quem mais cooperava nos discursos do Médici?

C.F. - O Leitão escreveu a maioria.

G.S. - No governo do Costa e Silva, o senhor sabe quem colaborava com ele para escrever?

C.F. - Está aí, um homem que o senhor deve chamar.

G.S. - O Hernani?

C.F. - Não. O mineiro que foi chefe da Casa Civil dele. Meu amigo. O Rondon Pacheco. Outro dia eu o encontrei. É um homem eminente.

G.S. - Vamos falar de outra coisa. General, fala um pouquinho para a gente como é que foi o debate do AI-5. Porque isso teve um impacto...

C.F. - Não, eu não participei disso. Eu estava em Porto Alegre. Nem sabia. Eu soube depois pelo Costa e Silva, que ele me contou: “Fontoura, sofri para assinar. Eu não sei como não tive um infarto.” Costa e Silva falou assim, conversando comigo na casa dele. Era uma arbitrariedade bárbara. Ele não queria que a revolução se transformasse naquilo. Mas foi obrigado pelas circunstâncias. Não encontraram outra solução.

G.S. - Quer dizer que o Costa e Silva não queria assinar, o Pedro Aleixo não assinou, mas parece que o resto do pessoal estava lá empurrando, não é?

C.F. - Pedro Aleixo não assinou. Todos assinaram. E alguns empurraram. Quais foram os que empurraram, não sei. Porque eu não estava aqui. Estava em Porto Alegre.

G.S. - A história que o Carlos Chagas conta é que quando o Pedro Aleixo fez a crítica ao AI-5, dizendo: “Nós vamos entrar para a história como os caras que armaram uma ditadura”, ninguém prestou atenção. E que o Costa e Silva tinha aquilo gravado. A verdade, para quem faz pesquisa histórica, a grande dificuldade é descobrir como é que eram as pessoas. Há mais consenso a respeito do Médici. E menos consenso a respeito do Costa e Silva. O Carlos Chagas disse que o Costa e Silva foi incompreendido, que era muito mais liberal e democrático do que ele é pintado, etc, etc... O Portela diz: “Eu sou um duro e o Costa e Silva era outro. E eu gosto dele, porque ele era durão, etc, etc.”

C.F. - Quem que era duro?

M.A. - Jaime Portela.

G.S. - O livro do Portela é um livro de um duro.

C.F. - É. E ele era. Ele dizia que eu era o general que queria ser presidente da República. Nunca me passou isso pela cabeça. Se me dessem a presidência da República e mais um milhão de dólares por mês, eu não aceitaria. Vi o que era a presidência da República. Depois de a gente ver o que é a presidência da República, não a deseja.

G.S. - A gente queria conversar com o Lira, entre outras razões, porque ele estava lá. Ele podia dizer como é que foi aquilo.

C.F. - O Lira era ministro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. - General, as forças armadas estão fazendo uma propaganda agora na televisão com os “caras-pintadas”. O senhor sabe o que é isso, não é?

C.F. - Sei.

M.A. - O que é que o senhor está achando disso?

C.F. - Não estou gostando nada!

M.A. - Por quê?

C.F. - Porque não tem nada a ver com a história. As forças armadas não têm nada que meter a política no meio, a cara pintada no meio, etc, etc. Façam a sua propaganda como vinham fazendo muito bem: três jovens representando o Brasil, um da Marinha, um da Aeronáutica, um do Exército, a bandeira nacional, com título de EMFA, “cumpra o seu dever”, etc. O que é verdade é o seguinte: atualmente, o Brasil chama por ano mais de um milhão de jovens que atingem a idade do serviço militar, e na realidade ficam com trezentos, duzentos mil. Talvez nem trezentos mil nas três forças. Está selecionando, porque a tecnologia invadiu também a área militar. Então, não podem ter mais analfabetos. Está ficando só o alfabetizado. Porque do contrário, como é que vão manobrar essas armas atuais? O computador? A artilharia hoje só atira com computador. Carro de

combate só atira com computador.

M.A. - Mas o senhor não acha que está havendo aí uma intenção do Exército de recuperar sua imagem junto à juventude?

C.F. - Talvez, o que é salutar. Mas eu não faria isso. Não faria. Não é que eu seja da linha dura, não. Mas eu não faria, acho que não precisa fazer isso. A juventude se renova. A de hoje não é a de 64. Nem sabe o que houve em 64.

G.S. - Nesse sentido de treinamento de pessoal, o que o senhor acha da idéia de se fazer algo semelhante ao que é feito nos Estados Unidos, como eles chamam, ROTC<sup>25</sup>, que é treinar oficiais dentro das universidades, aproveitando o fato de que a universidade tem uma série de especialidades e o Exército não pode ensinar tudo?

C.F. - Não, eles têm lá nos Estados Unidos academias militares civis. Mas o Exército é muito grande. Uma academia como West Point tinha que ser um mundo. Eu estou lhe dizendo, em 1953, eu tinha como colegas no curso de estado-maior, quer dizer, o mais selecionado do Exército é a Escola de Estado-Maior, mil oficiais americanos. E isso foi depois da guerra, que eles desmobilizaram oito/dez. Foi logo depois da guerra. Mas há uma coisa equivalente aqui. Não é igual. É o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais de Reserva).

G.S. - Exatamente. Reforçar isso.

C.F. - É. Reforçar o CPOR. Ótimo. O CPOR é muito bom. A vida militar para o rapaz de 18 anos é muito boa, sabe. Esse ano que eles passam lá faz bem. Se conversar com dez, oito vão dizer isso. Faz bem. Dá uma certa noção de responsabilidade, de disciplina. É o mínimo que nós precisamos ter. Nós não podemos, o país não pode ser indisciplinado. A nação não pode ser indisciplinada. Não pode ser. Use farda ou não use. Nós somos muito mais disciplinados porque nascemos nisso. E aceitamos esticando o braço e jurando. E aceitamos espontaneamente, porque eu não era obrigado a ser militar. Podia ser qualquer outra coisa. E assim, a maioria. Agora, a nação não pode ser indisciplinada. Demasiadamente indisciplinada. Tem que ter um mínimo de disciplina. Para poder funcionar. Senão nada funciona. O senhor quer ver uma coisa? O Brizola não vai ao palácio.

---

<sup>25</sup> Reserve Officer Training Corps: grupo de estudantes universitários que recebem treinamento com vistas a se tornarem oficiais das forças armadas norte-americanas.

Ele não tem o mínimo de disciplina consigo próprio como governador. Como é que pode governar, como é que ele pode exigir do senhor que compareça às sete horas e bata o ponto? Não pode. Eu posso, porque eu era o primeiro a chegar no meu regimento, quando comandava. Chegava às seis e meia. E a instrução começava às sete horas. Às sete horas começava o hasteamento da bandeira nacional. E eu hasteei durante três anos a bandeira nacional. Então, só comandeí pelo exemplo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

## CONCLUSÃO<sup>26</sup>

Estamos no fim. A história – mais tarde – julgará os 20 anos de governos chefiados por generais. É cedo para fazê-lo, mas pode-se arriscar uma conclusão: esses governos – no seu todo – foram mais úteis que daninhos à nação.

---

<sup>26</sup> Trecho acrescentado pelo entrevistado durante a revisão; não consta da gravação.